



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

COSME ROGÉRIO FERREIRA

***HABITUS, CAMPO E MERCADO EDITORIAL: A CONSTRUÇÃO DO PRESTÍGIO
DA OBRA DE GRACILIANO RAMOS***

Maceió
2014

COSME ROGÉRIO FERREIRA

***HABITUS, CAMPO E MERCADO EDITORIAL: A CONSTRUÇÃO DO PRESTÍGIO
DA OBRA DE GRACILIANO RAMOS***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Elder Patrick Maia Alves

Maceió
2014

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento

Técnico Bibliotecário responsável: Valter dos Santos Andrade

F383c Ferreira, Cosme Rogério.
 Habitus, campo e mercado editorial: a construção do prestígio da obra de
 Graciliano Ramos / Cosme Rogério Ferreira, 2014.
 124 f. : il.

 Orientador: Elder Patrick Maia Alves.
 Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas.
 Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Maceió,
 2014.

 Bibliografia: f. 118-124.

 1. Habitus. 2. Literatura brasileira - Estudos. 3. Brasil - Mercado editorial.
 4. Ramos, Graciliano, 1892-1953. 5. Brasil – política e governo, 1930-1950.
 6. Brasil – Política cultural, 1930-1950. 7. Cultura brasileira – Aspectos
 Sociológicos. 8. Sociologia da literatura. I. Título

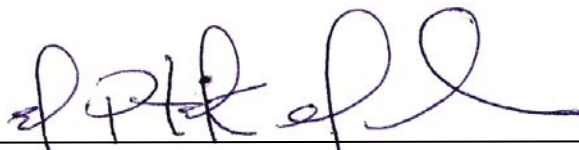
CDU: 316.74:82

Folha de Aprovação

AUTOR: COSME ROGÉRIO FERREIRA

HABITUS, CAMPO E MERCADO EDITORIAL: A CONSTRUÇÃO DO PRESTÍGIO DA
OBRA DE GRACILIANO RAMOS

Dissertação apresentada ao corpo docente do
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Alagoas e aprovada
em 3 de abril de 2014.




Prof. Dr. Elder Patrick Maia Alves – UFAL (Orientador)

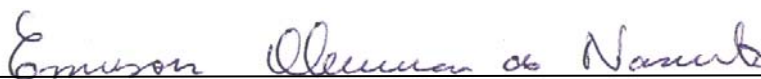
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Clóvis Carvalho Britto – UFS (Examinador Externo)



Prof. Dr. Elder Patrick Maia Alves – UFAL (Examinador Interno)



Prof. Dr. Emerson Oliveira do Nascimento – UFAL (Examinador Interno)

Para Nenzi,

que é o vento sob minhas asas...

AGRADECIMENTOS

Ao corpo docente PPGS-UFAL, especialmente aos professores Elder Maia Alves (meu orientador), Arim Soares do Bem, Belmira Magalhães, Clarice Novaes da Mota, Emerson Oliveira do Nascimento, Fernando de Jesus Rodrigues, Maria do Carmo Vieira, Paula Stroh, Paulo Décio (*in memoriam*), Ricardo Mayer, Ruth Vasconcelos, Sílvia Aguiar e Walter Matias pela compreensão, pela paciência e pelos valiosos ensinamentos...

Ao pessoal da secretaria do PPGS-UFAL, especialmente ao Gilnison Ramos e à Liliane Henrique, por tornarem o espaço burocrático do curso um agradável ponto de encontro...

Aos ótimos colegas que tive ao longo desses sete anos de pesquisa, especialmente Amélia Florêncio, Anna Julia Giurizzato, Carlos Martins, Giovanna Araújo, Jorge Schutze, José Júnior de Oliveira, Maricélia Schlemper, Sérgio Lima e Vagner Bijagó (quando eu crescer, eu quero ser que nem vocês!)

Às amigas e aos amigos das Trincheiras Bob Marley e Raul Seixas (ICHCA, antigo CHLA), do IFAL – Campus Palmeira dos Índios, da UFAL – Pólo Palmeira dos Índios, da UPE – Garanhuns, da UNEAL e da Ilhinha do Açude do Goiti, pelas tantas ideias trocadas a respeito de tantos assuntos...

À Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, em nome do emérito prefeito Albérico Cordeiro (*in memoriam*), pelo entusiasmado apoio concedido às pesquisas na Casa Museu Graciliano Ramos e no Arquivo Público Municipal.

Ao padre Odilon Amador dos Santos, pelo exemplo de filósofo e professor e pela presença constante e (re)confortadora...

À TV Escola, através de sua produtora Maria Ester Rabello, por tornar nosso projeto de pesquisa conhecido em território nacional...

Ao professor Marcelo Ridenti, pelos comentários a respeito do nosso trabalho apresentado por ocasião do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia...

A Ana Paula Palamartchuk, Ana Quitéria, Antonio Oliveira, Camila Maria, Celsão, Cícero Albuquerque, Cícero Pércles, Christiano Barros Marinho, Emanuelle Albuquerque, Ester Ferreira da

Silva, Gilson Rodrigues, Ivamilson Barbalho, Jairo José Campos, Jarbas Ribeiro, Jefferson Pontes (Cocada), José Nascimento de França, José Ronaldo Batista Melo, Luiz Galdino, Luiz Mott, Lydiane Vasconcelos, Márcia Félix, Marcos Parreco, Marcos Serafim, Mayk Nascimento, Parmênides Justino, Pollyane Lafayette, Saulo Luders, Savio Almeida, Susana Souto, Vanusia Amorim e Vivar Flores – professores em diversos momentos, amigos em todas as horas...

Aos escritores Ariano Suassuna, Audálio Dantas, Elizabeth Ramos, Ivan Barros, Janaina Amado, José Inácio Vieira de Melo, Luiz Byron Passos Torres (*in memoriam*) e Ricardo Ramos Filho; ao professor Luciano Barbosa, prefeito emérito de Arapiraca; ao cineasta Nelson Pereira dos Santos; ao senhor David Muniz (*in memoriam*); e ao teatrólogo Lael Correa, que forneceram valiosas informações enriquecedoras do nosso trabalho...

Ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, por toda a atenção que nos foi dispensada por ocasião de nossa pesquisa em seus arquivos (a emoção de ler os originais de *Vidas secas* é para mim indescritível)...

Ao resistente povo Xukuru-Kariri, guardião da história oral de Palmeira dos Índios...

Aos estudantes da Escola Estadual Graciliano Ramos, que comigo compartilharam da aventura de ensinar e aprender sociologia...

A la vida, que me ha dado tanto...

... a minha profunda gratidão!

De todo o escrito
só me agrada aquilo
que uma pessoa
escreveu com o seu sangue.
Escreve com sangue
e aprenderás
que o sangue
é espírito.

FRIEDRICH NIETZSCHE,
Assim falou Zaratustra, 1883

Arte é sangue,
é carne.
Além disso
não há nada.
As nossas personagens
são pedaços
de nós mesmos,
só podemos expor
o que somos.

GRACILIANO RAMOS,
carta à irmã Marili, 1949

A vida é feita de
acazos,
circunstâncias,
contingência.
Nada mais.

JOSÉ OLYMPIO,
*frase repetida solenemente ao longo da vida,
contando nos dedos da mão esquerda, a partir do mínimo*

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar sociologicamente o processo de legitimação e consagração no campo literário brasileiro a partir do estudo da trajetória do escritor Graciliano Ramos no período que compreende a publicação de seu primeiro romance, *Caetés*, e o seu falecimento, enquanto escrevia *Memórias do cárcere*. Partimos da hipótese de que tal trajetória só pode ser compreendida se também for compreendido o acervo de questões políticas e culturais (portanto sociológicas) vigentes no período em que sua obra foi produzida, isto é, entre as décadas de 1930 e 1950. A análise fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos de Pierre Bourdieu e Norbert Elias, relacionando os conceitos operacionais de *habitus* e campo. Por meio de uma abordagem histórica que combinou diferentes métodos e técnicas de pesquisa, como a bibliográfica e a documental, confirmamos que questões relacionadas à origem e às experiências vividas pelo escritor foram determinantes para a sua carreira literária, motivada por razões de ordem material, simbólica e, sobretudo, existencial, e também que a legitimação e a consagração de um escritor não se atrelam ao fato de o mesmo ser um gênio, e sim por ele ter se originado em um espaço privilegiado de entesouramento cultural que lhe permitiu conhecer as regras vigentes no campo e manter-se em contato com agentes legitimadores e consagradores.

Palavras-chave: *Habitus*. Campo. Mercado editorial. Graciliano Ramos. Sociologia da Literatura.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar sociológicamente el proceso de legitimación y consagración en el campo literario brasileño a partir del estudio de la trayectoria del escritor Graciliano Ramos en el periodo que comprende la publicación de su primera novela, *Caetés*, y su muerte, mientras que la escritura *Memorias de la cárcel*. La hipótesis de que esta trayectoria sólo se puede entender si se entiende también conjunto de temas políticos y culturales (y , por tanto, sociológicos) que prevalece en el período en el que su trabajo fue producido, entre los años 1930 y 1950. El análisis relaciona los conceptos operacionales de *habitus* y de campo, basándose en los supuestos teóricos y metodológicos de Pierre Bourdieu y Norbert Elias. A través de un enfoque histórico que combina diferentes métodos y técnicas de investigación, como el bibliográfico y documental , confirmamos que las preguntas sobre el origen y las experiencias Del escritor fueron fundamentales en su carrera literaria, por razones materiales, simbólico y, sobre todo, existencial, y también que la legitimación y consagración de un escritor no están estrechamente relacionados con el hecho de que él es un genio, sino porque se originó en un espacio privilegiado para la acumulación cultural que le permitió conocer las normas vigentes en campo y mantenerse en contacto con los agentes consagradores y legitimadores.

Palabras clave: *Habitus*. Campo. Publicación. Graciliano Ramos. Sociología de la Literatura.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Facsimile</i> da capa da 1. ^a edição da revista <i>O Malho</i> , datada de 29 de setembro de 1902	26
Figura 2 – Alguns membros da roda de Maceió. Da esquerda para a direita: Valdemar Cavalcanti, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz e José Auto. Maceió, 1932.	56
Figura 3 – Capa da 1. ^a edição de <i>Caetés</i> , ilustrada por Santa Rosa	65
Figura 4 – Foto tirada durante a prisão de Graciliano, encontrada nos arquivos do DOPS. Rio de Janeiro, 1936.....	83
Figura 5 – <i>Criança Morta</i> , 1944. Óleo sobre tela, 176 x 190 cm.....	92
Figura 6 – Graciliano na Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1947	111
Figura 7 – Intelectuais presentes ao jantar comemorativo do 50.º aniversário de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1942	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Autores que tiveram suas obras incineradas publicamente pela repressão do Estado Novo	85
Gráfico 2 – Expansão do mercado do livro na cidade de São Paulo	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Amostras de comentários críticos acerca de Caetés, à época de sua publicação....	68
Tabela 2 – Relação autor/abordagens referencialistas.....	70
Tabela 3 – Amostras de argumentos referencialistas por autor.....	71
Tabela 4 – Caracterização de alguns companheiros de Graciliano Ramos na cadeia	79
Tabela 5 – Amostras de comentários críticos acerca de Angústia, à época de sua publicação	81
Tabela 6 – Obras incineradas publicamente em Salvador durante a repressão do Estado Novo	84
Tabela 7 – Intelectuais que receberam suas credenciais no PCB em 1945	87
Tabela 8 – Formação de um Grupo Literário e Unificação Editorial da Literatura Genuinamente Brasileira	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A TRAJETÓRIA DE GRACILIANO RAMOS: CRIAÇÃO, <i>HABITUS</i> E FORMAÇÃO	18
1.1 A gênese social do <i>habitus</i>	20
2 GRACILIANO RAMOS E O CAMPO LITERÁRIO BRASILEIRO: TENSÕES, RUPTURAS E PRESTÍGIO	60
2.1 A crítica literária: critérios, valores e filtros	60
2.2 O PCB e a estética socialista: tensões e acomodações	74
2.3 Cultura, política e representação: a atuação junto à Associação Brasileira de Escritores (ABDE).....	90
3 O MERCADO EDITORIAL: CONSUMO, PRESTÍGIO E LEGITIMAÇÃO	96
3.1 O mercado editorial brasileiro e o processo de profissionalização da carreira de escritor.	96
3.2 O centro gravitacional: a Livraria José Olympio	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS	118

INTRODUÇÃO

O texto literário, como forma de expressão artística, se compõe dos diversos aspectos da realidade que pretende retratar. Para que essa forma de expressão exista, e seja dotada de certa função social, é preciso que também haja uma reciprocidade de valores entre o autor da obra e o público que a recebe – condição que é favorável à criação de um espaço interativo de valores sócio-históricos entre os sujeitos que aí estão envolvidos. A atividade literária existe nesse intercâmbio social, e se abre às investigações de diversas correntes teóricas, sendo que a razão mais ampla dessa abertura reside no fato de o universo literário poder interligar-se a outros universos de significação (J. U. A. GUIMARÃES, 1988).

Se um autor é vastamente elogiado pelas *qualidades sociológicas* (DUBOIS, 2000) de sua obra, é razoável que ele seja estudado também à luz da sociologia. Em nosso caso, pretendemos apresentar uma análise da trajetória de Graciliano Ramos, do desconhecimento à consagração como escritor, no contexto de autonomização do campo intelectual literário e de ampliação do mercado editorial no Brasil.

A herança artística desse ilustre alagoano atravessou o terceiro milênio alcançando a cifra dos cinco milhões de exemplares de livros publicados em mais de três dezenas de países, traduzidos em aproximadamente a mesma quantidade de idiomas. Diversos de seus textos foram adaptados para os palcos de teatro, para o cinema e para a televisão, além de terem inspirado canções, poemas e trabalhos em artes visuais. Em todo o país, as homenagens se multiplicam: Graciliano Ramos é nome de escolas, logradouros públicos, agremiações diversas etc. No campo acadêmico, a obra graciliânica continua sendo globalmente discutida, sob as perspectivas mais variadas. O nosso interesse particular se justifica por Graciliano Ramos ser referido em diversos estudos como um caso especial de romancista movido por fortes inclinações sociológicas. Dito de outro modo: o autor de clássicos da literatura brasileira, como *São Bernardo* e *Vidas secas*, é conhecido e reconhecido como alguém que, preocupado em como melhor representar literariamente a realidade social, criou maneiras de dizê-la e representá-la que interessam também aos cientistas sociais (SILVA FILHO, 2009).

De acordo com Goldmann (1967), quando o autor funda em seus textos a mediação constitutiva pela qual a consciência possível da coletividade social encontra-se coerentemente encarnada na obra literária, então se pode contemplar a criação de um mundo que porta uma estrutura análoga à estrutura da realidade social. Nosso objetivo é, pois, desvendar o paralelo entre a obra graciliânica e o espaço social de produção, circulação e consumo dessa literatura,

por meio de uma análise empiricamente reforçada pela percepção de que o referido material artístico começou a ser revelado no *surto editorial* originado na década de 1930 (MICELI, 2001), coincidentemente originado no chamado *surto nordestino* ou *aluvião sertanejo* (CANDIDO, 1969; 2003), construído numa estrutura homóloga à estrutura de sociabilidade na qual o autor estava inserido e que lhe tornou possível o reconhecimento e a consagração.

Como dissemos, a obra literária só existe no intercâmbio social estabelecido entre o autor e seu público. Assim sendo, devemos tomar por base, coerentemente, uma teoria que fundamente o entendimento de que a criação artística só é possível através do mapeamento das mediações do binômio autor-público. Ora, sabemos que os textos de Graciliano Ramos não eram alheios à experiência social de seu público receptor, pois surgiram no instante em que já havia no Brasil, como veremos, uma preocupação com a verossimilhança entre o mundo narrado no texto literário e o mundo efetivamente vivido. Contudo, não é suficiente sustentar essa afirmação sem que se fundamente o argumento defensor do uso dessa obra como ferramenta de interpretação do mundo social. Quanto a isso, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (in PANOFSKI, 1991) nos alerta que não deve nos bastar o postulado de que se é possível comparar diferentes esferas do social: ao sociólogo é necessário definir as condições que tornam tal comparação possível. Diante disso, no sentido de fazermos uma análise capaz de contemplar essas relações, desenvolvemos a hipótese de que a trajetória do escritor Graciliano Ramos só pode ser compreendida se também for compreendido o acervo de questões políticas e culturais (portanto sociológicas) vigentes no período em que a sua obra foi produzida. Consideramos que a possibilidade mais versátil para o cumprimento do que objetivamos com esta pesquisa nos é dada pelo conceito operativo de *campo literário*, oferecido pelo já referido Bourdieu.

Bourdieu tratou especificamente do *campo literário* em *As regras da arte* (1996), onde o definiu como o espaço social que reúne distintos grupos de literatos, romancistas e poetas que mantêm relações entre si e com o *campo de poder* – campo de forças que também é um campo de lutas. O *habitus* adquire, nessa compreensão, uma função mediadora: o *campo/espço social* é um *espço de posições* que se retraduz em um *espço de tomadas de posição* (escolhas) por intermédio do *espço de disposições* – isto é, do *habitus* (BOURDIEU, 2003). Com essa alternativa, Bourdieu propôs a superação da crença na antinomia entre a possibilidade de uma relação estrita entre a criação subjetiva de um autor e a emergência da realidade social em sua obra.

Mediante essa formulação teórica, a obra artística passa a ser compreendida no interior das condições de produção, por sua vez providas num determinado momento histórico pela

estrutura do campo literário, por seu turno constituído por diversos atores sociais (autores, editores, público, meios de comunicação, entre outros) que, de forma individual ou coletivamente organizada, emitem posições sociais e políticas que entre si se diferenciam e se opõem. Nessa estrutura social, a posição de intelectual que o literato ocupa se associa à trajetória histórica que ele percorreu para ser assim instituído, passando pelos grupos sociais aos quais está articulado, pelo tipo de público de suas obras, pelo modo como os seus textos são ou não são aceitos, etc. A análise de um texto literário – e, conseqüentemente, de suas condições sociais de produção – deve, portanto, ser feita numa lógica *relacional*, isto é, observando-se as relações entre os diferentes agentes envolvidos na atividade intelectual e os posicionamentos sócio-políticos assinalados no contexto em que foi desenvolvida a narrativa literária.

Nem todos os estudiosos, contudo, concordam com a possibilidade de que a obra de Graciliano Ramos encerre algum valor sociológico, político ou antropológico, ou que a mesma obra forneça elementos para compreender o Brasil a partir de perspectivas que sejam também interessantes às ciências sociais. Como exemplo, citamos a resenha crítica de Sousa Filho e Machado Júnior (2006, p. 108) acerca do trabalho de Dirceu Lindoso (2005), na qual se diz que autores como Graciliano não se interessaram em escrever sobre a cultura alagoana, dedicados apenas à escrita de romances de “grande beleza”, motivados pelo orgulho de se dizerem escritores. Com base em Bourdieu, podemos dizer que tal visão é ancorada em certa concepção idealista, que marginaliza os condicionamentos sociais como foco de suas análises.

É necessário, pois, estabelecer uma distinção entre o trabalho sociológico e a crítica literária. Antes que se analise a palavra do crítico, deve-se tentar captar uma dificuldade que, segundo Silva Filho (op. cit.), é da ordem do arbítrio do próprio proceder sociológico: quando tentamos expressar algo a respeito de um intelectual que admiramos, o que, nesse discurso, é fruto da lógica social vigente? A partir desse e de outros questionamentos, Silva Filho assinalou o papel do sociólogo em buscar uma perspectiva crítica, mas não necessariamente a da crítica. Corroborando com esse sociólogo pernambucano, e tendo em mente a teoria de Bourdieu, buscamos responder ao seguinte problema: que condições sociais favoreceram a construção de Graciliano Ramos como um nome de prestígio na intelectualidade brasileira?

Para realizar o nosso trabalho, assumimos uma abordagem histórica, combinando diferentes métodos e técnicas de pesquisa, como a bibliográfica e a documental. Nossa fonte principal é a obra graciliânica, especialmente seus textos romanescos, memorialísticos, suas crônicas e suas correspondências íntimas. Também recorreremos à fortuna crítica presente no Arquivo Graciliano Ramos, vinculado ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de

São Paulo (IEB-USP), a fim de encontrar relações entre a utilização de esquemas de interpretação sociológica como recurso literário graciliânico e o ambiente intelectual no qual o autor foi acolhido. A essas leituras juntaram-se autores que nos ajudam a caracterizar o campo literário brasileiro, do ponto de vista das ciências sociais: Antonio Candido, sobretudo em seu clássico ensaio *Ficção e Confissão*, publicado em 1961 junto com a 6.^a edição de *Caetés*, onde aponta em que momento e de que modo a obra literária pode ser encarada como um sensível e autêntico testemunho da realidade, sem deixar de ser uma obra de arte; Sérgio Miceli, introdutor de Bourdieu no Brasil, que desenvolveu uma história social dos escritores de vanguarda (2012) e para o qual o campo literário se efetiva verdadeiramente durante o Modernismo nas artes brasileiras (2001); e Elder Alves, que apresenta Graciliano Ramos como um autor decisivo, junto ao grupo regionalista dos anos 1930, por incorporar o sertão como unidade e como linguagem estética que se reconhece por registrar os componentes assimétricos da paisagem-humana recriada em seus romances, impactando, com isso, o imaginário social e o mercado cultural que se desenvolveu a partir daquele momento (ALVES, 2011). Além dos textos autobiográficos de Graciliano Ramos, recorreremos também às biografias escritas por Clara Ramos (1979), Ricardo Ramos (1992) e Denis de Moraes (2012).

Ao nos conceder um aporte teórico-metodológico que fundamenta a *ciência das obras culturais*, cujo objeto é justamente a homologia entre a *estrutura das relações objetivas entre as posições no campo de produção* e a *estrutura das relações objetivas entre as tomadas de posição no espaço das obras*, Bourdieu ensinou que a investigação pode, ao instaurar um vaivém entre esses dois espaços e também entre as informações idênticas que aparecem sob aparências distintas, fornecer o ponto de partida sobre a trajetória do autor e, ao mesmo tempo, determinada informação biográfica pode incitar a leitura diferenciada de determinada particularidade da obra ou propriedade de sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p. 264).

Nosso trabalho é sensível também a uma sociologia do indivíduo, considerando os desejos do escritor Graciliano Ramos no contexto de seu tempo, para fazê-lo emergir mais claramente como ser humano, como fez Norbert Elias no caso de Mozart (ELIAS, 1995). Procuramos, com tal estratégia, articular as informações biográficas sobre Graciliano e o esclarecimento a respeito dos modos de lidar com a atividade literária.

O trabalho ficou dividido em três capítulos. No primeiro, recolhemos e analisamos dados biográficos acerca da infância do autor, de sua experiência inicial no jornalismo carioca, no comércio e na prefeitura palmeirenses, além de seu envolvimento com o círculo literário da capital alagoana, no afã de objetivar a hipótese do seu desejo de se tornar e obter

reconhecimento como escritor. Significa que observaremos as pressões que os valores culturais, grupos, posicionamentos políticos em vigor e o público de Graciliano Ramos exerceram tanto na elaboração como na aceitação da sua obra, no recorte histórico abordado.

O segundo capítulo se concentra na atuação de Graciliano no circuito (campo) literário-intelectual carioca nacional. Aí serão incorporadas e exploradas as tensões e acomodações entre Graciliano e os intelectuais do Partido Comunista, destacando a atuação desses intelectuais como críticos e legitimadores, as redes de aliados, admiradores, companheiros e amigos de Graciliano – isto é, as suas redes relacionais e afinidades político-intelectuais.

No terceiro capítulo, finalmente, tentaremos compreender em que medida o mercado editorial foi uma instância de modulação de parte do *habitus* de Graciliano e de suas tomadas de posição no interior do campo literário brasileiro.

Demonstrado como o estudo da trajetória graciliânica, constituído num exercício de *sociologia da vida literária*, é fundamental para a compreensão de processos sociológicos correntes no campo literário, veremos como foi construída uma posição para esse autor no lugar atribuível aos grandes nomes da literatura brasileira, conhecendo os condicionamentos sociais que permitiram ao escritor Graciliano Ramos assumir a árdua tarefa de narrar, integral e lucidamente, as tensões provocadas pelo encontro de forças que revelava a dramática situação brasileira de sua época.

1 A TRAJETÓRIA DE GRACILIANO RAMOS: CRIAÇÃO, *HABITUS* E FORMAÇÃO

Neste primeiro capítulo tencionamos apresentar e analisar os aspectos ligados à formação afetiva, familiar, intelectual, literária e política de Graciliano Ramos, visando reconstituir a gênese de seu *habitus*— resultado estável, não imutável, de seu processo de interiorização do social. De acordo com a teoria bourdieusiana, aquilo que, especialmente do ponto de vista subjetivo, seria percebido como uma vocação inata, fruto de um talento pessoal e intransferível, será mais claramente observado pela análise sociológica se confrontado com as disponibilidades que existem num dado momento histórico e que reclamem ser ocupadas por alguns sujeitos com elas compatíveis.

Ora, sendo impossível dar sentido a um todo ao qual o próprio sujeito escapa, por ser ele histórico, submetido a determinações sociais e inserido num universo social fora dos controles de quem pesquisa, convém a quem o faça se acautelar contra a criação da chamada *ilusão biográfica*: a crença do senso comum que descreve a vida linearmente, como se fosse uma estrada, uma carreira com suas encruzilhadas (BOURDIEU, 1986). Segundo Bourdieu, o que é possível ao sociólogo realizar é a objetivação do *habitus*¹, como aqui nos propomos a fazer, no caso de Graciliano Ramos.

Em Bourdieu, o *habitus* significa um conjunto de disposições inconscientes, presentes nos diferentes sujeitos, sendo que tais disposições resultam da incorporação das complexas estruturas objetivas existentes em uma dada sociedade. Esse feixe de disposições é o que pauta e confere sentido às ações dos agentes, organizando suas práticas e percepções. Essa categoria analítica bourdieusiana dialoga com a de Norbert Elias, para quem o *habitus* corresponde à composição social do indivíduo, tornando-o diferente dos outros indivíduos de sua sociedade, embora se reflita, na sua história interna, a história dessa mesma sociedade (cf. ELIAS, 1973). Tal evolução pode ser observada tanto no nível coletivo – *sociogénico* –

¹ Não é de hoje que o *habitus* – conceito recuperado da antiga noção aristotélica de ἕξις (*héxis*), posteriormente convertido na forma latina pela tradição escolástica – está presente na sociologia. Loïc Wacquant (2007), em um opúsculo sobre a trajetória epistemológica do *habitus* nas ciências sociais, elucida a presença da noção desde os clássicos, como em Durkheim (1995), Mauss (1934), Weber (2003) e Veblen (1983). Elias, influenciado pela fenomenologia husserliana, falou em *habitus* para designar a estrutura psíquica individual moldada pelas atitudes sociais (ELIAS, 1993; 1994). Foi com Bourdieu, todavia, que o conceito promoveu uma profunda renovação sociológica, no sentido de se superar a antinomia indivíduo/sociedade, típica do senso comum, recusando, com isso, a toda uma série de alternativas nas quais se encerrara a ciência social – alternativas que reduziam o agente ao papel de suporte ou portador (*Träger*) da estrutura (BOURDIEU, 1996, p. 205). Dito de outra maneira, ao lançar mão do conceito de *habitus*, Bourdieu pretendia sair do objetivismo estruturalista sem também cair no subjetivismo (BOURDIEU, 1990).

quanto no nível individual – *psicogenético* – devendo ser compreendido como um processo que envolve momentos de aceleração, de estagnação e de regressão. No interior desse processo histórico, *psicogênese* e *sociogênese* se relacionam mutuamente, afetando os comportamentos individuais que se modificam conforme a dinâmica sócio-histórica. Como explica Heinich (2001, p. 13), “O pesquisador, historiador ou sociólogo, é o único capaz de revelar este fenômeno, através do estabelecimento de relações entre documentos de naturezas e épocas diferentes”.

Um modelo analítico para a compreensão dessa proposta é a obra *Mozart: A Sociologia de um Gênio*, na qual Elias explora, na escala de um indivíduo eminentemente singular, como o músico Wolfgang Amadeus Mozart, a dimensão *ontogenética* da experiência individual. Conforme Elias:

Para se compreender alguém, é preciso conhecer os anseios primordiais que este deseja satisfazer. A vida faz sentido ou não para as pessoas, dependendo da medida em que elas conseguem realizar tais aspirações. Mas os anseios não estão definidos antes de todas as experiências. Desde o primeiro ano de vida, os desejos vão evoluindo, através do convívio com outras pessoas, e vão sendo definidos, gradualmente, ao longo dos anos, na forma determinada pelo curso da vida; algumas vezes, porém, isso ocorre de repente, associado a uma experiência especialmente grave. Sem dúvida alguma, é comum não se ter consciência do papel dominante e determinante destes desejos. E nem sempre cabe à pessoa decidir se seus desejos serão satisfeitos, ou até que ponto o serão, já que eles sempre estão dirigidos para outros, para o meio social. Quase todos têm desejos claros, passíveis de ser satisfeitos; quase todos têm alguns desejos mais profundos, impossíveis de ser satisfeitos, pelo menos no presente estágio de conhecimento (ELIAS, 1995, p. 13).

De acordo com essa obra paradigmática, um exame acurado nos permite verificar que as realizações mais notáveis, comumente definidas como o ponto alto de uma ou outra época, ocorrem em fases que poderiam ser chamadas apenas de *fases de transição*, já que “surgem da dinâmica do conflito entre os padrões das classes mais antigas, em decadência, e os de outras mais novas, em ascensão” (Ibid., p. 15). Quando utilizamos essas chaves conceituais eliasianas para analisar o caso de Graciliano Ramos, ou, melhor dizendo, o *processo-Graciliano*, similarmente consideramos que o conflito de padrões entre a velha sociedade brasileira e as vanguardas modernizadoras do país deve ser posto em relevo para que haja o adequado entendimento de suas motivações e pulsões. Conforme nos recorda Maia Alves (2012, p. 41), “Os caminhos metodológicos apontados por Elias podem ser sintetizados como a tentativa de realizar estudos de trajetória, atentando-se para a incidência e o cruzamento de processos (*psicogênese e sociogênese*) em corpos-disposições específicas”.

Para reconstruirmos a trajetória graciliânica nessa perspectiva *ontogenética*, apoiamos-nos nos índices biográficos a respeito da infância do escritor, sendo que a principal referência para o estudo da *formação sentimental* de Graciliano até seus doze anos é a obra memorialística *Infância*², publicada em 1945, onde o autor narra os episódios que constituíram os seus dolorosos processos de aprendizado, crescimento e compreensão do mundo. Reunimos também um acervo variado de dados sobre a sua juventude (com destaque para o malogrado regime probatório na imprensa carioca); sobre o período em que foi prefeito de Palmeira dos Índios, fato cujas consequências foram determinantes para o seu reconhecimento como romancista; sobre a *figuração* da “*Roda de Maceió*” (círculo literário que Graciliano integrou no início da década de 1930, germe da “Geração de 30”); e sobre a experiência de publicação (prestígio e notoriedade) das primeiras obras, basicamente compostas de textos de jornal (poemas, contos e crônicas). Ao cruzarmos esses processos, verificamos e incorporamos aspectos sobre a formação das esferas literária, jornalística e política de Alagoas entre os anos 1910 e 1920, influenciadas especialmente pelo catolicismo romano no Estado. Diante das condições de possibilidade aqui suscitadas, buscaremos, enfim, objetivar e explorar a hipótese da ambição de Graciliano Ramos em tornar-se escritor e de ser visto como tal.

1.1 A gênese social do *habitus*

Graciliano Ramos viveu os seus primeiros anos inserido nos padrões da velha sociedade brasileira, caracterizada pelas relações patriarcais, com forte influência da família, da polícia local e das oligarquias na vida política provincial/estadual. Como Candido escreveu, Graciliano não somente foi testemunha dessas lentas mudanças da sociedade brasileira, mas, principalmente, foi partícipe de sua organização, na condição de jornalista, administrador e político. Essa experiência animaria a sua atitude radical posteriormente assumida “como receita que lhe pareceu viável para trazer o progresso, com o fim do caciquismo e atenuação da rígida diferença de classes, num país apenas saído do regime de castas da escravidão” (CANDIDO, 1996, p. 11).

² A respeito dessa obra, Ginzburg (2000, p. 129) escreveu que *Infância* “pode ser lido como romance, um conjunto de contos, e como elaboração ficcional de elementos da memória biográfica do autor. Considerando como unidade, contempla um período de amadurecimento da criança exposta como protagonista”.

Nascido aos 27 de outubro de 1892, na antiga Vila de Vitória, hoje Quebrangulo, no agreste de Alagoas, Graciliano foi o primogênito dos dezesseis filhos³ que tiveram Sebastião Ramos de Oliveira e Maria Amélia Ferro Ramos – a Mariquinha. Da cidade-natal, Graciliano guardou lembranças poucas, pois, muito cedo, aos três anos, sua família se mudou para a Fazenda Pintadinho, propriedade que o pai comprara, seguindo o conselho do sogro, no município de Buíque. Foi aí, no sertão pernambucano, que Graciliano viveu até os sete anos de idade.

Sebastião Ramos era negociante de miudezas, filho de um antigo senhor de engenho arruinado pelo processo de substituição dos engenhos pelas usinas, no fim do Segundo Império; e Mariquinha, vinte e quatro anos mais moça que o marido, era filha de pecuaristas. A falta de sorriso de Mariquinha foi o traço materno mais característico para Graciliano, conforme este memoraria na maturidade:

Não ia além daquilo: duas pregas que se fixavam numa careta, os beijos quase inexistentes repuxando-se, semelhantes às bordas de um caneco amassado. Assim permanecia, contendo bocejos indiscretos. Miúda e feia, devia inquietar-se, desconfiar das amabilidades, recear mistificações. Quando cresci e tentei agradá-la, recebeu-me suspeitosa e hostil; se me acontecia concordar com ela, mudava de opinião e largava muxoxos desesperadores (G. RAMOS, 1992b, p. 37).

Por causa de uma enfermidade, a criança foi obrigada a andar com bandagens nos olhos, fato que fez a mãe dar-lhe o apelido pejorativo de “cabra-cega”. “Bezerro encourado” era outro cognome que expressava a rejeição materna, significando aquele filho como um intruso em sua vida:

Quando uma cria morre, tiram-lhe o couro, vestem com ele um órfão que, nesse disfarce, é amamentado. A vaca sente o cheiro do filho, engana-se e adota o animal. Devo o apodo ao meu desarranjo, à feiúra e ao desengonço (G. RAMOS *apud* MORAES, op. cit., p. 26).

Do pai, Graciliano guardou a imagem da autoridade rígida e amedrontadora. Tanto foi que Sebastião representou o primeiro contato de Graciliano com a “justiça”, no dia em que este, por volta dos quatro ou cinco anos, levou daquele uma surra sob a acusação de ter dado sumiço a um cinturão que, na verdade, se encontrava na rede onde o agressor estava deitado e de onde havia acabado de se levantar (G. RAMOS, op. cit., p. 29-32). Não obstante seus pais

³ Os outros filhos: Leonor, Otília, Clodoaldo, Otacília, Clodoaldo (o primeiro havia falecido), Amália, Anália, Maria (Marili), Carmen, Carmen (a primeira havia falecido), Clélia, Lígia, Vanda, Clóvis e Heitor.

demonstrassem algum afeto nos momentos de harmonia conjugal, a mínima transgressão da ordem era bastante para deles virem humilhações e os castigos físicos brutais.

As adversidades enfrentadas pelo garoto magro e introvertido não poderiam ser mais emblemáticas da sociedade patriarcal do Nordeste. Os Ramos nada mais eram do que um microcosmo da rígida tradição familiar sertaneja, na qual a noção de hierarquia representava um totem. A supremacia da figura paterna como fonte de transmissão de valores desencorajava resistências e dissensões (MORAES, 2012, p. 24).

Aplicando a pedagogia da palmatória, o impaciente Sebastião tentou ensinar o alfabeto ao filho, então com cinco anos. Para a criança, foi um fracasso doloroso:

As pobres mãos inchavam, as palmas vermelhas, arroxeadas, os dedos grossos mal se movendo. Latejavam, como se funcionassem relógios dentro delas. Era preciso erguê-las. Finda a tortura, sentava-me num banco da sala de jantar, estirava os braços em cima da mesa, procurando esquecer as palpitações dolorosas (G. RAMOS, op. cit., p. 98).

A segunda tentativa de aprendizado das primeiras letras se deu com Mocinha, sua meia-irmã paterna, que o aliviou da disciplina violenta do pai, e o colocou em contato com cartilhas escolares que apresentavam provérbios sisudos, como “– Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém”. O menino curioso se via confuso com aquilo que não compreendia: “Esse Terteão para mim era um homem, e não pude saber o que fazia no final da carta” (Ibid., p. 99). Na escola, estudando a cartilha do Barão de Macaúbas, o menino topou novamente com o problema não esclarecido do tal “Terteão”, além das outras demais leituras artificiais que serviam de pretexto para serem incutidas lições morais através de fórmulas prontas. O contato com obra do precursor do livro didático no Brasil só lhe aumentou a ojeriza com a leitura e a escrita: “Um grosso volume escuro, cartonagem severa. Nas folhas delgadas, incontáveis, as letras fervilhavam, miúdas, e as ilustrações avultavam num papel brilhante como rasto de lesma ou catarro seco” (Ibid., p. 117). O terceiro livro que lhe apareceu foi igualmente abominado: *Os Lusíadas*, de Camões.

Sim, senhor: Camões, em medonhos caracteres borrados – e manuscritos. Aos sete anos, no interior do Nordeste, ignorante da minha língua, fui compelido a adivinhar, em língua estranha, as filhas do Mondego, a linda Inês, as armas e os barões assinalados. Um desses barões era provavelmente o de Macaúbas, o dos passarinhos, da mosca, da teia de aranha (G. RAMOS *apud* MORAES, op. cit., p. 25).

Se, por um lado, essas primeiras experiências rudimentares com as letras não eram suficientes para tornar evidente quem mais tarde Graciliano Ramos se tornaria, por outro o

seu *habitus* cultivado⁴ sinalizava o tipo de literatura que ele não (re)produziria. De acordo com Falleiros (1999), na experiência de Graciliano a escola se revelou não só como um mero *microcosmo capaz de miniaturizar a hostilidade do mundo*, mas como um *fluxo contínuo desse mundo hostil*:

A escola não é diferente do modo depreciativo como sua irmã natural é tratada pelo pai, moralmente obrigado a acolhê-la, e pela mãe cerimoniosa, dura e ciumenta com a intrusa, como tampouco difere dos berros, repelões e coques que o menino recebe em casa dos pais brutais. (...) Mas de fato o que temos é a impressionabilidade silenciosa de uma criança vendo espantada o mundo que a pariu (FALLEIROS, 1999, p. 163).

Em 1899, a família Ramos mudou-se para Viçosa, na Zona da Mata alagoana, onde o patriarca estabeleceu a sociedade comercial Ramos & Costa, “explorando o negócio de fazenda, miudeza, ferragem e perfumaria” (G. RAMOS, 1992, p. 163). O negócio tornou-se próspero, Sebastião Ramos adquiriu uma propriedade rural e investiu também na pecuária. Graciliano foi matriculado na escola pública da professora Maria do Ó, cujo rigor “se manifestava em repelões, em berros, aos setenta ou oitenta alunos arrumados por todos os cantos” (Ibid., p. 164). Mais uma vez ele topou, desgostoso, com uma cartilha do Barão de Macaúbas. Para ele, o lugar de estudo era também um lugar de suplícios, conforme mais tarde desabafaria: “Não há prisão pior que uma escola do interior” (Ibid., p. 188).

O menino Graciliano, que até os nove anos mal sabia ler, sentia-se inferior aos outros de seu convívio, como Rodolfo, Joaquim, Pedro e Paulo, filhos do farmacêutico Joaquim Pinto da Mota Lima, seus vizinhos e amigos:

Esses garotos, felizes, para mim eram perfeitos: andavam limpos, riam alto, freqüentavam (sic) escola decente e possuíam máquinas que rodavam na calçada como trens. Eu vestia roupas ordinárias, usava tamancos, enlameava-me no quintal, engenhando bonecos de barro, falava pouco (Ibid., p. 187).

Embora o catecismo também não lhe inspirasse simpatia, o menino Graciliano foi iniciado na carreira eclesiástica como coroinha da Matriz: “Uma catástrofe. Desengonçado dentro das vestes, ficou a ver navios com a língua enrolada do padre – desconhecia o que fosse o latim. Respiraria aliviado ao ser dispensado da tarefa” (MORAES, op. cit., p. 30).

⁴ Bourdieu chama de “*habitus* cultivado” a “disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação”, propiciada pela escola – enquanto “força formadora de hábitos” – aos que são direta ou indiretamente submetidos à sua influência (cf. BOURDIEU, 2007, p. 211).

O gosto pela leitura só lhe foi despertado graças à intervenção afetuosa de sua agradável prima Emília, que deixou o menino espantado com uma indagação feita por ela diante de seu apelo para que a mesma lhe auxiliasse na decifração de um texto: “Por que não me arriscava a tentar a leitura sozinho?” (G. RAMOS, op. cit., p. 190). Foi o que procurou fazer. A princípio, desinteressado nos “livros escolares insossos” e na falta de “aventuras, justiça, amor, vinganças, coisas até então desconhecidas”, agarrava-se “a jornais e almanaques, decifrava as efemérides e anedotas das folhinhas” (Ibid., p. 211). Depois, na biblioteca do tabelião Jerônimo Barreto, rodeado de livros de todos os tipos, o menino “foi apresentado a índios, reis, príncipes, aventureiros, vilões e sedutoras donzelas” (MORAES, op. cit., p. 29-30). Em alguns meses, Graciliano “devorou” romances de José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e Júlio Verne. Logo as mudanças provocadas pelo fornecimento de sua “provisão de sonhos” repercutiriam em sua linguagem e em suas maneiras de agir: “Minha mãe notou as modificações com impaciência. (...) Os caixeiros do estabelecimento deixaram de afligir-me e, pelos modos, entraram a considerar-me um indivíduo esquisito” (G. RAMOS, op. cit., p. 216).

A primeira manifestação literária de Graciliano Ramos aconteceu por volta dos doze anos de idade, quando fundou *O Dilúculo*, órgão do Internato Alagoano, dirigido por ele em companhia de seu colega Cícero de Vasconcelos. Os dois foram incentivados pelo literato Mário Venâncio, professor do Internato e agente dos Correios, que, apesar de conhecer pouco geografia, encantava os estudantes lendo histórias e declamando poesia. Na verdade, “Mário Venâncio fabricava artigos e notícias, reduzia os diretores a simples testas de ferro” (Ibid., p. 228). Contudo, a proximidade com Venâncio permitiu a Graciliano, com dinheiro que surrupiava da loja do pai, adquirir publicações dos catálogos das livrarias Garnier e Francisco Alves por via postal. Desse modo, vieram se juntar às suas leituras e ao seu acervo pessoal as obras de Aluísio de Azevedo, Victor Hugo, Daniel Defoe e Miguel de Cervantes. O menino também passou a frequentar a sociedade Instrutora Viçosense, que “dispunha de duas estantes de livros e uma mesa comprida com jornais e revistas que recebia gratuitamente, inclusive da França, da Inglaterra, da Itália, de Portugal e da Argentina” (Ibid., p. 32).

A primeira edição de *O Dilúculo* saiu em 24 de junho de 1904, marcando a estreia do escritor adolescente com o conto *O Pequeno Mendigo*⁵, não isento das emendas de Mário Venâncio:

⁵ Boa parte dos trabalhos sobre Graciliano Ramos refere-se ao título de seu primeiro conto publicado como *O Pequeno Pedinte*. Preferimos utilizar aqui a forma sinônímica que o próprio autor utilizou em suas memórias (cf. G. RAMOS, op. cit., p. 227).

Tinha oito anos!
 A pobrezinha da criança sem pai nem mãe, que vagava pelas ruas da cidade pedindo esmola aos transeuntes caridosos, tinha oito anos.
 Oh! Não ter um seio de mãe para afogar o pranto que existe no seu coração!
 Pobre pequeno mendigo!
 Quantas noites não passara dormindo pelas calçadas exposto ao frio e à chuva, sem o abrigo do teto!
 Quantas vergonhas não passara quando, ao estender a pequenina mão, só recebia a indiferença e o motejo! Oh! Encontram-se muitos corações brutos e insensíveis!
 É domingo.
 O pequeno está à porta da igreja, pedindo, com o coração amargurado, que lhe dêem uma esmola pelo amor de Deus.
 Diversos indivíduos demoram-se para depositar uma pequena moeda na mão que se lhes está estendida.
 Terminada a missa, volta quase alegre, porque sabe que naquele dia não passará fome.
 Depois vêm os dias, os meses, os anos, cresce e passa a vida, enfim, sem tragar outro pão a não ser o negro pão amassado com o fel da caridade fingida (G. RAMOS *apud* MORAES, op. cit., p. 31).

O Dilúculo era uma publicação bimestral impressa em Maceió. Tinha quatro páginas, tiragem de duzentos exemplares, e era distribuído porta a porta por um estafeta chamado Buriti. Pagava-se adiantada a assinatura mensal, que custava quinhentos réis (cf. MORAES, op. cit., p. 30). O pasquim teve dezessete edições, deixando de circular em abril de 1905, mês em que Graciliano partiu para a capital alagoana a fim de continuar os estudos no Colégio Quinze de Março, onde seu pai o matriculara em regime de internato, uma vez que não havia ginásio em Viçosa.

Em fevereiro de 1906, durante as férias, Graciliano voltou para Viçosa, ajudando a criar o periódico quinzenal *Eco Viçosense*, que teve apenas duas edições. No intervalo entre uma e outra, a cidade foi surpreendida pela chocante notícia do suicídio de Mário Venâncio, mentor intelectual do escritor adolescente – “amável profeta” que via nele sinais de Coelho Neto e Aluísio Azevedo e lhe vaticinava que escreveria romances –, envenenado com ácido fênico (cf. G. RAMOS, op. cit., 229). A produção do *Eco* foi interrompida, mas não diminuiu a flama literária que fora acesa no coração do jovem:

O Dilúculo também morreu logo. Distanciei-me da crítica. E não me entendi com o público, muito incerto. No colégio, na Escola Pedro Silva, na Instrutora Viçosense, toleravam-me. Em casa, sem exame, detestavam as minhas novas ocupações (Ibid., p. 230).

Exercitando a autodidaxia, Graciliano evoluiu no aprendizado de línguas estrangeiras, especialmente o francês, ousando, nesse idioma, encarar Balzac, Zola, Dostoiévski e Tolstoi.

Aos treze anos arriscou os primeiros sonetos. Como acontecia com nove entre dez aprendizes de poeta da época, seria influenciado pelos guias do parnasianismo, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Raimundo Correia. Daí o rigor com a métrica e a rima, a preferência por temas amorosos em primeira pessoa (MORAES, op. cit., p. 33).

Ainda em 1906, junto com seu amigo Joaquim Pinto da Mota Lima Filho, Graciliano arriscou publicar poemas em *O Malho* – revista carioca de circulação nacional, que mesclava humor e política, fundada em 1902 por Crispim do Amaral em meio ao surto de revistas que surgiram entre 1880 e 1911 como alternativa aos jornais, e que começavam a funcionar empresarialmente. “No quadro de colaboradores, Bilac, Guimarães Passos, Emílio de Menezes e Bastos Tigre, ao lado de chargistas como J. Carlos e Luís Peixoto” (Ibid.). Voltadas para o grande público, com páginas coloridas, ricas em ilustrações, e pondo em diálogo as linguagens escrita e visual, essas revistas eram importantes tanto para a difusão cultural urbana como para constituírem a *visualidade* e a *sensibilidade modernas* entre os seus leitores (LINS, OLIVEIRA e VELLOSO, 2010).

Figura 1 - Facsimile da capa da 1.ª edição da revista *O Malho*, datada de 29 de setembro de 1902



Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa.

O Malho, uma das predileções de Graciliano⁶, era aberta à participação de jovens escritores, objetivando, com isso, estimular na mocidade brasileira o talento literário. Desse modo, respectivamente sob os pseudônimos Feliciano Olivença e Feliciano de Olivença, Graciliano conseguiu ali publicar, respectivamente, dois sonetos: *Incompreensível*, em 29 de junho de 1907; e *Confissão*, no dia 6 do mês seguinte. Entre 1909 e 1911, o então poeta Graciliano colaborou com o *Jornal de Alagoas* e o *Correio de Maceió*. No primeiro, estreou com o soneto *Céptico* – assinado com o pseudônimo Almeida Cunha – em 10 de fevereiro. O texto (cf. MORAES, op. cit., p. 34) foi modelado com o traço da sofreguidão parnasiana, estilo em voga naquele momento:

Quanto mais para o céu ergo o olhar compungido
De tristeza repleto e de esperança vazio,
Mais encontro impiedoso, agitado e sombrio
Sempre o céu que me abate e me torna descrido.

É em vão que a crença busco, embalde fantasio
Meu passado sem névoa, um passado perdido...
Só sinto o coração pulsando colorido
Ao peso glacial de um cepticismo frio.

Tenho a cabeça em brasa e o pensamento enfermo.
A alma me compunge e tudo é triste e ermo
Nos arcanos sem fim de um peito esquelético.

Pesada treva envolve o meu olhar ardente,
E mais fico agitado e mais fico descrente
Quanto mais para o céu ergo os olhos de céptico.

A despeito de começar a ser reconhecido no reduzido círculo literário maceioense já como um *literato alagoano*, Graciliano já depreciava a sua produção poética. Incrédulo com o convite, o jovem poeta concedeu ao *Jornal de Alagoas* a sua primeira entrevista, cuja compreensão é importante em nossa visada por revelar-nos mais claramente os elementos que constituíram o seu *habitus*, isto é, os gostos, as preferências, os esquemas de percepção e apreciação com os quais se manterá coerente ao longo da vida.

Na enquete, publicada em 18 de setembro de 1910, Graciliano listou os autores com os quais mais se afinava e professou a sua fé no realismo, pensado por ele como “a escola literária do futuro”. Disse que a sua principal influência vinha de Aluísio de Azevedo, com quem compartilhava posicionamentos estéticos e políticos: “afrontando uma sociedade

⁶ Prova da predileção foi quando, em 1911, após haver se submetido a uma intervenção cirúrgica em Recife, Graciliano mandou um recado ao palmeirense Antônio Panta pedindo-lhe que guardasse todos os seus “*Malhos*”, enquanto estava se recuperando na propriedade de sua avó materna, Tereza Ferro, em Maniçoba, perto de Buíque (cf. G. RAMOS, 2011, p. 13).

atrasada e uma imprensa parcial e injusta, teve forças para derrubar o romantismo caduco; porque, em sua vasta obra e fecunda, existe o que há de mais verdadeiro e simples” (G. RAMOS *apud* MORAES, op. cit., p. 35). Acrescentou ao rol de influências o “realismo cru de Adolfo Caminha e a linguagem sarcástica de Eça de Queirós”, os “versos verdadeiramente artísticos” de Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Guimarães Passos, Luiz Murat e Luiz Guimarães. Afirmou dar primazia à prosa, em vez da poesia, por não ter, sempre segundo ele, talento para cultivar o realismo – sua escola preferida, que rompia “a trama falsa do idealismo, descrevendo a vida tal qual é, sem ilusões nem mentiras. Antes a ‘nudez forte da verdade’ que ‘o manto diáfano da fantasia’”. Mas, será que os realistas não enxergavam apenas o “lado negativo das coisas”? A esta indagação, o entrevistado respondeu dizendo que “a parte boa da sociedade quase não existe. De resto, é bom a gente acostumar-se logo com as misérias da vida. É melhor do que o indivíduo, depois de mergulhado em pieguices românticas, deparar com a verdade nua e crua”.

A entrevista foi encerrada com a sua primeira manifestação pública de indiferença com relação à Academia Brasileira de Letras – posicionamento conservado vida afora – na condição de instituto de *consagração burguesa*, para usar uma expressão de Bourdieu (1996, p. 249), estendendo a crítica ao grupo de escritores alagoanos que intentavam fundar uma academia também no Estado – algo que veio a efeito nove anos depois:

Será uma associação que não trará desenvolvimento algum à literatura no nosso estado. Sempre o espírito da imitação! Uma Academia, em Alagoas, não será mais que a caricatura da Academia Brasileira de Letras. E o resultado? Teremos meia dúzia de “imortais” que, escorados em suas publicações de duzentas páginas, olharão por cima dos ombros os amadores que estiverem fora da panelinha acadêmica (G. RAMOS *apud* MORAES, op. cit., p. 35).

Até 1913, Graciliano colaborou também com *O Malho* e a revista literária maceioense *Argos*, sempre oculto por pseudônimos, como se não quisesse deixar vestígios de sua identidade. Nesse ínterim, ocorreu nova e profunda mudança em sua vida: na então próspera cidade agrestina de Palmeira dos Índios, antigo aldeamento dos Xukurus e dos Kariris, entreposto comercial do sertão alagoano, seu pai adquiriu uma loja, uma pequena fábrica descaroçadora de algodão movida a vapor, e uma casa cercada por terras férteis, tudo comprado ao major José Vieira de Brito pelo preço de cinco contos de réis. Sebastião Ramos abriu, no antigo Quadro – posteriormente chamado de Praça da Independência⁷ –, no centro

⁷ O “Quadro” era oficialmente chamado de Praça Dom Pedro II desde 1887. O logradouro mudou de nome quando a intendência municipal foi transferida para aquele endereço, levando o mesmo a ser chamado de Praça

da cidade, a sua loja de tecidos cognominada Sincera, e chamou seu primogênito que, até então, morava em Maceió, para ajudá-lo nos negócios.

Recém saído do ginásio, Graciliano pisou em Palmeira dos Índios pela vez primeira no dia em que completou dezoito anos. O restante da família ainda estava em Viçosa, aguardando a mudança definitiva. Na carta que escreveu à mãe pouco mais de quinze dias depois de sua chegada, ele relatou as suas impressões a respeito das características do lugar e suas expectativas quanto a viver no mesmo:

Aqui estamos todos bons nesta santa Palmeira, terra que, se não é boa, sempre é menos ruim do que eu julgava. Aqui não há cafés, há maus bilhares, pouca cerveja, nenhum divertimento. Enfim gasta-se pouco dinheiro e vende-se alguma coisa, isto é, ganha-se mais do que se gasta (G. RAMOS, 2011, p. 11).

Imerso nas atividades comerciais, Graciliano enriquecia, através da leitura, o seu capital cultural, e nela encontrava um refúgio perante a dificuldade de manter-se no ofício que mais almejava: a literatura. No tocante à produção, Graciliano optou por nunca mais trilhar pela via poética, como se lê na carta ao amigo José Pinto da Mota Lima Filho – o Pinto – de 13 de abril de 1914 – um texto que, no fim, nos faz lembrar a *Autopsicografia*⁸ (1930), do português Fernando Pessoa:

Sinto-me incapaz de escrever. Queres crer que a última coisa que me saiu da cabeça foi aquele pobre *Estrelas*? Abandonei o *Sudra*, faz mais de um mês que não olho para ele. E já estavam escritas cento e cinquenta tiras. Não posso fazer nada: sinto-me mais bruto que de ordinário. E tu, que tens feito? Como vais? Quanto soneto já fizeste depois do *Mirage*? Parlapatão! Mentiroso! Passeios, beijos, palavras açucaradas... Patife! Tu algum dia passeaste com ela, safado? Algum dia beijaste a moça? Toda essa corja de sujeitos que fazem versos mente, e mente muito. Detesto semelhante gente. Quero acreditar que para o futuro serás menos mentiroso (G. RAMOS, op. cit., p. 29-30).

Como vimos, Graciliano passou pouco tempo na escola e não se tornou bacharel, ficando em déficit com o perfil comum do intelectual de sua época, exemplar da “*praga do Bacharelismo*” – usando a expressão cunhada por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* para referir-se à tendência brasileira para exaltar a personalidade individual acima de tudo, com dignidade e importância conferidas pelo título de “doutor” (HOLANDA, 1995).

da Intendência. Em 1922, no dia do centenário da proclamação da Independência, a prefeitura alterou o nome do logradouro para Praça da Independência, assim permanecendo até hoje.

⁸ “O poeta é um fingidor. / Finge tão completamente / Que chega a fingir que é dor / A dor que deveras sente. / E os que lêem o que escreve, / Na dor lida sentem bem, / Não as duas que ele teve, / Mas só a que eles não têm. / E assim nas calhas de roda / Gira, a entreter a razão, / Esse comboio de corda / Que se chama coração” (PESSOA, 1972, p. 164).

Todavia, sua autodidaxia não ocorreu fora das oportunidades que jovens como ele dispunham, por sua própria condição social. Conforme Miceli:

O autodidatismo é algo matizado. Embora se possa rastrear o aprendizado caseiro de línguas estrangeiras ou a absorção de um capital cultural formidável, cabe salientar o aspecto sistemático dessa apropriação extraescolar de linguagens e saberes. *Tratava-se de um autodidatismo peculiar para rapazes de tal condição social*, ora próximo de um aquecimento doméstico, ora costeando a absorção de habilidades pouco usuais. Essa *educação caprichada, incutida por adultos cultos e requintados, nada tinha a ver com o esforço solitário e nada gratificante de moços destituídos de haveres*. O ponto nevrálgico dessa socialização era o espaço alargado que se abria às veleidades dos deserdados. Os incitamentos à originalidade, ao dissenso, à provocação, ao desaforo, à ousadia, à voz pessoal, à mescla de conhecimentos devem ter avivado o intento de uma aposta radical (MICELI, 2012, p. 118, grifo nosso).

É possível detectarmos uma ambivalência entre o entesouramento cultural de Graciliano e a sua insegurança com relação à atividade literária. Ao mesmo tempo em que o distanciamento do ensino regular o mantinha fora do contato com os vícios dos intelectuais do período, sobretudo dos discursos verborrágicos, sua postura autodepreciativa provavelmente adviria do sentimento de fragilidade diante da ausência da consagração através do diploma. Como escreveu Bourdieu:

Por ter adquirido sua cultura fora da ordem legítima instaurada pela instituição escolar, o autodidata está destinado a denunciar incessantemente, em sua própria ansiedade relativa à boa classificação, a arbitrariedade de suas classificações e, por conseguinte, de seus saberes, espécie de pérolas sem fio, acumuladas no decorrer de uma aprendizagem singular, ignorando as etapas e os obstáculos institucionalizados e padronizados, os programas e as progressões que transformam a cultura escolar em um conjunto *hierarquizado e hierarquizante* de saberes imprescindíveis (BOURDIEU, 2008, p. 308).

Beirando os vinte anos, Graciliano vivia isoladamente, restrito aos afazeres do ponto comercial da família, “ora recebendo mercadorias trazidas pelos caixeiros-viajantes, ora contabilizando as vendas, permitindo que o pai possa dedicar-se à agricultura e à pecuária em pequenos terrenos na periferia da cidade” (J. U. A. GUIMARÃES, op. cit., p. 102-103). No balcão da *Loja Sincera*, ele esmerava-se na leitura de clássicos diversos, como *A Origem das Espécies*, de Darwin; *O Capital*, de Marx; *A Adega*, de Ibañez; *Napoleão – o Pequeno*, de Victor Hugo; *A Campanha da Rússia*, de Tolstoi; “uma infinidade de gramáticas e outras cacetadas” (G. RAMOS, op. cit., p. 24). Embora a atividade principal que o jovem exercia não ser, naquele momento, aquela que o mesmo mais almejava se dedicar, ele demonstrou ter com ela o zelo que mais tarde o tornaria famoso também na história política brasileira, como

se observa num pequeno e detalhado relatório constante na carta datada de 31 de agosto de 1913:

Meu pai: Recebi sua carta e ainda desta vez não posso informar sobre o negócio da venda de quatro burros a Júlio Amorim. Mandeí pegar os animais, como o senhor mandou em uma carta, mas o comprador, depois de vê-los, resolveu ficar apenas com dois, o que não me pareceu razoável, porque ele naturalmente escolheria os melhores, coisa que não tinha combinado consigo. Da outra vez esqueci-me de mandar os jornais pelo Clodoaldo, mas mandei-os por uma pessoa (não me lembro quem) que me disse que havia de encontrar-se consigo. Vão pelo Clodoaldo os desta semana. Já sabia que o senhor tinha recebido 100 mil-réis do sr. Isidoro. O freguês de que fala em sua carta não veio saldar, como lhe prometeu. O apurado ontem foi 515 mil-réis. Pouca gente tem aparecido para saldar (G. RAMOS, op. cit., p. 19).

Comedido, Graciliano ia se integrando, pouco a pouco, à rotina social de Palmeira dos Índios, participando de saraus e de “badernas formidáveis” promovidas pelo promotor de justiça José Helvécio de Souza, o “patrono da gente moça” (cf. *Ibid.*, p. 25-28). Na crescente cidade de cinco mil habitantes, Graciliano angariou a fama de homem letrado. Começou a lecionar francês no Colégio Sagrado Coração, vinculado à Paróquia de Nossa Senhora do Amparo. Paralelamente, convencido pelos amigos, ministrou a quatorze alunos um curso noturno pago no qual dava aulas de noções de gramática, jornalismo, francês, italiano e esperanto. “Quase toda a turma faria carreira fora da cidade, projetando-se na imprensa, na literatura, no magistério, na política ou nos negócios” (MORAES, op. cit., p. 40). Entre eles estava Adalberon Cavalcanti Lins, que mais tarde publicaria o romance histórico *O Tigre dos Palmares* e seria consagrado como imortal da Academia Alagoana de Letras.

A esta altura, Graciliano já estava envolvido com Maria Augusta Barros. O namoro do casal causava *frisson* à vizinhança pudica, e, principalmente, nem dona Mariquinha e seu marido viam com bons olhos o relacionamento de Graciliano com a costureira filha de lavradores. Por outro lado, não interessava ao rapaz continuar tocando aquele negócio. Ele já morava fora da casa dos pais, numa república à Rua de Baixo, e não dava valor aos fuxicos. Sustentando-se com o salário ganho na loja e os parcos rendimentos provenientes da fazendola e das cabeças de gado que ganhou dos avós maternos aos doze anos, ele nutria a esperança de que a instalação da unidade de uma rede de lojas que então se espalhava pelo interior alagoano desestimulasse o pai a competir no ramo comercial:

(...) parece-me que, com a chegada da Paulista aqui, seu Sebastião Ramos resolve-se a procurar outro meio de vida. Tenho a vaga esperança de abandonar esta *porcaria*. E pergunto a mim mesmo o que é que vou fazer (*Ibid.*, p. 35).

Sabendo da possibilidade de o Pinto, seu melhor amigo, partir para a capital federal para *cavar a vida* na imprensa, não conteve a frustração:

Se resolveres deitar fora a tanga, se arribares para essas bandas onde dizem que há gente civilizada, não me escrevas um cartão, que não hei de responder palavra. Eu não escreverei nunca a um sujeito que trabalhe em um jornal do Rio de Janeiro. Sabes por quê? Porque vendo chita na Palmeira dos Índios (Ibid., p. 36).

O fragmento acima tem a data de 20 de julho de 1914. Até o dia seguinte, Graciliano tomou uma resolução que provocou uma reviravolta nas coisas, fazendo com que ele propusesse ao amigo irem juntos tentar a sorte no Rio de Janeiro:

Se estás firme em teu propósito de azular e se não te desagrade a companhia deste selvagem da Palmeira, podemos cavar a vida juntos. (...) Não encontro resistência nenhuma por parte de minha gente. Lágrimas apenas (Ibid., p. 36-37).

No dia 16 de agosto, ele partiu de Palmeira com destino a Viçosa. A decisão encontrou oposições, vindas de pessoas que o aconselhavam a abrir mão de seu projeto de emigrar, mas as opiniões contrárias não lhe suplantaram a convicção da necessidade de partir, como se percebe na carta a seguir, dirigida ao pai:

Creio que em Maceió não tenho amigos que se possam interessar tanto pela minha vida e pelo meu bem-estar. Que é que essa gente de Maceió sabe a respeito de minhas resoluções? Não quero emprego no comércio – antes ser mordido por uma cobra. Sei que também há dificuldades em se achar um emprego público. Também não me importo com isso. Vou procurar alguma coisa na imprensa, que agora, com a guerra, está boa a valer, penso. Portanto... os amigos que guardem suas opiniões (Ibid., p. 37-38).

No dia seguinte, no Porto de Jaraguá, em Maceió, Graciliano subiu a bordo do navio Itassucê, chegando à capital da República depois de quase duas semanas de viagem. Desembarcando no cais do porto do Rio de Janeiro em 29 de agosto de 1914, ele encontrou uma cidade em processo de gentrificação, arrivista, compulsoriamente inserida na *Belle Époque*, erguendo um *décor* urbano à altura da empáfia da nova classe conservadora, isto é, a burguesia carioca (SEVCENKO, 1995). A ideia-síntese desse período de reformismo reacionário que modificava também os hábitos e os costumes cariocas resumia-se no *slogan* cunhado por Figueiredo Pimentel e lançado em 1904 pela *Gazeta de Notícias*: “O Rio civiliza-se” (BORGES, 2007, p. 1075).

Baseado na cultura do café, São Paulo permanecia o centro econômico do país, com peso político fundamental para a manutenção da República Oligárquica, enquanto o Rio,

outrora sede da corte real portuguesa e capital do Império, seguia como distrito federal e centro da produção cultural, cuja remodelação representava, por extensão, na linguagem dos cronistas da época, a “regeneração” brasileira. De acordo com Sevcenko (op. cit., p. 31):

A expressão “regeneração” era por si só esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento de destruição da velha cidade, para complementar a dissolução da velha sociedade imperial, e de montagem da nova estrutura urbana. O mármore dos novos tempos representava simultaneamente uma lápide dos velhos tempos e uma placa votiva ao futuro da civilização.

Nesse período de “riquezas movediças”, o jornalismo se impunha como a nova grande força capaz de absorver quase toda a atividade intelectual, tendo a crônica social uma importância básica:

Era a tentativa de dar uma ordem, pelo menos aparente, ao caos de arrivismos e aventureirismos, fixando posições, impondo barreiras, definindo limites e distribuindo tão parcimoniosamente quanto possível as glórias. Ela concorre para frear ou legitimar, pela hierarquia do pecúlio, o frenesi de “aristocratizações” *ex-abrupto* que brotam como cogumelos pela sociedade republicana adentro (Ibid., p. 39).

No turbilhão de acontecimentos, encontrava-se agora Graciliano Ramos, que pôde acompanhar as mudanças de “uma imprensa dividida entre os resquícios do império e as inovações da república” (GALINA, 2007, p. 60). Graciliano arranhou o primeiro emprego no dia 23 do mês seguinte à sua chegada, como foca, no *Correio da Manhã*, jornal capitaneado pelo jornalista e político Edmundo Bittencourt. Era o principal diário de oposição, e gozava de vasta popularidade. Dezoito dias depois, Graciliano passou à monótona função de suplente de revisão das provas tipográficas. Ele só assumia o serviço na falta do titular ou se houvesse acúmulo de serviço, situações extraordinárias. Ganhava pouco, mas os rendimentos da fazendola que o pai lhe remetia permitiam que, “em economia de guerra”, conseguisse se manter. Para reforçar o orçamento, ele arranhou o emprego temporário de suplente de revisão no vespertino *O Século*, de Brício Filho, jornal de menor volume, publicidade escassa, mas que contava no quadro de colaboradores com nomes de grande prestígio político e intelectual, como Lauro Sodré, Estevam Lobo, Osório de Brito, Silva Marques e Germano de Oliveira.

Em sua nova rotina de trabalho, Graciliano literalmente trocou o dia pela noite, enfrentando dificuldades várias, além das financeiras. Uma delas era a saudade, resistindo com altivez, mantendo firme a convicção que nutria desde antes da partida:

Meu pai mandou-me dizer que vocês estavam magnificamente e que esse Pinga-Fogo era um paraíso. Deu-me o conselho de voltar, caso fosse caipora, prometendo-me aí uma penca de felicidades. É o que farei, não tem dúvida. Mas depois, quando tiver lutado muito tempo e quando me sentir inteiramente desanimado. Se assim acontecer, arribarei daqui para Palmeira, vou aprender a comprar couros e nunca mais hei de abrir um livro.

Anteontem encontrei o Pinto muito triste, desesperado para voltar. Sente-se mal o pobre rapaz, por viver entre pessoas estranhas, diz ele. Mas ele está constantemente em casa, junto ao Rodolfo e à família. Ainda não experimentou nada de desagradável. (...) Esse desejo doido de voltar para a aldeola que ficou lá, muito longe, entre montanhas, é uma coisa muito natural. Ele, eu, todos enfim, temos essa nostalgia que nos faz rever a torre da igreja, as paredes brancas do cemitério, os atalhos cheios de florinhas. Mas a gente reage, faz-se forte e... fica (G. RAMOS, op. cit., p. 48).

Saudade, além de tudo, de casa, dos familiares, dos amigos – das pessoas:

Não, não foi um sonho aquele tempo bom que passei aí. E se foi um sonho, foi um sonho agradável. Imagina tu que muitas vezes mando ao diabo os livros e passo dias inteiros, noites até, relendo a correspondência que daí recebo e absorto em escrever cartas complicadas a vocês e a alguns bons camaradas (Ibid., p. 47-48).

Em 1915, Graciliano foi contratado como revisor do jornal *A Tarde*, passando a colaborar com o semanário *Paraíba do Sul*, da cidade fluminense homônima, e, novamente, com o *Jornal de Alagoas*.

Para um jovem de 22 anos, autodidata, recém-chegado do interior alagoano, os textos revelam um nível de informação e uma visão crítica dignos de nota. Com exatidão gramatical, fluência e humor, ele focalizava fatos do cotidiano e satirizava as manhas de nossas elites políticas (MORAES, op. cit., p. 43).

Com o passar do tempo, depois se aventurar entre empregos transitórios que não lhe ofereciam expectativas duradouras, Graciliano queixou-se das dificuldades intrínsecas à configuração de seu microcosmo profissional:

Um tipo escreve um livro e vai, ele próprio, engrandecer, pelos jornais, o livro que escreveu. Muitas coisas más conseguem ser boas assim. Eu digo comigo mesmo que o meu vizinho é um asno; mas tenho interesse em dizer em público que ele é um gênio. É o elogio pago. Tudo reclamo, em toda parte, a toda hora, sob todas as formas (G. RAMOS, op. cit., p. 59).

Tais circunstâncias, vividas “numa terra onde só se pode conseguir alguma coisa com muito reclamo”, obrigaram-no a aceitar ajuda financeira para se manter, tornando-se beneficiário dos rendimentos da loja do pai. O emprego de revisor era mais um papel decorativo que cumpria sob a promessa de que lhe seria arranjada qualquer coisa “cavável”. O

desejo de voltar para casa começou a tomar forma de resolução, caso não obtivesse êxito na busca de um emprego seguro, como escreveu a Sebastião Ramos em 24 de maio de 1915:

É porque eu penso que a coisa não pega. Ele vai falar com o redator-chefe da *Notícia*, o redator fala com o diretor da *Gazeta*, este fala com o gerente, este falará com o gerente, que falará com não sei quem, com o diabo, talvez. E, enquanto a questão segue tão complicados trâmites, eu embarco pacificamente para as Alagoas, num vapor da *Lloyd* (Ibid., p. 73).

Em julho, ele ainda se mantinha animado em permanecer no Rio, pois julgava sair ganhando com aquela experiência: “Se não me sair mal, pode ser que, para o futuro, faça alguma coisa. Se me sair mal, paciência... O que é verdade é que nunca estou desocupado” (Ibid., p. 80). O que ele não imaginava é que seu retorno seria adiantado por circunstâncias trágicas: as mortes de quatro familiares, vítimas de um surto de peste bubônica que assolou Palmeira dos Índios em 1915 (TORRES, 2001a; 2001b) e ainda deixou abaladas as saúdes de sua mãe e de mais duas irmãs. Entre o dilema de ser útil aos seus e levar adiante a carreira jornalística, Graciliano escolheu a primeira opção: “Não me tenta a Palmeira. Mas acredito que com o sacrificar-me não sacrificarei grande coisa” (G. RAMOS, op. cit., p. 89). Em setembro, ele estava de volta àquele ponto do agreste de Alagoas.

No mês seguinte ao de sua chegada do Rio de Janeiro, precisamente em 15 de outubro de 1915, Graciliano casou-se com a namorada Maria Augusta, em cerimônia civil que teve Lauro de Almeida Lima como juiz. No dia 31 de outubro de 1917, atendendo ao desejo da esposa, Filha de Maria⁹, diante do altar de Nossa Senhora do Amparo, padroeira da cidade, os dois trocaram juras de se amarem até que a morte os separasse – e ela os separaria três anos depois da promessa.

Em 1916, foi adida à rotina de trabalho de Graciliano no comércio outra obrigação: a militar, cumprida com mais de uma centena de jovens que, como ele, foram os primeiros alistados a assentar praça no Tiro de Guerra n.º 384. “Certa vez, ao fazer uma palestra de duas horas para oficiais e soldados, arrancou aplausos da plateia ao enaltecer, em refinado português, o papel do Exército na formação do caráter do bom brasileiro” (MORAES, op. cit.,

⁹ Associação leiga de ação clericalizadora em Palmeira dos Índios, a Pia União das Filhas de Maria, cuja origem remonta à Idade Média, sendo reavivada na França do século XIX, no bojo do movimento ultramontano contemporâneo do surgimento da Sociedade de São Vicente de Paulo e do Apostolado da Oração. Segundo o que dizia o manual da irmandade, publicado em 1896, a União das Filhas de Maria se definia como “(...) um agrupamento de donzelas cristãs e piedosas que, militando sob a bandeira de Maria Santíssima Imaculada, tem por fim (...) evitar o mal e progredir, como boas jovens, na piedade cristã, na honestidade dos costumes e na observância dos próprios deveres, mediante a proteção da Virgem Imaculada e de Santa Inês e as regras que a Pia União descreve” (SILVA, Maria de Fátima Santana da. A Pia União das Filhas de Maria da cidade de Goiana, 1906-1920. Recife: FASA, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Católica de Pernambuco, 116f., p. 87).

p. 40). Cumpridos os oito meses de serviço militar, ele voltou a dividir-se entre os negócios da *Loja Sincera* e as leituras. Em 30 de abril do ano seguinte, o então caixeiro-sócio da *Loja Sincera* comprou o estabelecimento do pai, tornando-se proprietário único do empreendimento comercial da família Ramos.

Graciliano e Maria Augusta tiveram quatro filhos, sendo que cerca de doze meses intervalaram o nascimento do primeiro e do segundo, e quase vinte e quatro meses entre o nascimento do segundo para o terceiro. Márcio nasceu em 14 de setembro de 1916. Júnio, em 13 de setembro de 1917. Múcio veio ao mundo no dia 29 de setembro de 1919. Da última gravidez do casal nasceu uma menina, em 23 de novembro de 1920, batizada com o nome de Maria Augusta em homenagem à mãe, que morreu no dia seguinte, devido a complicações no parto. Graciliano Ramos, aos 28 anos, estava agora viúvo e com quatro filhos para cuidar.

O período após a morte da esposa é difícil. Tenta várias saídas para sanar sua inconformação: abandono das distrações costumeiras de jogos e reuniões sociais, vestir-se de preto, cortar os cabelos à escovinha, e até recorrer à religião como sedativo para suas aflições, muito embora sem qualquer resultado satisfatório. Conta-se também que fazia longas caminhadas a pé, inconsolado, refugiando-se no alto dos morros, entregue às leituras. Nesse período, vive inteiramente dedicado às leituras. É a partir dessa época e desse acontecimento trágico que começa a desenvolver o que já se denominou suas “esquisitices”. Elas se tornaram notórias posteriormente como: lavar as mãos e ensaboá-las repetidas vezes durante o dia, além dos acessos de misantropia que teve logo nos primeiros dias, enclausurando-se no quarto em que faleceu a esposa e ficando a chamá-la em voz alta, durante a noite (J. U. A. GUIMARÃES, op. cit., p. 105).

Enfurnado em lamentações, leituras e manias, viu estagnar a sua produção literária, como depois confessaria ao amigo Pinto:

Depois que aqui cheguei, nenhuma tentativa fiz para garatujar coisa nenhuma. Até o dia em que o senhor vigário me pediu para rabiscar o jornaleco vagabundo de que te mandei algumas amostras, vivi sem abrir um livro, inteiramente burrificado (G. RAMOS, op. cit., p. 99).

No excerto transcrito acima, Graciliano referia-se ao incentivo do padre Francisco Xavier de Macedo, novo pároco da cidade, pelo qual foi estimulado a retomarseu trabalho intelectual, dedicando-se novamente à atividade jornalística, desta vez produzida na própria localidade.

Vale aqui ressaltar a relação entre Igreja Católica e jornalismo em Alagoas. Aliás, o fato de o *Íris Alagoense*, primeiro jornal alagoano, ter sido fundado em 1851 pelo padre Afonso de Albuquerque e Melo, nos mostra que o jornalismo alagoano nasceu caudatário do catolicismo. A criação da Diocese de Alagoas (atual Arquidiocese de Maceió), no limiar do

século XX – em conformidade bastante com a lógica romanizadora instaurada no catolicismo brasileiro, superado o regime do padroado régio –, coincidiu com o início do domínio da oligarquia liderada por Euclides Malta no Estado, governador que teve bastante influência também no processo romanizador, desde o fato de o primeiro bispo nomeado para a nova diocese, o matagrandense dom Antônio Brandão, ser de sua parentela, até o apoio material para a ereção do seminário Nossa Senhora da Assunção, dedicado à formação de novos sacerdotes, e para a manutenção das obras pias da diocese (RAFAEL, 2004, p. 61-149). Em 1913, dom Antônio Lopes, segundo bispo diocesano, fundou o jornal *O Semeador*, dirigido pelo monsenhor Antônio Cerqueira Valente.

No início era um jornal oficial do Estado, com edições diárias vespertinas e de referência para o leitor alagoano por publicar notícias atualizadas não só de ordem religiosa, mas também de ordem política de interesse da sociedade local (MONTEIRO, 2013).

A iniciativa do padre Macedo reproduzia em plano local a experiência da Arquidiocese, em meio ao processo de clericalização da Igreja Católica no Estado. A relação umbilical entre Igreja, poder e intelectualidade em Alagoas justifica a aproximação de Graciliano e a paróquia de Palmeira dos Índios, mediada por sua amizade com o padre Macedo, embora já tivessem desabado para ele os pilares da crença religiosa, “pelo que representavam de monolitismo de consciência” (MORAES, op. cit., p. 44) – reflexo de sua rejeição à ordem constituída – e expressado convictamente o seu ateísmo, filosofando com o *martelo nietzschiano*¹⁰ (G. RAMOS, op. cit., p. 70-74).

Não obstante as radicais diferenças de opinião, o padre Macedo reconheceu em Graciliano o homem de letras de que necessitava para o semanário *O Índio*, fundado em 30 de

¹⁰ Referimo-nos à proposta filosófica de Friedrich Nietzsche (1844-1900), autor de *Crepúsculo dos Ídolos, ou Como Filosofar a Golpes de Martelo*, obra de 1888, na qual o filósofo alemão retoma, de modo radical, o espírito crítico dos pensadores modernos, propondo, todavia, uma crítica à busca da verdade, não poupando nem mesmo a filosofia de seu ataque – tendência observada no conjunto de sua obra. Ao afirmar, por exemplo, que “Deus está morto”, Nietzsche declara a morte da metafísica tradicional, significando, em primeiro lugar, a revisão da moral cristã e do apego a ela, bem como se seria necessário lamentar a perda desses valores, e, em segundo lugar, o aparecimento do *übermensch*, o super-homem, autodisciplinado, senhor de seu destino que não lamenta tal perda. Encontramos o eco dessa mentalidade na carta de Graciliano ao pai, datada de 24 de maio de 1915, quando estava no Rio de Janeiro: “Aqui não sou propriamente um santo, mas vou em caminho do céu, apesar de o senhor pensar que sou um bocado ateu. Essa suposição do senhor não quer dizer nada. Eu não me pareço ateu, como está em sua carta. Sempre o fui, graças a Deus, como dizia o saloio. (...) Oh! eu respeito muito a religião que tem o poder de, acendendo algumas piedosas fogueiras com azeite humano, chamar a seu grêmio os mais encarniçados inimigos.

É verdade que ela hoje não tem a força de outrora. O Deus está morto, coitado! Anda insepulto mas morto a valer, como os infernais hereges da atualidade afirmam. Mas eu respeito essa velha forjadora de embustes daqueles bons tempos em que a humanidade, para andar, precisava de freio na boca e sela no dorso...” (RAMOS, 2011, p. 70-71).

janeiro de 1921. A tipografia e a redação funcionavam na antiga Praça Guedes Gondim, (hoje Francisco Cavalcante, mais conhecida por Praça das Casuarinas), tendo como gerente Odon Braga, primo e cunhado de Graciliano. Além da colaboração dos cidadãos, o tabloide contou com articulistas de prestígio no Estado, como o historiador – e então deputado estadual – Moreno Brandão. Sob os pseudônimos J. Calisto e Anastácio Anacleto, Graciliano assinava, respectivamente, as crônicas das seções “Traços a esmo” e “Fatos e Fitas”, mais tarde reunidos em *Linhas tortas*, mas colaborava quase integralmente, como ele relataria, após ter deixado a redação:

Censuras-me por não te haver mandado o jornal cá da terra. Foi um esquecimento muito natural. Não me passou pela cabeça que tivesses interesse em ver semelhante borracheira. É uma porcaria. Estará, talvez, menos mau depois de minha saída, mas ainda assim não presta. É, realmente, de admirar, que eu tivesse trabalhado nele, de parceria de um padre. O dr. Mota publicou dois artigos, por solicitação minha. Creio que foram as últimas coisas razoáveis que ali houve, além de alguns trabalhos o Moreno Brandão. O resto, patacoadas. Enfim, como mostraste desejo de ver a obra que aqui se faz, vou arranjar uma coleção e mandar-t’á pelo correio. Tenho apenas os quatorze primeiros números, que foram os que fiz. Vou ver se consigo os outros. Mas sempre te aconselho que não percas teu tempo em ler semelhante maluqueira. Salvo se tua curiosidade for grande e, num dia de mau humor, tiveres necessidades de vítimas para algumas gargalhadas. Recomendo-te o artigo de apresentação e outros assinados por Z e F. Narciso, sua revma, o diretor. Há ainda uma chusma de onagros. Durante o tempo que ali trabalhei, esforcei-me por melhorar o artigo dos outros. Mas quem melhoraria os meus, que eram quase todos?... Enfim tu verás, se tiveres paciência (G. RAMOS, op. cit., p. 97).

O artigo de apresentação ao qual Graciliano se refere na citação acima foi publicado na edição inaugural d’*O Índio*, e, devota e patrioticamente, explicava o porquê de o jornal ter esse nome, ao mesmo tempo em que construía uma imagem ideológica de *índio* – “filósofo” e “amante das letras” – mantida entre os grupos dominantes da cidade:

Sob o título Indio (sic) quizemos (sic) apparecesse (sic) nosso primeiro jornal para significar a primitividade de nossa idéa (sic), por demais grandiosa. Representa (...) força, valor, interpidez (sic); sagacidade, argucia (sic) e intelligencia (sic), características (sic) que se encontram sobejamente no Indio (sic).

Temos nelle (sic) a primitividade nesta cidade, berço de muitos homens cultos e que, entretanto, se descuraram, deixando sua patria (sic) como que confundir-se nas espessuras de densas florestas, na epocha (sic), precisamente, em que, por toda parte, se erguem monumentos de letras. E o Indio (sic), selvagem embora, pensa, raciocina; por isso se descobre amigo da luz, sulcando as águas limpídas da intellectualidade (sic), em demanda do grande oceano literario (sic). E, porque é (sic) intelligente (sic), cada dia mais vai para comprehender (sic) e gosar (sic) no seu intellecto (sic) o bem que lhe vem da intelligibilidade (sic), e se completa, inebriando-se pela luz do saber, perfeito complemento do ser racional.

(...)

O Indio, promovido por uma associação, será, em primeiro lugar (sic), social, prestando-se indistinctamente (sic) e sem cor política (sic) partidaria (sic) aos interesses sociaes (sic) de sua patria (sic). Noticioso, é sobretudo moral, podendo, sem rebuços, confessar-se jornal do povo.

Que nos vejam de toda parte com benignidade: - Os intellectuaes (sic) como mais um rebento dos seus profusos conceitos espalhados variadamente em suas produções; os mestres a recompensa dos seus ensinamentos; toda a gloria (sic) de nossa patria (sic) pelo soerguimento moral desta querida porção de Alagôas (sic).

Jornalistas e homens de letras que tiveste o vosso berço nesta amada terra das Palmeiras, vós que longe ou perto estaes (sic) a expandir os jactos (sic) luminosos do vosso saber, vós os Correia Pais, os Britos, os Accioly, (...) do Indio (sic) patricio, trazendo-lhe as carícias que vos embalaram o berço, que é o nosso mesmo berço.

– E? (sic) vosso dever de gratidão filial.

E tu, patria (sic) situada, tu que és a mais querida de todas as patrias (sic), aceita (sic) estremecida esta filial obbata (sic). E que o Deus de nossos pais, nosso Deus também, a abençõe (sic) e incremente no futuro (MACEDO *apud* TORRES, 2001c).

Nas páginas do jornal palmeirense que circulou por mais tempo no decurso do século XX, Graciliano destilou ácidas críticas aos vícios da sociedade local, que seriam uma caricatura dos vícios da sociedade carioca, como escreveu às vésperas do carnaval de 1921:

O Brasil é um país fundamentalmente carnavalesco. Palmeira é uma cidade essencialmente brasileira. Boa parte dos defeitos e das virtudes que no brasileiro se encontram, em geral, o palmeirense possui, em particular. (...) De resto, nenhum pensamento, nenhuma ação, muito falar. Temos a idolatria da palavra, vazia embora (G. RAMOS, 1992a, p. 58).

Mais adiante, na mesma crônica, ele atacou o marasmo social que só era interrompido por ocasião da festa de Momo:

O país é preguiçoso. Dormir é a grande felicidade da vida. Coerentemente, a cidade dorme ou sonha acordada. Acordada? Vive numa modorra. De longe em longe estira os braços, espreguiça-se num bocejo, esfrega os olhos – e volta a mergulhar a cabeça nos travesseiros (Ibid., p. 59).

Noutra crônica, publicada em abril, comumente citada quando se recorda os intelectuais que falharam em suas prédicas sobre o futebol em seus inícios nas terras brasileiras, o autor preconizou o esporte bretão, prestes a ser introduzido em sua cidade¹¹, como “uma lembrança que certamente será bem recebida pelo público, que, de ordinário, adora as novidades”; como algo que apenas ia “ser, por algum tempo, a mania, a maluqueira, a idéia fixa de muita gente”; como uma “excitação, um furor dos demônios, um entusiasmo de fogo de palha capaz de durar bem um mês” (Ibid., p. 78). Argumentando de modo funcionalista, apoiado numa visão mecanicista da tradição (como boa parte da reflexão

¹¹A institucionalização do futebol na cidade de Palmeira dos Índios se deu em 24 de setembro de 1922, com a fundação do *Brazil Football Club* (BFC), time presidido pelo coronel Miguel Pereira Bezerra. A segunda agremiação esportiva, fundada no dia 15 do mês seguinte, foi o *Centro Sportivo Palmeirense* (CSP), sob a presidência do comerciante José Constant de Amorim. Até a formação de um campo esportivo palmeirense foi marcada pela influência da Igreja: o presidente de honra do primeiro time da cidade foi o padre Macedo (cf. MONTENEGRO et al, 2006).

cientificista desse tempo), Graciliano se baseou na correspondência entre uma realidade nacional/regional e uma instituição (LOVISOLO e SOARES, 1998). A sentença de que o futebol não pegaria e de que, contra isso, “Não vale o argumento de que ele tem ganho terreno nas capitais de importância” (G. RAMOS, op. cit., p. 80), fez o autor situar-se numa fronteira entre duas realidades distintas de um mesmo país, pois “não existe *uma* nação no Brasil da época, existem *brasis* com características culturais totalmente diferentes” (LOVISOLO E SOARES, op. cit., p. 3, grifo nosso). De um lado, um Brasil de grandes cidades litorâneas que, como já mencionamos, reúne “gente de outras raças ou que pretende ser de outras raças”¹²; onde “os viciados elegantes absorvem o ópio, a cocaína, a morfina”; onde “assiste-se, cochilando, à representação de peças que poucos entendem, mas que todos aplaudem, ao sinal da claqué”; onde há “o maxixe, o tango, o foxtrote, o *one-step* e outras danças de nomes atrapalhados”; enquanto o sertão se limitava à presença de “botocudos”, “cabindas” e “galegos”; a ser o lugar onde “há pessoas que ainda fumam liamba”; onde “há criaturas que nunca viram um gringo”; e onde ainda se dança só o samba. Em síntese, a cidade grande estaria aberta às “estrangeirices” que “não entram facilmente na terra do espinho”, cuja identidade profundamente enraizada se opõe à superficialidade da urbe moderna. A crítica ao futebol contida no discurso graciliânico, como se percebe, ultrapassava o campo esportivo e se estendia às instituições sociais e políticas de seu tempo, como quando aconselhou à mocidade, com sua habitual ironia, abandonar o *cultivo do cérebro*, substituindo isso pelo *desenvolvimento dos músculos*, embora não precisassem ir tão longe à procura de “esquisitices” com nomes que eles nem soubessem pronunciar:

Reabilitem os esportes regionais, que aí estão abandonados: o porrete, o cachação, a queda de braço, a corrida a pé, tão útil a um cidadão que se dedica ao arriscado ofício de furtar galinhas, a pega de bois, o salto, a cavallhada, e, melhor que tudo, o camba-pé, a rasteira.

A rasteira! Este, sim, é o esporte nacional por excelência!

Todos nós vivemos mais ou menos a atirar rasteira uns nos outros. Logo na aula primária habituamo-nos a apelar para as pernas quando nos falta a confiança no cérebro – e a rasteira nos salva. Na vida prática, é claro que aumenta a natural tendência que possuímos para nos utilizarmos eficientemente da canela. No

¹² Graciliano alude ao caso de Carlos Alberto, antigo jogador do *Fluminense Football Club*, transferido do *America Football Club*. Antes de entrar em campo no dia 13 de maio de 1914, preocupado com a sua imagem diante dos aristocráticos torcedores tricolores presentes à partida – de fraque, cartola e piteira –, o mulato Carlos Alberto cobriu o rosto de talco com o fim de imitar a cor da pele de seus companheiros de time. Durante o jogo, o suor exalado tornou o talco uma pasta branca a malhar a face do jogador. A torcida denunciou a farsa gritando “Pó-de-arroz!”, apelido do qual o Fluminense jamais se livraria. Por imposição do presidente Epitácio Pessoa, na composição do time que venceu o Campeonato Sul-Americano em 1919 – primeiro título conquistado por uma seleção brasileira – “não foram chamados negros porque poderiam ser chamados de *macaquitos* pelos argentinos, tal como ainda fazem hoje com jogadores negros brasileiros na Itália e na Espanha” (GONÇALVES, 2005).

comércio, na indústria, nas letras e nas artes, no jornalismo, no teatro, nas cavações, a rasteira triunfa.

Cultivem a rasteira, amigos!

E se algum de vocês tiver vocação para a política, então sim, é a certeza plena de vencer com auxílio dela. É aí que ela culmina. Não há político que a não pratique. Desde S. Exa. o senhor presidente da República até o mais pançudo e beócio coronel da roça, desses que usam sapatos de trança, bochechas moles e espadagão da Guarda Nacional, todos os salvadores da pátria têm a habilidade de arrastar o pé no momento oportuno (G. RAMOS, 1992a, p. 80-81).

A colaboração de Graciliano com o hebdomadário *O Índio* durou até 15 de maio, pelas motivações descritas por Moraes (op. cit., p. 53):

Consta que ele teria se desligado de *O Índio* por causa de uma nota sobre o aniversário do velho Sebastião. Tudo estaria bem se o tópico parasse aí. Mas alguém acrescentara: "...pai de nosso querido colaborador e ex-companheiro de redação Graciliano Ramos".

Se escrevia com pseudônimo, era porque não queria ser identificado. Mandou uma carta esbravejando contra a suposta inconfidência do redator. Ora, em uma cidade pequena como aquela, quem ignorava que ele escrevia as crônicas? Esquisitice, diriam logo. O fato é que um herege como aquele não poderia continuar por mais tempo em um semanário católico (e não é demais imaginar: para alívio do vigário).

Segundo Thiago Mio Salla (2010, p. 77), essa é a versão compartilhada entre os familiares de Graciliano. Valentim Fiacoli considera isso pouco convincente, já que o editor, autoridade máxima do catolicismo local, não teria sido intransigente para consigo. Além do mais, mesmo assinando as crônicas com pseudônimos, é "difícil imaginar que os leitores do jornalzinho não soubessem quem as escrevia" (FACIOLI In: BOSI et al, 1992, p. 39). De qualquer forma, duas edições depois de haver deixado a folha católica, Graciliano publicou nela novo texto, escrito bem ao estilo que mantinha – irônico e debochado –, assinando G. Ramos e negando ter sido seu colaborador:

Ora não tive a honra de trabalhar nesse semanário. Nunca juntei idéia para a fabricação de artigos, crônicas, notícias; nunca juntei tipos para a composição da prosa com que gente hábil enche linguados; nunca juntei os braços para puxar a alavanca do prelo que ali guincha e grita à noite, ao dar à luz o pensamento rabiscado em pedaços de papel com que se embrulha o público. Qualquer das três ocupações seria magnífica para mim, mas não quero receber o que me não pertence (G. RAMOS *apud* SALLA, op. cit., p. 79).

O Índio circulou até o fim de 1925, quando foi empastelado pelo doutor Olival Lins, promotor de justiça que se sentiu ofendido por causa um suposto artigo embaraçoso que citava o seu nome, embora isso jamais tivesse acontecido. Para não dividir as famílias católicas, o padre Macedo decidiu abafar o caso, fechando definitivamente o jornal (cf. TORRES, 2001c; 2001d).

Recluso novamente na *Loja Sincera*, Graciliano restabeleceu contato com o amigo Pinto, que havia permanecido no Rio de Janeiro desde que foi com aquele em 1914. Em correspondência datada de 10 de maio de 1921, ele comentou como encarava as contingências que o impediam de realizar seu desejo de tornar-se escritor:

É magnífico a gente conhecer-se. E quando se vai do outro lado do monte, como eu, tendo feito voltas e voltas sem chegar ao cimo, sempre é uma virtude conformar-se com a própria decadência e não ter inveja e ódio aos que sobem (G. RAMOS, 2011, p. 94).

É verdade que a iniciativa de retomar o contato foi do Pinto, que pediu em missiva que Graciliano lhe falasse de si e de seus filhos. A resposta lhe foi dada no seguinte relato:

Sou um pobre-diabo. Vou por aqui, arrastando-me, mal. Há cinco anos não abro um livro. Doente, triste, só – um bicho. Tenho quatro filhos: Márcio, Júnio, Múcio e Maria. Esta, coitadinha, provavelmente não viverá muito: está à morte. Se morrer, será uma felicidade. Para que viver uma criaturinha sem mãe? Os outros três são rapazes endiabrados. O mais velhinho, de quatro anos, conhece as letras e começa a ler os títulos dos artigos dos jornais. São desenvolvidos, mas o segundo, Júnio, é de uma estupidez que espanta. Será feliz, talvez. Muito atirado, vaidoso, não tem amizade a ninguém. Não conhece uma letra nem quer saber das rezas que uma tia tenta meter-lhe na cabeça. *São eles que aqui me prendem, meu velho. Já teria voltado para aí, se tivesse ficado só. Malgrado as desilusões, a cidade ainda me tenta. Se um dia me for possível, voltarei.* É um sonho absurdo, talvez. Para voltar necessito uma fortuna, e, apesar da guerra, estou quase nas condições em que estava quando aqui cheguei (Ibid., p. 95, grifo nosso).

O trecho destacado revela que, mesmo limitado pelas condições desfavoráveis, o desejo de retomar a carreira de escritor onde havia começado mantinha-se vivo em Graciliano, mas o desligamento do semanário ocasionou nova pausa em seu projeto intelectual, fazendo-o voltar para os negócios, “que oscilavam conforme o processo inflacionário e as cotações do algodão” (MORAES, loc. cit.). A hegemonia do café impedia que a produção agrícola nordestina, prejudicada pela seca, pudesse se recuperar, aprofundando as desigualdades regionais, provocando a emigração forçada para o Sul e abrindo as sendas para o cangaço. Estimuladas pela estagnação da economia, ocorreram as rebeliões tenentistas em 1922 e 1924, dotadas de um discurso liberal-burguês. Moraes acrescenta que

Não apenas em conspirações militares podia-se captar o espírito de transformação que desafiava o *status quo* na década de 1920. A influência da Revolução Russa se fez sentir nos grupos que se filiavam ao ideário socialista. A fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 25 de março de 1922, expressava o desejo do movimento operário de se organizar e atuar politicamente em função da nossa realidade (Ibid., p. 54).

A Coluna Prestes, movimento político-militar liderado por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, percorreria, por dois anos, vinte e cinco mil quilômetros fazendo a apologia, em linhas gerais, do voto secreto, do ensino público e da obrigatoriedade do ensino primário a toda a população. A Coluna pregou, sem sucesso, a queda do regime, mas conquistou a simpatia das camadas populares oprimidas, como Graciliano posteriormente relataria, em sua *Pequena história da República*:

Ora, essa gente que saiu de S. Paulo em 1924 constituía tropa, sem dúvida, mas uma tropa que não dava pancada. E isto causava pasmo. Nas feiras da roça uma cavallhada aparecia, espalhava o terror. Em seguida tudo se acalmava: os recém-chegados eram criaturas inofensivas, barbudas e cabeludas, que se manifestavam em discursos difíceis. Tipos malucos, provavelmente. Mas como, sendo numerosos e vestindo uniforme, não matavam nem incendiavam, o matuto, sem entendê-los, gostava deles e ficava grato (G. RAMOS, 2008, p. 183).

No campo artístico, a efervescência do período foi a Semana de Arte Moderna, realizada nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, apresentando-se como uma proposta de renovação estética que valorizava a cultura nacional, para livrá-la dos padrões estéticos europeus. Graciliano acompanhava esse movimento pelos jornais que recebia do Sul, e, tempos depois, identificou nessa vanguarda um espírito de clã que estimularia o maniqueísmo intelectual:

Os modernistas, confundindo o ambiente literário do país com a Academia, traçaram linhas divisórias, rígidas (mas arbitrarias) entre o bem e o mal. E, querendo destruir tudo que ficara para trás, condenaram, por ignorância ou safadeza, muita coisa que merecia ser salva. Vendo em Coelho Neto a encarnação da literatura brasileira – o que era um erro –, fingiram esquecer tudo quanto havia antes, e nessa condenação maciça cometeram injustiças tremendas (G. RAMOS *apud* MORAES, op. cit., p. 55).

Moraes (loc. cit.) reproduz trechos de uma entrevista concedida por Graciliano ao repórter Osório Nunes, publicada em 1942 na revista *Dom Casmurro*, na qual o escritor falou da distância que mantinha com a raiz do movimento: “Eu vendia fazendas no interior quando soube do movimento. Naquela época, lia tudo e acompanhava o barulho de longe. Apenas aplaudi”. Perguntado se se sentia ligado à voragem de 22, ele respondeu: “Eu não fui modernista nem sou pós-modernista. Sou apenas um romancista de quinta ordem. Estava fora e estou”.

Em 1924, entregue aos tratados clássicos de sociologia criminal elaborados pelos italianos Cesare Lombroso e seu discípulo dissidente Enrico Ferri, e em meio a uma profunda

crise depressiva, Graciliano pensou em dar cabo de sua própria vida: “encontrei dificuldade séria, pus-me a ver inimigos em toda a parte e desejei suicidar-me. Realmente julgo que me suicidei” (G. RAMOS *apud* C. RAMOS, 1979, p. 54). Através desses estudos, insone nas noites solitárias, talvez ele procurasse entender o conjunto de motivações psicossociais que levam uma pessoa a cometer um crime. Entre goles de café e tragos de cigarro, veio-lhe a inspiração para escrever, à mesa da sala de jantar: “Esforcei-me por distrair-me redigindo contos ordinários e em dois deles se esboçaram uns criminosos que extinguiram minhas apoquentações” (G. RAMOS *apud* MORAES, op. cit., p. 56). Esses contos receberam os títulos de *A carta* e *Entre grades*, sementes do que mais tarde se tornariam, respectivamente, os romances *São Bernardo* e *Angústia*. No primeiro, o protagonista se chamava Paulo Honório, “um criminoso, resumo de certos proprietários rijos existentes no Nordeste” (Ibid.). O segundo era protagonizado por Luís da Silva, quetambém tinha inclinação para o crime. A retomada literária de Graciliano foi sumamente importante na superação da crise depressiva: “As preocupações que me afligiam desapareceram, pelo menos adelgaçaram: ressurgi, desenferrujei a alma [...]. Aventuro-me a admitir, depois, que o suicídio se tenha de fato realizado” (Ibid.).

No ano de 1925, nos fundos da *Loja Sincera*, Graciliano deu início à confecção de um terceiro conto, desta vez, influenciado pela prosa naturalista de Eça de Queirós. Focado no monótono cotidiano da cidade em que o autor vivia, o conto apresentava o protagonista João Valério, empregado no comércio de Palmeira dos Índios, que nutria aspirações literárias e uma paixão por Luísa, mulher de Adrião, seu patrão. Ao descobrir o caso, através de uma carta anônima, Adrião comete suicídio, João Valério se distancia de Luísa, abandona a escrita do romance (através do qual buscava adquirir poder simbólico na sociedade palmeirense, sendo reconhecido como escritor, já que não era proprietário e nem tinha título de bacharel) e retorna à sua vida medíocre. Acrescentando diálogos abundantes à narrativa, Graciliano fez o conto crescer e se transformar no romance *Caetés*, e continuaria burilando-o pelos anos seguintes, até que fosse possível publicá-lo.

Restaurando os laços de sociabilidade, Graciliano aceitou integrar o Clube dos 18 – grupo de amigos palmeirenses, ligados ao comércio e à política, que se reuniam aos domingos para beber e trocar ideias. “Certa vez, bêbados, escandalizaram Palmeira saindo à rua para brincar de cobrinha – uns empurrando os outros, em sinuosa fila indiana” (MORAES, op. cit., 57). Graciliano foi então recuperando a auto-estima e a participação na rotina social de Palmeira dos Índios.

No ano seguinte, durante a administração do coronel Lauro de Almeida, Graciliano foi nomeado presidente da Junta Escolar do Município – equivalente ao cargo hodierno de secretário municipal de educação – “prebenda que tomava tempo e não dava dinheiro” (G. RAMOS *apud* MORAES, op. cit., p. 58). A propósito, naquele ano Graciliano testemunhou “uma chusma de calamidades: crise, revoltosos, bandos de criminosos pela vizinhança, praticando horrores, suicídios, assassinatos, o diabo” (G. RAMOS, op. cit., p. 108). Graciliano fazia referência ao mais famoso bando de cangaceiros, que ameaçou invadir a cidade naquele ano. Aboletado em Canafístula, consta que Lampião “passou algum tempo divertindo-se e mandando espiões examinar a defesa da rua. Descontente com as observações, retirou-se e foi pedir a bênção do padre Cícero¹³” (G. RAMOS, 1992c, p. 64). Graciliano Ramos nos dá outras informações sobre a passagem do “Rei do Cangaço” em território palmeirense, abrigado por um dos coiteiros que tinha por aquela região:

Em 1926, penetrando em Alagoas, Lampião demorou-se uma semana no município de Palmeira dos Índios, fronteira do sertão. Pernoitou em casa dum fazendeiro e, camarada, para não comprometê-lo com a polícia, quebrou duas cadeiras e matou uma novilha. Ao retirar-se, o proprietário deu-lhe por guia um vaqueiro que teve a má sorte de passar naquele momento diante da casa. Metido no bando, esse pobre-diabo encontrou nele alguns conhecidos da vizinhança, que lhe pediram notícias de amigos e parentes, mandaram recados e dinheiro para as famílias, ali residentes (Ibid., p. 127-128).

Encarando a ameaça, as autoridades convocaram moradores para, sob o comando do major Lucena, compor a defesa da cidade¹⁴. Graciliano envidou esforços nesse sentido, junto ao Clube dos 18, arregimentando tropa e montaria, mas a invasão não aconteceu. A insólita presença do bando foi mais tarde rememorada por Graciliano noutra crônica:

¹³ Lampião esteve apenas uma vez em Juazeiro do Norte, no Ceará, entre os dias 4 e 7 de março de 1926, em atendimento ao chamado do padre Cícero Romão Batista para integrar-se ao *Batalhão Patriótico*, organizado por Floro Bartolomeu, “chefe cearense, meio deputado, meio cangaceiro” (RAMOS, 2008, p. 183), com o objetivo de combater a Coluna Prestes, em troca do perdão dos pecados cometidos. Foi aí que o “rei do cangaço” recebeu o pseudo-título de “Capitão do Batalhão Patriótico”, ostentado até o fim de sua vida, em 1938. A partir de então, o bando de Lampião começou a contar com armas e roupas semelhantes às utilizadas pelas forças legalistas.

¹⁴ Diante da incapacidade dos Estados nordestinos em lidar sozinhos com o problema do banditismo, foram surgindo medidas formais de colaboração regional para se combater o cangaço. Em 1912, os chefes das polícias cearense, paraibana, potiguar e pernambucana reuniram-se em Recife para a adoção de medidas comuns que resultaram na captura de Antônio Silvino, dois anos depois. “Cada novo governador de Pernambuco, durante a década de 1920, convidava elementos dos Estados vizinhos para coordenar os seus esforços no sentido de combater os bandos de cangaceiros que recomeçavam a proliferar, o mais famoso dos quais, sem dúvida, o do esquivo Lampião. Representantes negociaram arranjos que permitiam às forças policiais cruzarem as fronteiras estaduais, discutiam e trocavam informações. A despeito, porém, das afirmativas oficiais, os cangaceiros continuavam a devastar o interior praticamente a seu talante. Somente a sistemática penetração do sertão por tropas federais, na década de 1930, extinguiu o banditismo como fenômeno endêmico da região” (LEVINE in CARDOSO et al, op. cit, p. 135).

Quando Lampião esteve no município de Palmeira dos Índios, onde se demorou alguns dias mandando bilhetes para a cidade e sem poder entrar nela, trazia mais de cem homens que não se escondiam na capoeira nem transitavam em veredas. Corriam pela estrada real, bem montados, espalhafatosos, pimpões, chapéus (sic) de couro enfeitados de argolas e moedas, cartucheiras enormes, alpercatas que eram uma complicação de correias, ilhós e fivelas, rifles em bandoleira, lixados, azeitados alumando.

O major Lucena, chefe do destacamento que perseguia bandidos, notando a pequena eficiência da sua tropa de peões, entendeu-se com os proprietários sertanejos, que lhe ofereceram cavalos e burros para o restabelecimento da ordem. Houve algumas escaramuças e Lampião deixou Alagoas, tomou rumo para o Rio Grande do Norte, onde Jararaca morreu e a cabroeira se espalhou. Os burros tornaram-se inúteis (Ibid., p. 156).

O que, na verdade, traumatizou a cidade naquele ano foi a morte do prefeito Lauro de Almeida, assassinado pelo coletor de impostos estaduais José Ferreira de Gusmão e Melo, com quem tinha desentendimentos políticos. Assumiu a prefeitura, para cumprir o restante do mandato, o vice Manoel Sampaio Luz (Juca Sampaio), comerciante e afilhado do finado coronel Lauro. Com a instabilidade política, instalou-se uma crise sucessória: não havia candidatos para as eleições do ano seguinte.

À medida que se avizinhava o pleito, as forças situacionistas se reagrupavam, comandadas por um triunvirato do qual faziam parte Álvaro Paes e os irmãos Francisco e Otávio Cavalcanti. Os Cavalcanti, que dominavam a política palmeirense há quatro décadas, eram aliados do governador Costa Rego, cujo principal representante na região era Paes, todos do Partido Democrata (MORAES, op. cit., p. 60).

As lideranças do Partido Democrata eram constituídas de pessoas com as quais Graciliano mantinha relações de proximidade. Os Ramos eram amigos dos Cavalcanti desde que se estabeleceram em Palmeira dos Índios. O governador Costa Rego, jornalista do *Correio da Manhã* desde 1907, dirigiu Graciliano em seu “estágio probatório” na imprensa carioca. O palmeirense Álvaro Paes, também jornalista, havia se aproximado do “sábio sertanejo” pelas afinidades intelectuais.

A cúpula selou o compromisso de lançar o nome do bem sucedido presidente da Junta Escolar, considerado homem culto e honesto, mas nele encontrou resistências. “Na vida pública já alcancei o que desejava: sou eleitor e jurado” (G. RAMOS *apud* MORAES, op. cit., p. 61), declararia Graciliano diante da proposta de lançar-se candidato. Graciliano só voltou atrás quando os próceres do Partido Conservador espalharam na cidade o boato de que ele estaria com medo de fracassar como administrador público e perder o prestígio. Num bilhete ao coronel Chico Cavalcanti, ele respondeu ao mexerico: “Apareça o filho da puta que disse que eu não sabia montar em burro bravo!” (Ibid.). Como não houve quem o desafiasse, foi o

único a candidatar-se a prefeito, sem fazer campanha, promessas ou composições para eleger os membros do Conselho Municipal (Câmara de Vereadores), sendo eleito em 7 de outubro de 1927, com 433 votos. Para o cargo de vice, eleito separadamente, venceu o pecuarista José Alcides de Moraes. “Os Cavalcanti, como bons coronéis, encarregaram-se de cabalar eleitores. Afinal, as eleições na República Velha eram a bico de pena – votos a descoberto e currais eleitorais mantidos a ferro e fogo pela corrupção” (MORAES, op. cit., p. 61). O pleito seria alvo do desdém de Graciliano, que revelou os bastidores comuns da política durante Primeira República: “Assassinaram o meu antecessor. Escolheram-me por acaso. Fui eleito naquele velho sistema de atas falsas, os defuntos votando” (G. RAMOS *apud* MORAES, loc. cit.).

Enquanto a posse não acontecia, outro fato inesperado tomaria lugar durante o novenário da padroeira da freguesia: o olhar da jovem normalista Heloísa Leite de Medeiros, maceioense de 17 anos de idade, estremeceu o coração do então futuro mandatário municipal, 18 anos mais velho que ela. Eis como Heloísa, já viúva, recordou as circunstâncias em que os seus olhos se encontraram pela primeira vez:

Conheci Graci no dia primeiro de janeiro. Eu deixara Maceió para assistir à primeira missa de meu primo irmão padre José Leite, em Palmeira dos Índios. Graci tinha sido eleito prefeito. A idéia (sic) que sempre tivera até então de um prefeito do interior é a que possa ter de Paulo Honório: gordo, bigodudo, de corrente enfiada no bolso da calça. Qual não foi a minha surpresa quando me apresentaram a um homem extremamente magro, cara chupada, cabeça orlada a escovinha. Começou o namoro. Semana depois, ele bate em minha casa, em Maceió. Queria casar comigo de qualquer maneira não importava meus argumentos de que era muito cedo, de que precisávamos nos conhecer melhor. Queria por que queria. “senão não poderia ajeitar sua vida” (H. RAMOS, 1953 *apud* I. BARROS, 2001, p. 3).

Heloísa era filha de Américo Medeiros, secretário do Tribunal de Justiça de Alagoas, estava terminando o curso normal, e tinha pretensões de ir para o Rio de Janeiro estudar música com a pianista Guiomar Novais no Conservatório Brasileiro, satisfazendo o desejo de sua mãe. Ela era também prima de Odon Braga, cunhado de Graciliano. Com a bênção (e a cumplicidade) do padre Macedo, os dois, logo começaram a namorar. No dia 7 de janeiro de 1928, mesmo dia da posse do novo prefeito, Graciliano e Heloísa noivaram. Todavia, uma de suas famosas cartas de amor a Heloísa, datada de 4 de fevereiro de 1928, já demonstravam que Graciliano não tinha pretensões de levar muito adiante o mandato assumido:

A prefeitura? Sim, foi ela que interrompeu a viagem que eu tinha certa para amanhã. A propósito: que história é essa de posição elevada? Enganaram-te, minha filha. Para os cargos de administração municipal escolhem de preferência os imbecis e os gatunos. Eu, que não sou gatuno, que tenho uns parafusos de menos, mas não sou

imbecil, não dou para o ofício e qualquer dia renuncio. Por tua culpa, meu amor, toco num assunto desagradável e idiota. Isto não vale nada (G. RAMOS, 2011, p. 133-134).

Interessava-lhe coisa maior, segundo o seu próprio julgamento:

Perguntas-me quando vou. Oh! meu Deus! Eu queria ir amanhã, desfiz a vigem há pouco. E estou aflito. O que eu devia fazer era deixar que o diabo levasse tudo e fugir para junto de ti. E é o que farei (Ibid., p. 135).

Graciliano e Heloísa – ele com 35 e ela com 18 anos de idade – se casaram na capital alagoana no dia 16 de fevereiro de 1928. Em menos de um ano, no dia 4 de janeiro, nasceu Ricardo de Medeiros Ramos, primeiro filho do casal – o quinto de Graciliano. O segundo filho daquele casamento, Roberto, nasceu em 22 de janeiro de 1930, mas morreu poucos meses depois, na terra-natal da mãe, onde Luíza e Clara nasceriam, respectivamente em 19 de fevereiro de 1931 e 9 de novembro de 1932.

A primeira coisa que Graciliano cuidou em fazer ao assumir a prefeitura foi estabelecer uma ordem – não uma *nova* ordem, mas *uma ordem* – na casa, já que nela existia mais mandonismo do que ativismo:

Havia em Palmeira inúmeros prefeitos: os cobradores de impostos, o Comandante do Destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do Município tinha a sua administração particular, com Prefeitos Coronéis e Prefeitos Inspetores de quarteirões. Os fiscais, esses, a (sic) resolviam questões de polícia e advogavam (G. RAMOS, 1992c, p. 167).

A ação da qual dependeriam todas as outras – ou seja, a organização da vida administrativa da cidade –, promovida pelo novo prefeito, encontrou obstáculos internos (sob o manto das aparências) e externos (isto é, mais explicitamente) à prefeitura: “dentro, uma resistência mole, suave, de algodão em rama; fora, uma campanha sorna, oblíqua, carregada de bÍlis” (Ibid., p. 168). As opiniões logo se dividiram a respeito da administração: “Pensavam uns que tudo ia bem nas mãos de Nosso Senhor, que administra melhor do que todos nós; outros me davam três meses para levar um tiro” (Ibid.). A quantidade de funcionários foi reduzida, permanecendo aqueles que garantiam eficiência (quanto aos meios) e eficácia (quanto aos fins): “saíram os que faziam política e os que não faziam coisa nenhuma. Os atuais não se metem onde não são necessários, cumprem as suas obrigações e, sobretudo, não se enganam em contas. Devo muito a eles” (Ibid.).

Outra atitude tomada pelo prefeito Graciliano diante do problema da desorganização administrativa foi modernizar a legislação municipal, pois a que existia ainda remontava à

época do Brasil Império, mais precisamente a vinte e cinco anos antes da vila ser elevada à categoria de cidade. Apesar de metucioso e vigilante, o prefeito não escapou de ser enganado por vendedores mais espertos, que encontravam lucro superfaturando compras feitas pela Prefeitura para a realização de obras públicas, fato que motivou Graciliano a uniformizar as medidas pertencentes ao Município:

Os litros aqui tinham mil e quatrocentos gramas. Em algumas aldeias subiam, em outras desciam. Os negociantes de cal usavam caixões de querosene e caixões de sabão, a que arrancavam tábuas, para enganar o comprador. Fui descaradamente roubado em compras de cal para os trabalhos públicos (Ibid., p. 169).

As condições do Município eram muito precárias, pois, além de ser pobre, era grande para a população que tinha, “reduzida por causa das secas continuadas” (Ibid., p. 171). A migração ocorria na esteira da ausência de políticas públicas adequadas para a periferia e para a produção agrícola, prejudicada graças à improdutividade do latifúndio pecuarista.

Dos administradores que me precederam uns se dedicaram a obras urbanas; outros, inimigos das inovações, não se dedicaram a nada.
Nenhum, creio eu, chegou a trabalhar nos subúrbios.
Encontrei em decadência regiões outrora prósperas; terras aráveis entregues a animais, que nelas viviam quase em estado selvagem. A população minguada, ou emigrava para o Sul do País ou se fixava nos municípios vizinhos, nos povoados que nasciam perto das fronteiras e que eram para nós umas sanguessugas. Vegetavam em lastimável abandono alguns agregados humanos.
(...)
Favoreci a agricultura livrando-a dos bichos criados à toa; ataquei as patifarias dos pequeninos senhores feudais, exploradores da canalha; suprimi, nas questões rurais, a presença de certos intermediários, que estragavam tudo; facilitei o transporte; estimulei as relações entre o produtor e o consumidor (Ibid., p. 187-188).

Além dos problemas ligados à falta de atenção política, também concorria para o empobrecimento do Município a sonegação fiscal, já que os contribuintes eram “cabeçudos”, acostumados a pagar os tributos municipais se quisessem, quando quisessem e como quisessem (cf. Ibid., p. 170). Os que mais reclamavam do arrocho eram aqueles a quem o prefeito relator ironicamente se referiu como o “pobre povo sofredor”:

É uma interessante classe de contribuintes, módica em número, mas bastante forte. Pertencem a ela negociantes, proprietários, industriais, agiotas que esfolam o próximo com juros de judeu.
Bem comido, bem bebido, o pobre povo sofredor quer escolas, quer luz, quer estradas, quer higiene. É exigente e resmungão.
Como ninguém ignora que se não obtém de graça as coisas exigidas, cada um dos membros dessa respeitável classe acha que os impostos devem ser pagos pelos outros (Ibid., p. 190).

O município terminaria o ano de 1928 com o saldo positivo de 11:044\$947 (onze contos, quarenta e quatro mil e novecentos e quarenta e sete réis) que, de modo inédito, com a autorização do Conselho Municipal, foi depositado numa instituição financeira – o Banco Popular e Agrícola de Palmeira dos Índios –, enxugando assim a folha de pagamento com a extinção de um cargo desnecessário e dispendioso:

Devo dizer que não pertenco ao banco nem tenho lá interesse de nenhuma espécie. A Prefeitura ganhou: livrou-se de um tesoureiro, que apenas serviria para assinar as folhas e embolsar o ordenado, pois no interior os tesoureiros não fazem outra coisa, e teve 615\$000 (seiscentos e quinze mil réis) de juros (Ibid., p. 174).

Durante o biênio que durou seu mandato, Graciliano construiu um muro no edifício da prefeitura; mandou aumentar e pintar o mercado público municipal; criou um açougue exclusivo para o corte do gado miúdo; promoveu melhoramentos no curral do matadouro; reparou ruas esburacadas; desviou águas que, durante as trovoadas, deixavam a cidade inundada; adquiriu ferramentas e montou de uma pequena oficina para o conserto de utensílios estragados, reduzindo, com isso, os gastos com a compra de materiais novos; construiu três escolas primárias na área rural; e consertou as estradas de Quebrangulo, Porcina, as de Igaci até os limites de Limoeiro de Anadia, na direção de Taquarana (antiga Cana Brava).

Foram reparos sem grande importância e que apenas menciono para que esta exposição não fique incompleta. Faltam-nos recursos para longos tratos de rodovias, e quaisquer modificações em caminhos estreitos, íngremes, percorridos por animais e veículos de tração animal, depressa desaparecem. É necessário que se esteja sempre a renová-las, pois as enxurradas levam num dia o trabalho de meses e os carros de bois escangalham o que as chuvas deixam (Ibid., p. 172).

Os empreendimentos que Graciliano Ramos julgou mais sérios entre os que se aventurou foram a abertura da estrada de acesso a Palmeira de Fora e o serviço de terraplenagem da antiga Lagoa. Em sua administração, ele apostou em não favorecer de parentes ou amigos, numa atitude oposta a práticas comuns como o nepotismo e o clientelismo. Ilustra sua austeridade a famosa ocasião em que o mesmo foi indagado sobre o que fazer com o coronel Sebastião Ramos, que infringia o Código de Posturas do Município mantendo seus animais soltos pelas ruas. Seria lícito multar o pai do prefeito? “Livre a multa. Prefeito não tem pai” (G. RAMOS *apud* MEDEIROS, 2008), foi a resposta do gestor àquela dúvida. O rigor de Graciliano Ramos, apesar das consequentes perdas pessoais, teve para ele

um saldo positivo que fez valer-lhe a pena o sacrifício de se tornar impopular – se é que isso foi um sacrifício para ele:

Procurei sempre os caminhos mais curtos. Nas estradas que se abriram só há curvas onde as retas foram inteiramente impossíveis.
 Evitei emaranhar-me em teias de aranha.
 Certos indivíduos, não sei por quê (sic), imaginam que devem ser consultados; outros se julgam autoridade bastante para dizer aos contribuintes que não paguem impostos.
 Não me entendi com esses.
 Há quem ache tudo ruim, e ria constrangidamente, e escreva cartas anônimas, e adoeça, e se morda por não ver a infalível maroteirazinha, a abençoada canalhice, preciosa para quem a pratica, mais preciosa ainda para os que dela se servem como assunto invariável; há quem não compreenda que um ato administrativo seja isento de lucro pessoal; há quem pretenda embarçar-me em coisa tão simples como mandar quebrar as pedras no caminho.
 Fechei os ouvidos, deixei gritarem, arrecadei 1:325\$000 de multas.
 Não favoreci ninguém. Devo ter cometido numerosos disparates. Todos os meus erros, porém, foram da inteligência, que é fraca.
 Perdi vários amigos ou indivíduos que possam ter semelhante nome.
 Não me fizeram falta.
 Há descontentamento. Se a minha estada na Prefeitura por estes dois anos dependesse de um plebiscito, talvez eu não obtivesse dez votos (Ibid., p. 175-176).

O mandato de Graciliano Ramos coincidiu com o de Washington Luís, último presidente do regime do *café-com-leite*, promotor da ideia de que governar era construir estradas. A julgar pela dedicação dada pelo mestre Graça às obras de viação, ele concordava com o presidente da República, pois construir estradas era sua preocupação mais urgente. Daí ele ter se empenhado, inclusive utilizando os presos da delegacia como mão-de-obra, em deixar prontos vinte e cinco quilômetros de estrada na direção de Santana do Ipanema. Ora, quando a obra foi iniciada, as opiniões dos munícipes se dividiram entre aqueles que achavam que “ela não prestava porque estava boa demais. Como se eles não a merecessem”, e aqueles que afirmavam que, “Se aquilo não era péssimo, com certeza sairia caro, não poderia ser executado pelo Município”. Depois, depoimentos diziam que os impostos haviam aumentado. Outros, que as obras eram pagas pelo Estado (cf. Ibid., p. 188).

Como a construção da estrada promoveu o derrubamento dos cercados que limitavam as propriedades destinadas à atividade pecuária, os animais soltos tomaram conta do caminho e os donos deles acabaram multados por causa do infortúnio. Usando as multas como arma política, os pecuaristas se rebelaram com a atitude austera de Graciliano Ramos, que já havia declarado, posicionando-se no conflito histórico entre pecuaristas e lavradores: “Se eu deixasse em paz o proprietário que abre as cercas de um desgraçado agricultor e lhe transforma em pasto a lavoura, devia enforçar-me” (Ibid., p. 189). No dia 11 de novembro de

1929 o Conselho recebeu um ofício do subprefeito José Alcides Moraes, representante dos pecuaristas, renunciando ao cargo.

Para piorar a crise, a sucessão presidencial fez Graciliano perder importantes aliados políticos locais, como os Cavalcanti. A Aliança Liberal apresentava a candidatura de Getúlio Vargas, sustentando o discurso de erradicação das velhas elites oligárquicas. Graciliano e seus correligionários apoiavam Júlio Prestes, candidato das oligarquias, e ofendeu os chefes políticos locais ao permitir um *meeting* (comício) da oposição na Praça da Independência e visitar, no dia seguinte, os partidários da Aliança Liberal na casa de Pedro Soares da Motta, prócer local da oposição, especialmente para convidar um deles – Pedro Motta Lima – para passar o carnaval na cidade, ficando hospedado em sua casa e desfilando em carro aberto ao seu lado. O motor dessas atitudes de Graciliano foi o desejo de rever Motta Lima, amigo de infância, e não a solidariedade política. Mesmo assim, tudo isso despertou a ira dos Cavalcanti. De acordo com José Tobias de Almeida (*apud* MORAES, op. cit., 78):

Chamaram o Graciliano de tudo por que fizera aquilo sem consultar o Chico Cavalcanti, que, afinal de contas, era o chefe político da região. Se, hoje, no sertão, não se pode hospedar um sujeito da oposição, imagine há 63 anos. Graciliano, que era um homem franco, não deu bola para os comentários. Ao convidar o Pedro, ele nada mais estava fazendo do que colocar a amizade acima da política.

Além dos problemas políticos, Graciliano enfrentava as dificuldades advindas da crise econômica internacional, que arruinou as bases da cafeicultura e empurrou o país para a falência. “Em Palmeira dos Índios, as colheitas quebraram, as mercadorias sumiram das prateleiras das lojas que não tinham como repô-las, o poder aquisitivo diminuía a olhos vistos” (MORAES, op. cit., p. 71). O acúmulo de dívidas levava a *Loja Sincera* à bancarrota, e Graciliano – que recebia subsídios simbólicos como prefeito e não se locupletava com a corrupção – empobrecia a cada ano de mandato. Em meio à crise, uma oportunidade de sustento foi aberta quando o governador Álvaro Paes, amigo pessoal e admirador de seu perfil administrativo, estava impressionado com o que lera nos relatórios enviados pelo prefeito e o convidou para dirigir a Imprensa Oficial do Estado.

Como se sabe, Graciliano não cumpriu o mandato até o fim: renunciou em 30 de abril de 1930. A decisão foi comunicada ao governador por meio de uma mensagem lacônica, telegrafada: “Exmo. Governador do Estado. – Maceió – Comunico a V. Excia. que hoje renunciei ao cargo de Prefeito deste município. Saudações, Graciliano Ramos” (G. RAMOS *apud* SANT’ANA, 1992, p. 37). Demitido, Graciliano aceitou o convite de Álvaro Paes, e cuidou de nova partida. Vendeu todo o estoque de sua casa comercial, liquidando-a. Em

outubro, eclodiria o levante que depôs presidente Washington Luís e entregou o controle político do país a Vargas, através de um golpe de Estado. Todos os mandatos políticos foram cassados. Graciliano tentou aliar-se a uma fracassada resistência à revolução em Palmeira dos Índios, mas foi detido nas proximidades por tropas comandadas pelo capitão Agildo Barata e encaminhado para Maceió, onde passou a noite numa cela do 20.º Batalhão dos Caçadores. “Temendo uma batida policial, Heloísa e as cunhadas Marili e Otilia enterraram os originais de *Caetés* embaixo de um pé de sapoti, no quintal da casa de Otilia, em Jaraguá” (MORAES, op. cit., p. 80). O novo governo federal, chefiado por Vargas, passou a perseguir os desafetos vencidos através da aplicação do Decreto Federal n.º 19.811, de março de 1931. Acusado de desviar 1.020\$000 (um conto e vinte mil réis) da prefeitura, Graciliano foi investigado por uma Junta Especial de Sanções, mas os procuradores julgaram a denúncia improcedente e arquivaram o processo.

A partir da aproximação com Álvaro Paes, a trajetória de Graciliano será atravessada por uma coincidência que marcará a sua estreia como romancista e o seu consequente reconhecimento como escritor – uma situação diante da qual Bourdieu diria:

Quando uma obra “encontra”, como se diz, seu público, que a compreende e a aprecia, isso é quase sempre o resultado de uma *coincidência*, de um encontro de séries causais parcialmente independentes e quase nunca – e, em todo caso, nunca inteiramente – o produto de uma busca consciente do ajustamento às expectativas da clientela, ou às subjeições da encomenda ou da demanda (BOURDIEU, 1996, p. 282).

Como dissemos, Álvaro Paes, estava encantado com a escrita incomum dos relatórios em que eram prestadas as contas de cada ano da administração municipal de Palmeira dos Índios entre 1928 e 1930. Isso é notável, por exemplo, na mensagem que o governador enviou ao Congresso Legislativo¹⁵ em 1929, posteriormente publicada no *Diário Oficial do Estado*, conforme transcrito por Mário Hélio Gomes de Lima (*apud* SALLA, op. cit., p. 79):

A administração de Palmeira dos Índios continua a oferecer um exemplo de trabalho e honestidade, que coloca o Município numa situação de destaque. A ação do prefeito, forte e inteligente, se faz sentir nas iniciativas e realizações que têm concorrido para o engrandecimento do Município.

Por intermédio de Paes, a íntegra do primeiro relatório foi publicada no *Diário Oficial*. Com boa repercussão no Estado (o *Jornal de Alagoas*, por exemplo, tratou o documento como

¹⁵ Durante a República Velha, o Congresso Legislativo Estadual era uma instituição bicameral, isto é, composta por duas casas legislativas: uma câmara dos deputados estaduais e um senado estadual.

um “dos mais expressivos e interessantes”¹⁶), o texto ganhou as páginas dos periódicos *O Semeador* – que o publicou na série “A Prefeitura de Palmeira”, entre as datas de 25 de janeiro, 4 e 5 de fevereiro de 1929 – e *Correio da Pedra*¹⁷ – sediado na atual cidade de Delmiro Gouveia, alto sertão alagoano, em 29 de setembro do mesmo ano. O assunto chegou ao Rio de Janeiro, e trechos foram publicados no *Jornal do Brasil* e na revista *A esquerda*, do comunista Pedro da Mota Lima (cf. SANT’ANA, 1983, p. 14). Semanas antes de deixar a prefeitura, Graciliano recebeu uma correspondência de Rômulo de Castro, secretário do poeta e editor Augusto Frederico Schmidt, revelando a intenção de publicar *Caetés*.

Mas, como Schmidt tomou conhecimento da existência da obra desse literato do interior das Alagoas? Moraes (op. cit., p. 73) diz que há duas versões para explicar esse contato. De acordo com a primeira, bastante divulgada, o material chegou a Schmidt pelos jornais, fazendo-o desconfiar que o ainda prefeito pudesse ter algum romance engavetado. Já a segunda, considerada mais plausível pelo biógrafo de Graciliano, foi testemunhada por Jorge Amado, e envolve o círculo literário que se formou em Maceió, no tempo da mudança de Graciliano para a capital. Voltaremos a esse episódio no segundo capítulo, onde procuraremos objetivar e nos concentrar na atuação de Graciliano no campo literário no circuito literário-intelectual carioca-nacional. Antes, seguindo a recomendação de Antonio Candido¹⁸, vamos compreender a configuração dessa roda de produção cultural alagoana, à qual Graciliano esteve bastante integrado, uma vez que “a história do indivíduo nunca é mais do que uma certa especificação da história coletiva de seu grupo ou de sua classe” (BOURDIEU, 1983, p. 80).

Chamado por Silva (2011) de *roda de Maceió*, o grupo em relevo reunia jornalistas, professores, poetas e romancistas cujas histórias sociais se avizinham – especialmente no tocante à situação econômica e à formação escolar – e que se aglutinaram, entre a segunda metade da década de 1920 e a primeira metade da década de 1930, em torno da agitação literária desdobrada, por exemplo, na criação da Academia dos Dez Unidos (paródia da Academia Alagoana de Letras), da Festa da Arte Nova (paródia da Semana de Arte Moderna) e do Grêmio Literário Guimarães Passos, formado por escritores com até 25 anos de idade. Quase todos os agentes desse espaço cultural maceioense se tornariam importantes nomes inscritos na cultura nacional, como Alberto Passos Guimarães, Aloísio Branco, Aurélio

¹⁶JORNAL DE ALAGOAS, Maceió, 25 jan. 1929.

¹⁷PREFEITOS laboriosos. *Correio da Pedra*, Pedra, 15 set. 1929.

¹⁸ “Não sei se este conjunto de autores já foi estudado de maneira sistemática. Se não foi, deveria ser, porque representa um fato importante da sociabilidade literária, considerada como estímulo à produção e à formação de juízos críticos – o que significa que pode ter influído na própria natureza do discurso que se elaborava ou se projetava a partir de Maceió” (CANDIDO, 1992, p. 92).

Buarque de Holanda Ferreira, Carlos Paurílio, Jorge Amado, Jorge de Lima, José Auto, José Lins do Rego, Manuel Diegues Júnior (pai do cineasta Cacá Diegues), Mário Brandão, Raquel de Queirós, Raul Lima, Rui Palmeira, Santa Rosa, Théo Brandão, Valdemar Cavalcanti, entre outros. “Eles estavam sempre juntos, trocavam originais, escreviam críticas uns sobre os outros, indicavam-se a editores, cotizavam-se quando algum deles decidia lançar um livro por conta própria” (SOARES, 2006, p. 51). Como um peixe na água, Graciliano encetou projetos comuns com a roda, destacando-se a Liga contra o Empréstimo de Livro e a primeira exposição individual do pintor Santa Rosa (MORAES, op. cit., p. 74-75).

O primeiro desses intelectuais a ter contato com Graciliano foi o paraibano José Lins do Rego, no início de 1927. Recém-chegado a Alagoas, onde assumira o cargo de fiscal de bancos, o ex-promotor de justiça da cidade mineira de Manhuaçu – atuante na imprensa, já conhecido nas rodas literárias de Pernambuco e do Rio de Janeiro – acompanhava o governador Costa Rego a Palmeira dos Índios, onde foi apresentado ao “sábio sertanejo”, cuja fama de “homem que sabe mais mitologia no sertão” (MORAES, op. cit., p. 59) lhe havia alcançado através do tabelião de Mata Grande. O professor de língua portuguesa, filólogo e contista alagoano Aurélio Buarque de Holanda era frequentador assíduo do gabinete de Graciliano na Imprensa Oficial (Ibid., p. 76). A cearense Raquel de Queirós – que era casada com o poeta alagoano José Auto e já havia publicado o romance *O Quinze* –, com sua presença no Café Central entre a roda de intelectuais, chocou o conservadorismo maceioense numa época em que mulher não ia em bar (cf. Ibid., p. 100). Em entrevista a Gustavo Sorá, em 1997, a escritora fez memória da época de efervescência cultural da capital alagoana que sedimentou laços de amizade que se mantiveram coesos no decurso das trajetórias individuais:

É que nós surgimos no mesmo tempo: Jorge, eu, Graciliano, Zé Lins, Amando Fontes. Éramos um grupo de contemporâneos e ainda amigos. O José Américo era meu amigo pessoal. Eu conheci quando ele era Ministro do Getúlio... éramos grandes amigos, eu, Graciliano e a mulher dele. A gente se freqüentava (sic) muito. Nesse período em Maceió, por coincidência, Zé Lins morava lá, engraçado. Ele era fiscal de imposto de consumo e morava lá. E o Aurélio Buarque de Holanda também morava lá; era de lá. Era uma roda de tantos que depois vieram para cá! Então a gente tinha um botequim, um café, um ponto chique de Maceió, onde a gente reunia-se todas as tardes a tomar um choppinho, um cafezinho, a conversar. Depois viemos para cá [Rio], o Alberto Passos Guimarães, Valdemar Cavalcanti, um político, Aurélio Buarque de Holanda, do dicionário, Graciliano, eu e Zé Lins. Nos reunimos em Maceió nesse período (QUEIROZ *apud* SILVA, op. cit., p. 93).

Valdemar Cavalcanti também recordaria, décadas depois, a fervura artística daqueles jovens, que já o chamavam de “Velho Graça”, ressaltando a admiração por Graciliano, vinte anos mais velho que a maioria deles (assim como Jorge de Lima):

Éramos todos curiosidade e perplexidade. Queríamos ver o que estava acontecendo e o que iria acontecer, não em Maceió, nem em Alagoas, mas no Brasil e no mundo. Não só na literatura, mas na arte, nem nas ciências diversas, mas na vida. Em meio às discussões mais acasas, Graciliano era sereno, tomando a sua xícara de café e fumando o seu Selma, um cigarro após o outro. Podíamos discordar de suas ideias, mas o respeitávamos como a ninguém (CAVALCANTI *apud* MORAES, op. cit., p. 75).

Figura 2 - Alguns membros da *roda de Maceió*. Da esquerda para a direita: Valdemar Cavalcanti, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz e José Auto. Maceió, 1932



Fonte: Acervo da Casa Museu Graciliano Ramos.

A mudança para a capital alagoana permitiu a Graciliano reingressar nos meios literários, voltando a colaborar com o *Jornal de Alagoas* e tornando membro, no biênio 1931-1933, da Associação Alagoana de Imprensa (R. RAMOS, 1992). Na *roda de Maceió*, ele pôde participar do quadro de colaboradores da revista *Novidade* – periódico semanal de dezesseis páginas que publicou 24 edições entre 11 de abril e 26 de setembro de 1931. Lebensztayn (2009a; p. 254) destaca que, apesar de ter durado apenas um semestre, “o fato de ser semanal garantiu-lhe considerável quantidade de exemplares”. Conforme nos revela a

autora, das revistas lançadas pelas rodas intelectuais modernistas, a *Novidade* foi a mais profícua:

Observe-se, por exemplo, que *Klaxon*, de São Paulo, a primeira revista modernista, de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Sérgio Milliet, dentre outros, durou nove números (1922), e *A Revista*, de Belo Horizonte, de Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, João Alphonsus, Pedro Nava, Abgar Renault, publicou três números (1925-1926) (Ibid.).

Espaço de expressão do ponto de vista dos jovens autores nordestinos, a *Novidade* abordava temas que revelavam os problemas sociais brasileiros persistentes pós-Revolução de 1930, gerando insatisfações diversas. Para Lebensztayn (2009b, p. 10), a revista denunciava “em suas várias faces uma realidade de miséria: a violência do cangaço, a indústria das santas milagreiras, o analfabetismo, a política personalista, a necessidade de reforma da Constituição”. Em suas páginas, Graciliano publicou algumas crônicas que prenunciavam futuros romances (cf. LEBENSZTAYN, 2009a, p. 255), além do capítulo 24 de *Caetés*.

Fazendo um chamamento à juventude alagoana para a recusa das estereotipações e para pensar a realidade criticamente – como dispôs o artigo-manifesto assinado por Valdemar Cavalcanti (1931, p. 1) na edição inaugural da revista *Novidade* –, a *roda de Maceió* foi crucial na disputa entre as ideias semeadas em 1922 pelo Movimento Modernista e o projeto Regionalista preconizado em 1926 pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freyre¹⁹, ao se posicionar pela busca da conformação de uma estética e de uma linguagem estritamente nacionais, através da literatura que se desenvolveria ao longo daquela década. “Graciliano Ramos, em sua singularidade, acrescentará ao regionalismo o estilo requintado, a expressividade da linguagem, o vigor crítico do realismo e a densidade psicológica” (MORAES, op. cit., p. 75). No que diz respeito ao campo intelectual literário brasileiro, a importância do movimento residiu em ter ele deixado de ser um simples grupo de amigos para se consolidar como “instituição” determinante para a produção, circulação e consumo da obra de arte, alterando o papel dos mecenas – de promotores culturais a patrocinadores econômicos –, num processo progressivo de *autonomização* do espaço cultural, dado a partir da ruptura dos artistas com o sistema de total dependência com as elites oligárquicas (SILVA, op. cit., p. 92).

Os dados até aqui levantados nos dão condições de afirmar que a vida que Graciliano Ramos teve mais constrangeu do que deu vigor ao seu projeto de tornar-se escritor. Sendo assim, cabe agora a seguinte indagação: no processo-Graciliano, que fatores influenciaram a

¹⁹ FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista de 1926*. Recife: Edições Região, 1952.

manutenção de seu sonho literário, em meio às grandes contingências e dramas por ele experimentados? Em nossa análise, resultado do cruzamento dos processos de mudança na personalidade individual (psicogênese) e na rede de sociabilidade onde o mesmo indivíduo estava mergulhado (sociogênese), constatamos que Graciliano recorreu à literatura por encontrar nela – e através dela – uma fuga para o enfrentamento de suas contingências literárias e existenciais.

Nossa argumentação é reforçada empiricamente pela detecção, desde o início de sua formação literária, mediada pelo *habitus* adquirido desde a primeira infância, da oscilação entre o vislumbre de um horizonte de possibilidades propiciado pelo capital cultural acumulado autodidaticamente e a autodepreciação, devida mesmo a essa forma peculiar de aquisição de conhecimentos não legitimada por diplomas escolares ou acadêmicos – exigência comum ao intelectual de seu tempo. Dessa ambivalência brotava a insegurança quanto à qualidade da sua produção – insegurança que se traduzia em sempre manter-se incógnito, esconso em pseudônimos, embora insistisse em produzir.

A trajetória inicial do jovem Graciliano, quando de sua aposta na carreira literária no Rio de Janeiro, também aponta nessa direção. É importante destacar que a frustração dessa malsucedida experiência não resultou simplesmente da precariedade das condições de trabalho próprias da atividade literária daquele momento no qual o pistolão era o caminho mais curto para a ascensão na carreira. As tragédias familiares que lhe abateram foram decisivas para que se suspendesse temporariamente a consecução de seu objetivo. Entre o retorno à província, motivado pela morte de quatro parentes, e a viuvez, há o interstício no qual o jovem se detém no balcão da Loja Sincera e do qual não se conhecem textos de sua lavra, o que nos leva a perceber que as suas disposições para a escrita ficaram adormecidas no período, só sendo reativadas graças à mediação com a paróquia, principal promotora da atividade intelectual local de então.

Sem dúvida, o momento crucial e determinante para o fim do descanso temporário de suas disposições literárias e a assunção da escrita como ponto de fuga é a depressão experimentada na primeira metade da década de 1920, cujo ápice foi a tendência ao suicídio, diante de uma vida sem perspectivas de futuro que lhe aparecia como um penoso fardo. Nesse transbordamento da realidade psíquica até então contida pela incorporação da normatização social – traço bastante característico da situação de *anomia*, conforme a concepção clássica de Durkheim (2005) – a tematização da questão existencial fez Graciliano, resiliente, extravasar sua pulsão de modo criativo, resultando na confecção dos contos que se desenvolveriam ao longo dos anos, que se transformariam nos romances publicados na década seguinte e que lhe

dariam consagração. Salla (op. cit., p. 42) chama a atenção para uma importante transição no interior dessa primeira trajetória:

Ao longo da trajetória de Graciliano como cronista, observa-se que na medida em que ele vai construindo e consolidando a imagem de grande literato nos meios intelectuais, não só deixa de lado o uso de pseudônimos, assinando os textos com o mesmo nome estampado na capa de *Caetés*, como toda a sua produção jornalística muda de orientação. O escritor deixa de lado o estilo debochado e sarcástico de seus primeiros narradores (R.O. e, principalmente, J. Calisto), sem, contudo, abdicar da ironia, para adotar uma postura mais séria, condizente com seu *status* de romancista celebrado pela crítica: gradualmente, o cronista subordina seu discurso aos parâmetros fornecidos pela entidade cultural chamada Graciliano Ramos.

No recorte histórico até aqui analisado, podemos apreender que a trajetória graciliânica foi forte dependente do que Miceli chama de *caminhos de promoção facultados pela sociabilidade oligárquica*, embora se detecte nessa trajetória o desejo de não fazer do convívio com a elite o *expediente mor de impulso profissional* (MICELI, 2012, p. 120). A julgar pelo estilo de escrita adotado nas cartas e nos despachos administrativos da prefeitura, as experiências vividas por Graciliano tanto na imprensa quanto no comércio, costeando a esfera político-institucional, serviram para aguçar o seu olhar crítico, as suas disposições de cronista realista, ao mesmo tempo em que alimentavam o seu sonho de retornar ao jornalismo – “área de atração para intelectuais marginais que não encontram lugar na política ou nas profissões liberais” (BOURDIEU, 2007, p. 102). O único obstáculo que o prendia à cidade era a criação da prole, como foi confidenciado ao amigo de infância em já citada carta.

A intervenção de Álvaro Paes contribuiu para chamar a atenção para a vocação literária do prefeito do interior de Alagoas – *avis rara* entre os políticos daquele tempo e lugar – e para garantir-lhe posteriormente a inserção no mercado literário brasileiro. Ao oferecer-lhe um cargo na esfera pública estadual, o governador permitiu-lhe romper o limite da província e se por em contato com o circuito cultural que reunia amigos intelectuais cujas trajetórias-processos eram análogas. Em meio à formação de um grupo literário preocupado em produzir e conformar uma literatura brasileira genuína, a interação do literato com essa roda foi determinante para que o projeto, enfim, se efetivasse, nos inícios dos anos 1930: a estreia e a afirmação do nome próprio de Graciliano Ramos como escritor.

2 GRACILIANO RAMOS E O CAMPO LITERÁRIO BRASILEIRO: TENSÕES, RUPTURAS E PRESTÍGIO

2.1 A crítica literária: critérios, valores e filtros

A fim de sociologizarmos o surgimento das obras graciliânicas no contexto de autonomização do espaço intelectual brasileiro, questionando sobre como elas foram recebidas pela crítica literária, bem como sobre os esquemas de apreciação e classificação que a mesma utilizou para valorar a literatura graciliânica, importa-nos utilizar o conceito bourdieusiano de *campo*, aqui entendido como uma “rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições” (BOURDIEU, 2007). Esse conceito operativo, que dialoga com a ideia weberiana de esferas²⁰, foi desenvolvido por Bourdieu para designar os nichos de atividade humana dentro dos quais acontecem as lutas entre os ocupantes das diversas posições existentes pela detenção do *poder simbólico* – produtor e confirmador de significados que caem na aceitação do senso comum. O *habitus* e o código de aceitação de um campo se formam a partir dos elementos que saem vitoriosos nessas lutas. Na lógica interna de cada campo (artístico, científico, político, filosófico, esportivo etc.), os sujeitos incorporam as disposições (*habitus*) aí produzidas, também redimensionadas pela trajetória e pela posição dos mesmos nesse espaço. No campo da arte, por exemplo, são essas lutas que definem o que é “erudito” e o que é “popular”, ou o que é de “bom” ou de “mau gosto”. Ou seja, é o próprio campo o produtor do *valor da obra de arte*, e tal processo de produção deve ser também objeto de uma investigação sociológica que se queira constituir numa *ciência das obras culturais*. Segundo Bourdieu:

O produtor do *valor da obra de arte* não é o artista, mas o campo de produção enquanto universo de crença que produz o valor da obra de arte como *fetich* ao produzir a crença no poder criador do artista. Sendo dado que a obra de arte só existe enquanto objeto simbólico dotado de valor se é conhecida e reconhecida, ou seja, socialmente instituída, como obra de arte por espectadores dotados da disposição e da competência estéticas necessárias para a conhecer e reconhecer como tal, a ciência das obras tem por objeto não apenas a produção material da obra, mas também a produção do valor da obra ou, o que dá no mesmo, da crença no valor da obra (BOURDIEU, 1996, p. 259).

²⁰ Weber compreendia a sociedade como um conjunto de *esferas* responsáveis por dar sentido à ação dos indivíduos. Mais analítico-teóricas do que reais, tais esferas, segundo Weber, seriam criadas pela divisão social do trabalho, sendo também autônomas, mas não independentes. Ainda conforme a teoria weberiana, uma esfera não determina outra, embora esferas distintas sejam capazes de trocar influências entre si. Sendo uma esfera o lugar de lutas por um tipo de sentido para as relações sociais, então as classes, os estamentos e os partidos, por exemplo, são respectivamente fenômenos da disputa de poder nas esferas econômica, social e política.

Assim sendo, torna-se nosso propósito investigar, além do processo de produção material da obra graciliânica – comumente classificada junto às obras de interpretação da realidade brasileira – também o processo de produção da crença no valor sociológico dessa mesma obra. A investigação se torna possível se considerarmos a produção dos efeitos que seus dois primeiros romances causaram no espaço de produção, circulação e consumo das obras culturais, indagando sobre como essas obras de estreia artística foram recebidas pela crítica literária – isto é, os *espectadores dotados da disposição e da competência estéticas necessárias para a conhecer e reconhecer como tal*. Depurando a pergunta: quais os critérios, os valores e os filtros que permitiram a Graciliano Ramos a sua instituição como escritor e como representante da chamada Geração de 1930?

Ora, se a produção de efeitos num campo é condição *sine qua non* para se existir nele (BOURDIEU, op. cit., p. 255), podemos então afirmar que a existência do escritor Graciliano Ramos no campo literário brasileiro foi finalmente confirmada com o aparecimento de *Caetés* – evento bastante comentado pelos intelectuais da época. A imprensa alagoana alardeava essa estreia, aguardada desde o início das negociações entre Graciliano e Schmidt. Os críticos Tristão de Athayde e Agripino Grieco já haviam elogiado o capítulo que Graciliano enviou em meados de 1930 ao editor que, por sua vez, especulava se o autor de *Caetés* não lograria, por exemplo, o mesmo êxito de *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida (cf. MORAES, op. cit., 81), publicado em 1928 e recebido como “revelação de uma nova fase modernista” (SORÁ, 2010, p. 441). O que havia de comum entre os autores dessa nova fase? Por que eles se estabeleceram como uma geração? Segundo Maia Alves, esses autores eram

escritores eivados por um sentido de missão, de uma poética discursiva que não transige com os recursos indiretos das figuras de linguagem, dos mecanismos de suavização da dor e da dominação. Tal qual a geração de folcloristas-românticos dos anos cinqüenta (sic), esta também muito informada pela poética sertaneja da geração de trinta, a geração de Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Américo de Almeida, entre outros, munida por uma *estrutura de sentimentos* (WILLIAMS, 2000) tecida a partir do testemunho da seca, do cangaço, do cordel, etc. forjou para si uma auto-imagem de luta e enfrentamento (MAIA ALVES, 2012, p. 76-77).

No contexto de expansão do mercado editorial brasileiro, entre as décadas de 1930 e 1950, essa nova fase coincidirá com a ocorrência de dois processos, destacados por Maia Alves (op. cit., p. 78), que se combinaram e se consolidaram num mesmo processo de expansão: 1) a profissionalização da carreira de escritor e 2) a consagração do romance de caráter regionalista como gênero literário do período. A análise desse autor chama a atenção para uma limitação de ordem estrutural: o processo de expansão do mercado livreiro deve ser

situado no interior de um quadro que apontava que o analfabetismo atingia 55% da população brasileira em 1945. Ele explica:

Essa limitação, por outro lado, demonstra a força dos filtros de consagração e canonização engendrados pelos nichos intelectual-artísticos ao longo dos anos trinta e quarenta, período do apogeu da literatura regionalista de matriz sertaneja. Importa perceber que a consagração estabelecida antes impactou nas escolhas estéticas da geração de cineastas dos anos sessenta, década em que grande parte dos romances regionalistas foi adaptada para a linguagem cinematográfica, recrudescendo assim a relação de intertextualidade entre fotografia, literatura e cinema (MAIA ALVES, op. cit., p. 79).

Recapitulando o que foi prenunciado, há duas versões que explicam como o autor de *Caetés* foi descoberto por Augusto Frederico Schmidt, o editor que lançou o livro-*début* de Graciliano. A primeira sugere que Schmidt tomou conhecimento do romance engavetado graças à interferência do governador e jornalista Álvaro Paes – sem dúvida um dos maiores responsáveis pela divulgação do talento literário do então prefeito de Palmeira dos Índios. A segunda versão envolve a *roda de Maceió*, grupo de amigos com os quais foi permitida a interação de Graciliano graças à possibilidade de ele ir morar na capital alagoana, atendendo ao convite do amigo governador para assumir uma chefia no governo do Estado, no caso, a direção da Imprensa Oficial.

Esmiucemos agora esse episódio.

No início da década de 1930, o poeta Schmidt resolveu estreitar como editor, reunindo em torno de si uma nova geração de romancistas, como Amando Fontes, Cornélio Pena, Jorge Amado, José Geraldo Vieira, Lúcio Cardoso, Marques Rebelo e Rachel de Queiroz. O testemunho de Jorge Amado, recolhido por Dênis de Moraes, nos informa que o circuito literário carioca-nacional obteve conhecimento da existência de Graciliano através do pintor Santa Rosa, que se demitiu do emprego no Banco do Brasil para investir na carreira artística no Rio de Janeiro, onde passou a trabalhar com Candido Portinari:

Santa Rosa contou de Graciliano, o relatório do prefeito de Palmeira dos Índios passou de mão em mão. Logo depois, José Américo de Almeida revelou a existência dos originais de um romance escrito pelo autor do polêmico relatório que escandalizara a burocracia provinciana e deliciara os literatos da metrópole. Ao ter conhecimento da existência do romance inédito, Augusto Frederico Schmidt enviou um telegrama [na verdade, uma carta] a Graciliano pedindo os originais para editá-los (AMADO *apud* MORAES, op. cit., p. 74).

O inseguro e desconfiado Graciliano foi contatado por Schmidt, através de seu secretário Rômulo de Castro, antes de deixar o cargo de prefeito de Palmeira dos Índios, mas,

seguindo o seu costume obsessivo de revisar e refazer o material vezes várias, só o remeteu ao editor no final de 1930, vencido há quatro meses o prazo que foi combinado entre eles para o envio. No ano seguinte, Schmidt realizou seu desejo de tornar-se editor, lançando títulos assinados por autores iniciantes. A primeira obra publicada pela Schmidt Editora naquele ano foi *Oscarina*, de Marques Rebelo, oportunidade em que foram anunciados dois futuros lançamentos: *Machiavel e o Brasil*, de Otávio de Faria – lançado no mesmo ano – e o *Caetés*, de Graciliano, que só viria a ser publicado dois anos depois, quando já havia vindo ao público, pelo mesmo selo editorial, *Casa Grande e Senzala*, do sociólogo Gilberto Freyre. Segundo Bueno (in G. RAMOS, 2006, p. 254), quanto aos motivos daquela demora, diversas explicações foram dadas, desde as maliciosas, que afirmavam que o católico Schmidt tinha razões ideológicas opostas às do esquerdista Graciliano, até as que colocavam a culpa na bagunça do escritório do editor, de onde os originais eram levados por seus amigos para serem lidos, antes de publicados. Os de *Caetés* ficaram temporariamente perdidos, até serem encontrados no bolso de uma capa de chuva (cf. MORAES, op. cit., p. 95). Nesse ínterim entre a perda e a publicação, foi feita uma articulação para que Graciliano não abortasse a empreitada demorada. Conforme Moraes (op. cit., p. 94-95), no ano de 1932, Graciliano deixou a Imprensa Oficial e retornou a Palmeira dos Índios, onde, recuperando-se de nova cirurgia e instalado na sacristia da Matriz de Nossa Senhora do Amparo (contando mais uma vez com a cumplicidade de seu amigo e pároco padre Macedo), ele encetou a escrita de “uma novela mais aceitável” (G. RAMOS *apud* MORAES, op. cit., p. 95). Sentindo-se embromado por Schmidt, Graciliano solicitou ao editor, através de Alberto Passos Guimarães, a devolução dos originais de *Caetés*, já revelando, conforme disse na carta destinada a Heloísa em 8 de outubro daquele ano, qual seria o título desse novo projeto literário:

Promessas como essa o Schmidt tem feito às dúzias: não valem nada. Escrevi a ele rompendo todos os negócios e pedindo a devolução de uma cópia que tenho lá. Assim é melhor. A publicação daquilo seria um desastre, porque o livro é uma porcaria. Não me lembro dele sem raiva. Não sei como se escreve tanta besteira. Pensando bem, o Schmidt teve razão e fez-me um favor. Resta-me agora o *S. Bernardo*. Tenho alguma confiança nele. As emendas sérias foram feitas. O trabalho que estou fazendo é quase material: tolice, substituição de palavras, modificação de sintaxe. Mas tenho trabalhado demais: um dia destes estive com meus bichos de *S. Bernardo* das seis da manhã à meia-noite, sem me levantar da banca (G. RAMOS, 2011, p. 172).

Na confecção de *São Bernardo*, Graciliano retomou, por meio da personagem Madalena, o tema do suicídio, presente no romance anterior, abordando agora conceitos como o de *reificação* – prefigurado Marx no primeiro capítulo de *O Capital*, em que o filósofo

explicita a noção de fetiche da mercadoria –, do ponto de vista de Paulo Honório, um possessivo fazendeiro da zona da mata alagoana – narrador-personagem cujo esboço, como vimos, foi feito em meados da década de 1920. Outra carta a Heloísa, de 1.º de novembro de 1932, resume o que o escritor então considerava mais importante naquela construção literária:

O *S. Bernardo* está pronto, mas foi escrito quase todo em português, como você viu. Agora está sendo traduzido para o brasileiro, um brasileiro encrascado, muito diferente desse que aparece nos livros da gente da cidade, um brasileiro de matuto, com uma quantidade enorme de expressões inéditas, belezas que nem eu mesmo suspeitava que existissem. Além do que eu conhecia, andei a procurar muitas locuções que eu vou passando para o papel. O velho Sebastião, Otávio, Chico e José Leite me servem de dicionários. O resultado é que a coisa tem períodos absolutamente incompreensíveis para a gente letrada do asfalto e dos cafés. Sendo publicada, servirá muito para a formação, ou antes para a fixação, da língua nacional. Quem sabe se daqui a trezentos anos eu não serei um clássico? Os idiotas que estudarem gramática lerão *S. Bernardo*, cochilando, e procurarão nos monólogos de seu Paulo Honório exemplos de boa linguagem (G. RAMOS, op. cit., p. 179).

Uma vez que Graciliano já havia desistido de publicar *Caetés*, os originais da obra só retornaram às mãos de Schmidt porque Jorge Amado, enviado do editor a Alagoas com a missão de persuadir o autor alagoano a reconsiderar a publicação, conseguiu convencer Heloísa a entregar-lhe o material, segredando, contudo, o fato ao marido. Graciliano só ficou sabendo da articulação quando o processo não podia mais ser revertido. O primeiro romance de Graciliano foi finalmente publicado em dezembro de 1933, e seria agraciado com o Prêmio Brasil de Literatura. Como acresce Moraes (op.cit., p. 96), “Na dedicatória [do livro], uma homenagem aos três artífices da publicação: Jorge Amado, Alberto Passos Guimarães e Santa Rosa (autor da capa)”.

Figura 3 - Capa da 1.^a edição de *Caetés*, ilustrada por Santa Rosa.



Fonte: Biblioteca do IEB-USP.

A realização de uma pesquisa no Arquivo Graciliano Ramos, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP)²¹, nos permite conhecer, através da fortuna crítica publicada na época daquela aparição, de que forma os primeiros romances de Graciliano – *Caetés* e *São Bernardo* – foram concretamente avaliados. Tomando os recentes trabalhos de Salla (op. cit.) e Silva Filho (2009; 2010) como referência, coletamos algumas informações a esse respeito, que nos auxiliarão na análise dos contornos críticos desses julgamentos.

Começamos pelo que escreveu Jorge Amado. O jovem baiano, que já havia publicado *O país do carnaval*, em 1931, escreveu na introdução de *Cacau*, publicado dois anos depois, que objetivava “tratar da vida dos trabalhadores das fazendas cacaueiras do sul da Bahia com um ‘mínimo de literatura para um máximo de honestidade’” (SALLA, op. cit., p. 175). A

²¹ Pesquisa realizada entre os dias 13 e 16 de março de 2012.

respeito de *Caetés*, ele falou em “realidade pasmosa”, expressão que sugere, assim como a nota introdutória de seu segundo romance, que havia no crítico a preocupação com a similitude social na narrativa literária:

Conheci Graciliano Ramos numa viagem a Alagoas no meiado (sic) desse ano. Já lera os originaes (sic) de ‘Caetés’ (sic), mas, parece-me que compreendi melhor esse romance depois de conhecer o autor [...]

Graciliano Ramos não [refere-se à falta de lirismo de Graciliano e presente em outros autores que, segundo ele, falseavam a realidade] pinta esse pessoal todo como eles são em verdade. Maus, ignorantes, sem poesia alguma, horríveis de se conviver com eles. Essa é a versão verdadeira. [...]

A gente sae (sic) da leitura desse livro, livro de uma realidade pasmosa, com o contentamento de ter descoberto um romancista, porém mal satisfeito com a humanidade. Quanta gente ruim... Eles são assim mesmo, a gente bem sabe. Nenhum heroe (sic) desperta simpatia. João Valério, Luiza, Nazareth (sic), Adrião, o padre, o promotor, quanta gente insignificante, má, pernicioso. [...] Livro rico sob todos os aspectos que esteja encarado, livro verdadeiro, coloca Graciliano Ramos, ao meu ver, na frente de todos os outros romancistas que surgiram nesses últimos anos. (AMADO *apud* SILVA FILHO, op. cit., p. 96).

Observe-se que Jorge Amado, além de exigir de um bom romance a correspondência verossímil entre o mundo narrado e o mundo vivido, entroniza o amigo, a quem havia testemunhado como o centro da *roda de Maceió* (cf. AMADO *apud* MORAES, op. cit., 95), como o melhor romancista surgido na safra sertaneja. Amado corrobora com Aurélio Buarque de Holanda, para quem o autor de *Caetés* – “livro bom, mas não excelente” (HOLANDA *apud* SILVA FILHO, op. cit., p. 98)– era um “admirável fixador de tipos”, no sentido de ser alguém que *realizava* as personagens através do trabalho romanesco. Eis o comentário do filólogo no *Boletim da Ariel*, prestigiosa revista literária carioca que circulou entre 1931 e 1938²²:

No meio de uma galeria bem vasta, sabe ele conduzir-se com rara segurança, dando sempre de cada personagem os traços próprios, característicos, *fazendo-os realmente viver dentro da narrativa*. A conversa dessa gente é a coisa mais natural do mundo. *Parece que se está ouvindo a linguagem pedante, cheia de válvulas (sic) e aurículas (sic) e ventrículos (sic), do doutor Liberato, as frases (sic) trucadas (sic) do Padre Athanasio (sic), as perfidas (sic) do Nazareth (sic), as ingenuidades do Isidoro Pinheiro* (HOLANDA *apud* SILVA FILHO, op. cit., p. 99).

O escritor paraibano José Lins do Rego – que já tinha no currículo *Menino de Engenho*, de 1932, e *Doidinho*, de 1933 – destacou no *Jornal de Alagoas* a *ruindade* que expressam as personagens de *Caetés*, reconhecendo que, pior que a mesquinhez da gente que

²² Ressalve-se que em 1933 o *Boletim da Ariel* publicou um trecho de *Caetés* intitulado “Luíza”. Outra revista da capital carioca, *A Noite Ilustrada*, também publicou um trecho dessa obra no início de 1934 (cf. SALLA, op.cit., p. 95).

aparece ali como produto da ficção, somente o fato de existir gente ruim assim também na vida real:

Há nos Cahetés (sic) de Graciliano Ramos muita gente ruim. Os que são bons são às escondidas (sic), em momentos de quasi (sic) inflexão. (O caso de seu Pinheiro que brigou pelo heroe (sic) contra o promotor foi uma surpresa). [...] O Brasil do interior, de cidades pobres, de cidades marcadas de indigência physica (sic) e pauperismo, se acha no Cahetés (sic) como em nenhum livro da nossa literatura. O O (sic) Chanaan (sic) foi um belo livro porque contou a historia (sic) de uma gente morrendo de fome numa terra exuberante (sic). Foi um livro de grande tragédia. Mas não há no romance de Graciliano Ramos essas tragédias em ponto grande como no Chanaan (sic) e no Bagaceira. Há a mediocridade de vidas pequenas, dessas que rastejam como lesmas e que nos arrepiam a sensibilidade de nojo, tudo isto que é doloroso, este cinzento que vem do pequeno quotidiano da existência. Lê-se o livro com um travo na alma. É um romance onde não existe homem agradável, nem uma mulher boa (sic), mas é um depoimento dos maiores que nos teem (sic) vindo de nossa literatura, tão chegado ao convencional e à moda. Cahetés não é só um romance que firmou um escriptor (sic) em plano alto; é o que há de mais real e amargo sobre as nossas gentes de cidades pequenas, uma chronica (sic) miúda e intensa sobre o brasileiro que não anda em automovel (sic) e não veste casaca. É o pungente livro da nossa pequena burguesia urbana do interior, desses ajuntamentos infelizes que teem (sic) um padre, um juiz e um promotor e a pacatez (sic) mais apaixonante que o turbilhão. A gente ali é mediocre (sic) até na miséria. O livro de Graciliano Ramos trouxe ao Brasil que se descobre e acorda a contribuição de um mundo que cae (sic) em pedaços. Não há nada que sirva ali: tudo é mesquinho, nenhum homem nem uma mulher a olhar para cima, a estremecer de felicidade. E o peor (sic) é que tudo aquilo é verdade crúa (sic) e certa. E ainda querem affimar (sic) que no Brasil só os proletarios (sic) soffrem (sic) o peso da vida. Estes brasileiros do Cahetés (sic) teem (sic) direito também à revolução (LINS DO REGO, 1934 *apud* SILVA FILHO, 2009, p. 8).

O jornal *Literatura*, dirigido por Schmidt, Saboia Medeiros e Manuel Bandeira, estampou na capa de sua edição de 20 de fevereiro de 1934 uma foto de Graciliano com a legenda: “Graciliano Ramos – romancista de *Caetés*” (SALLA, op. cit., p. 95). O periódico confeccionado pela Schmidt Editora trazia nesse número um rol de elogios prestados por diversos críticos ao autor que ilustrava a primeira página, com evidente caráter publicitário. A Tabela 1 apresenta alguns desses elogios, conforme nos informa o trabalho de Salla (op. cit., p. 96).

Tabela 1 – Amostras de comentários críticos acerca de *Caetés*, à época de sua publicação

Crítico	Publicação	Data	Comentário
Aurélio Buarque de Holanda	<i>Boletim da Ariel</i> Rio de Janeiro	Fevereiro de 1934	Com ele o sr. Graciliano Ramos pode, sem favor, formar na fileira dos melhores romancistas do Brasil. E dentro de poucos meses – anuncio com o maior prazer aos leitores do <i>Boletim</i> – a publicação de <i>São Bernardo</i> , que já conheço, revelará ao país um de seus grandes, dos seus maiores romancistas de todos os tempos.
José Geraldo Vieira	<i>A Nação</i> , Rio de Janeiro	4 de fevereiro de 1934	<i>Caetés</i> há de marcar entre os bons romances do ano e mesmo desta época. Parece-me que sinto prenúncios, em Graciliano Ramos, de um grande romancista que chega (...) Entre os livros que enxameam a mesa do crítico, nenhum, há muito tempo, mostrou mais seguras promessas.
Agripino Grieco	<i>O Jornal</i> Rio de Janeiro	4 de fevereiro de 1934	<i>Caetés</i> é um belíssimo trabalho, dos que mais me têm deliciado nestes Brasis, em qualquer tempo. Esse homem sequíssimo para o número [um] da ‘minha gente’, na minha biblioteca. Romance bem pensado, bem sentido, bem escrito e com o mínimo de romance possível (...) A galeria de esquisitões é aqui das mais impressionantes, igualando em mérito a de certas páginas de Lima Barreto. Essas almas empoeiradas, enferrujadas, são da província, mas poderiam ser também de nossos subúrbios.
Valdemar Cavalcanti	<i>Boletim da Ariel</i> , Rio de Janeiro	Dezembro de 1933	A vida monótona da cidadezinha – Palmeira dos Índios, que serve maravilhosamente de <i>décor</i> ao romance de Graciliano Ramos – fixa-se fortemente em <i>Caetés</i> , com alguma coisa de grande, de real, de densamente humano.

Fonte: Elaboração do autor.

Se a publicação de *Caetés*, deliberado preâmbulo da obra graciliânica (CANDIDO, in G. RAMOS, 1961, p. 11), confirmou o prestígio intelectual de seu autor, *São Bernardo* consolidou a sua imagem de grande romancista. Em 29 de março de 1934, Graciliano recebeu uma carta do escritor Gastão Cruis, proprietário da Ariel Editora, propondo-lhe publicar a obra. A previsão era que *São Bernardo*, cujos originais foram datilografados por Valdemar Cavalcanti, chegasse às livrarias até agosto ou setembro, com tiragem de dois mil exemplares e garantia contratual de dez por cento do preço bruto da edição destinados ao pagamento de direitos autorais, em duas parcelas iguais: a primeira, seis meses depois do lançamento; a segunda, quando estivesse esgotada toda edição. Mas a obra só veio ao público em novembro,

com metade da tiragem que se previu. O motivo alegado por Cruls para a redução da quantidade prometida foram as más divulgação e distribuição de *Caetés* (MORAES, op. cit., p. 97). Relativamente à época do aparecimento da segunda obra romanesca de Graciliano, Salla contabilizou, no Arquivo Graciliano Ramos do IEB-USP, vinte e seis ocorrências abordando o acontecimento (SALLA, op. cit., p. 97). O pesquisador relata que, dessa fortuna crítica, apenas dois comentários divergem dos demais: o de Agripino Grieco e o de Augusto Frederico Schmidt, no sentido de que esses críticos detectaram a inverossimilhança no fato de o narrador-personagem do romance ter disposições literárias por demais sofisticadas para um homem rústico do interior. Jorge Amado reagiu ao comentário de Schmidt, defendendo Graciliano no *Boletim da Ariel* e atribuindo ao editor três “motivos de política literária” para a sua “má vontade”: “Schmidt se incompatibilizara com Graciliano pelos problemas surgidos com *Caetés*; procurava atingir a concorrência de outra editora; e criticara um livro que não havia lido, ‘como velho costume seu’. Schmidt Evitou a tréplica” (MORAES, op. cit., p. 98). Silva Filho também fala sobre esse problema de inverossimilhança percebido por alguns críticos, como Bezerra Gomes (*apud* SILVA FILHO, op. cit., p. 103), que, inspirado pela crítica de Schmidt, publicou na *Folha de Minas*, em 1935:

Aquele capítulo em que Paulo Honório vai à casa de dona Glória pedir Madalena em casamento, é um, é uma prova. [o autor se refere a um artificialismo supostamente ainda presente na obra de Graciliano]. Assim também é aquela revolução que vem já no fim de *S. Bernardo*. A gente vê logo que foi coisa inventada pelo autor. E finalmente isso que o poeta Schmidt notou naquela crítica que fez dele no “Diário de Notícias”: sendo um homem inteiramente inculto e bárbaro, prático e utilitário, é absurdo que Paulo Honório tenha a idéia de fazer ele mesmo da sua vida um romance.”

Na maioria dos casos, os comentários são elogiosos, como o de Peregrino Júnior (*apud* SALLA, loc. cit.), que publicou na revista *Careta*, em 1935:

O autor admirável dos *Caetés* e do *S. Bernardo* é um romancista autêntico, que, longe do Rio, sem fazer parte de igrejinhas literárias e sem ter camaradas na imprensa, conseguiu uma situação de prestígio, de admiração e de respeito nos melhores círculos intelectuais (...) é considerado uma das figuras centrais da jovem literatura (...) Graciliano Ramos, que longe dos ruídos da cabotagem e dos charlatanismos metropolitanos, vive silenciosamente em sua província, trabalhando com o ritmo e a serenidade de um verdadeiro artista.

Para visualizarmos os distintos modos como foram recebidas as duas primeiras obras romanescas de Graciliano no campo literário, reproduzimos as tabelas elaboradas por Silva Filho em sua tese de doutoramento. A primeira (Tabela 2) nos permite mapear os críticos que

abordaram as duas primeiras obras romanescas de Graciliano pelo filtro da realidade social. A segunda (Tabela 3) relaciona alguns desses críticos e trechos de seus comentários a respeito das referidas obras. Note-se que, tomados em conjunto, esses excertos tinham em comum o fato de os seus autores, mormente localizados nos círculos literários alagoano e carioca-nacional, manifestarem o interesse por encontrar no romance a correspondência entre o mundo social ficcional e o mundo social real.

Tabela 2 - Relação autor/abordagens referencialistas

Autores	Jornais			Data		Autores que referencializam a obra romanesca pela realidade social	
						Caetés	São Bernardo
Agrippino Grieco	<i>O Jornal</i>	<i>O Diário de Pernambuco</i> (Pernambuco)		4/2/1934	30/12/1934	X	X
Augusto Frederico Schmidt	<i>Diário de Notícias</i> (Rio de Janeiro)			16/12/1934			X
Barreto de Araújo	Sem Indicação			5/8/1935			X
Aurélio Buarque de Holanda	<i>Boletim da Ariel</i> (Rio de Janeiro)	<i>Diário Carioca</i> (Rio de Janeiro)		1934	1934	X	
Dias da Costa	<i>Literatura</i> (Sem indicação)	<i>Jornal de Alagoas</i> (Alagoas)		20/6/1934	9/6/1935	X	X
Diégues Júnior	<i>O Estado</i>			23/2/1934		X	
Eloy Pontes	<i>O Globo</i>			7/5/1934		X	
G.P	<i>A Noite</i>			10/1/1935			X
Jorge Amado	<i>Literatura</i>	<i>Jornal de Alagoas</i>	<i>Imprensa Popular</i>	5/12/1933	9/3/1934	X	
José Geraldo Vieira	Sem Indicação	<i>A Nação</i>	<i>Jornal de Alagoas</i>		4/2/1934	X	
José Lins do Rego	<i>O Estado</i>	<i>Literatura</i>		28/1/1934	5/2/1934	X	
Mario Marroquim	<i>Gazeta de Alagoas</i>			4/3/1934		X	
Múcio Leão	<i>Jornal de Alagoas</i>			26/4/1935			X
Osório de Olivares	<i>Correio de Viçosa</i>			4/3/1934		X	
Peregrino Júnior	<i>Careta</i>			14/9/1935			
R.C	Sem Indicação			8/11/1931		X	
Rocha Filho	<i>Literatura</i>			5/4/1934		X	
Sem Autor	<i>Correio Paulistano</i>			10/1/1935			X

Fonte: SILVA FILHO, 2010, p. 106.

Tabela 3 - Amostras de argumentos referencialistas por autor

Autores	<i>Caetés</i>	<i>São Bernardo</i>
Dias da Costa	Há, nesse romance que fotografa toda uma sociedade, um grito de revolta que, infelizmente, poderia ser desferido com justiça tanto onde está o autor como em São Luis do Maranhão ou na Baía de Todos os Santos.	Pois bem, apesar dessas distâncias elas cabem todas dentro do romance, agindo e falando, sentindo e soffrendo (sic), cada qual a seu modo, naturalmente, sem incoerências, podendo viver assim no livro, porque assim vivem na vida
Agripino Grieco	Difficilmente (sic) alguém se sairia tão bem da liquidação final de suas principais personagens. Exatamente como na vida besta que todos vivemos: o amor de João Valério e Luiza vem não se sabe como, vai-se não se sabe como.	O protagonista parece-nos muito lúcido, muito abundante em comentários, o que é estranhável em uma criatura de poucas letras, oriunda de ambiente agreste, não afinada pela leitura de psychólogos (sic) e romancistas introspectivos.
G.P		São Bernardo é um exemplo desse mal entendido apreço à independência mental. A exploração inicial do romance, que pretende ser engenhosa, parece-nos simplesmente ingênua. O autor, inculto, teria recorrido a outros companheiros, de mais puras letras, afim de lhe fixarem a narrativa sem a eiva ignorância. Desistira, no entanto, logo ao começo, por encontrar a narração preciosa. Escreve-a, então, ele mesmo, com a mão que presume innábil (sic), rude, crassa.
Barreto de Araújo		S. Bernardo é bem a fotografia dum senhor rural nordestino. Quase (sic) sempre rustico (sic), a principio paupérrimo, explorado, depois com o desejo de explorar para subir, cumprindo e realizando sempre esta lei fatal da capilaridade social.
Mucio Leão	No romance vemos também o ambiente de pequenas intrigas das cidades do interior brasileiro, cheias de competições políticas obedecendo a chefetes deshonestos (sic) e torpes. Em taes (sic) meios, os representantes da polícia e da justiça podem ser tomados como verdadeiros indices de mentalidade geral.	
A. Frederico Schmidt		O processo de romance do S. Bernardo, tem, a meu ver, alguns defeitos dos quaes o principal é a forma por que o autor nos conta a sua história, fazendo com que o seu personagem, de um momento para o outro, tenha a absurda idéia de fazer da sua vida um romance, ele, um ser inteiramente inculto e bárbaro, prático e utilitário. Acho isso, positivamente, arbitrário, e em flagrante contraste com o equilibrio (sic) psychológico (sic) em que o livro transcorre todo.
Osório de Olivares	Como Paulo Prado, no Prefácio da Paulística, Graciliano Ramos podia dizer de seu “Caetés” (sic) ‘este é um livro de estudos regionais’. Para escrevê-lo, para torná-lo arte, ele não precisou ‘desfigurar inteiramente, a obra frágil e	

	transitória da natureza’, como quer o autor de Personagens de Romance. Os seus typos (sic) são reais no livro como ele os viu.	
Mario Marroquim	É a vida, é o aspecto humano do assumpto (sic) que precisa ser observado, ser fixado com segurança e com honestidade. [...] O escriptor (sic) preocupou-se com os typos (sic), com a vida, com o aspecto real e humano de seus personagens.	

Fonte: SILVA FILHO, 2010, p. 108.

Os quadros demonstram que o campo literário dos anos 1930 procurava estabelecer uma literatura que tivesse como fonte de inspiração a realidade tal qual ela é, isto é, uma literatura “verdadeira”, sem as máscaras do rebuscamento literário, e que servisse de documento de conhecimento sociológico acerca da realidade retratada. O que se buscava era abandonar a superficialidade das abordagens modernistas pela profundidade das abordagens “sociológicas” do pós-Modernismo, como também passou a ser rotulado o romance de 1930. No texto *Sociologia e Literatura*, publicado em 1936 na revista *Lanterna Verde*, Gilberto Freyre entronizou as obras dos autores nordestinos de 1930 na qualidade de documentos, já que tais obras não podiam ser categorizadas apenas como “belas-letas”. A opinião do celebrado sociólogo pernambucano aponta para uma ruptura entre as fronteiras que até então separavam literatura e ciências sociais:

O que principalmente passou a caracterizar o romance novo foi o seu tom de reportagem social e quase sociológica; a sua qualidade de documento; as evidências que reuniu de vida esmagada, machucada, deformada por influências de natureza principalmente econômica; os seus transbordamentos políticos. Tal o caso dos romances de Jorge Amado, principalmente os anteriores a *Jubiabá: Cacao e Suor*. O caso, até certo ponto, dos romances de José Lins do Rego, de Graciliano Ramos, de José Américo de Almeida, de Rachel de Queirós – formidável documentação da vida regional, do maior interesse sociológico e até político, e suprimindo a falta de inquéritos, sondagens, pesquisas sistematizadas. Quase nada nesses romances é obra de ficção: apenas os disfarces; apenas a deformação para os efeitos artísticos, sentimentais ou, em certos casos, políticos (FREYRE, 1936, p. 15).

Essa compreensão sobre o modo de lidar com o fazer literário, próprio de seus colegas de geração, foi buscado e compartilhado por Graciliano, para o qual a literatura, se desconectada da vida social brasileira, sinonimizava algo “acanhado” naquele momento histórico. “Em sentido oposto, afirmava que o estudo ‘objetivo’ das relações sociais e econômicas do mundo sertanejo, correspondia tanto à descoberta ‘autêntica’, como à ação ‘direta’ sobre a realidade nacional” (SALLA, op. cit., p. 175). No artigo *O romance do*

Nordeste, originalmente publicado em março de 1935 no *Diário de Pernambuco*, Graciliano quis reforçar o argumento de que a literatura de seu tempo presente, “autêntica e verdadeiramente brasileira”, elaborada, sobretudo, por autores que também seriam referidos pelos círculos carioca-nacionais como “os do Norte”²³ (cf. SOARES, loc. cit.), se opunha à literatura considerada importada e superficial, praticada antes da Geração de 1930:

Os romancistas atuais compreenderam que para a execução da obra razoável não bastam retalhos de coisas velhas e novas importadas da França, da Inglaterra e da Rússia. E como deixaram de ser obrigatórias as exibições da porta do Garnier, os provincianos conservaram-se em suas cidadezinhas, acumulando documentos, realizando uma honesta reportagem sobre a vida no interior.

O trabalho que há no Nordeste é mais intenso do que em qualquer outra parte do Brasil, tão intenso que um crítico, visivelmente alarmado com as produções daqui, disse ultimamente que não é só no Norte que se faz literatura. De certo. Era indispensável, porém, que nossos romances não fossem escritos no Rio, por pessoas bem intencionadas, sem dúvida, mas que nos desconheciam inteiramente (G. RAMOS *apud* SALLA, op. cit., p. 96-97).

Nos textos que o agora *romancista conhecido e reconhecido no campo literário brasileiro* Graciliano Ramos publicou nesse período confirma-se a sua transição para o amadurecimento intelectual de que falamos no capítulo anterior. Ele abandona o tom debochado típico dos textos de sua juventude, sem abrir mão da ironia, para, com mais seriedade, se dedicar à análise da produção do campo literário, demarcando, defendendo e consolidando uma posição para a literatura que ele, junto com seus colegas de geração, estava produzindo.

As diversas opiniões que foram expostas nesta seção revelam que as lutas que aconteceram no interior do campo literário brasileiro, que ganhava firmeza a partir dos anos 1930, constituíram o sistema normativo de um esquema de apreciação e classificação (*habitus*) que valorizava o romance por critérios “sociológicos”: melhor seria o romance que desse relevo à narração dos costumes, das motivações dos comportamentos e dos padrões de conduta existentes no meio social, que não poderiam ser estranhos a quem narrava. Esperava-se, de uma literatura, que ela portasse verossimilhança sociológica, isto é, que ela expusesse o *modus vivendi*, os preconceitos e os valores da sociedade em que foi produzida. De um

²³ “O termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), criada em 1919. Neste discurso institucional, o Nordeste surge como a parte do Norte sujeita às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal. O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-dicursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área. Estes discursos, bem como todas as práticas que esse fenômeno suscita, paulatinamente instituem-no como um recorte espacial específico, no país” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 81).

romancista, se pedia que estivesse disposto, durante a confecção de seu trabalho, a pesquisar e traduzir literariamente o mundo social exatamente como ele era.

2.2 O PCB e a estética socialista: tensões e acomodações

A geração de intelectuais brasileiros instituídos na carreira de escritor ao longo da década de 1930 caracterizou-se também pelo engajamento na busca da compreensão da identidade sociocultural brasileira. Não foi à toa, portanto, que surgiram, no período em recorte, obras seminais do pensamento social brasileiro, como a trinca clássica composta por *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre; *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Júnior (ambas em 1933); e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936). Barbosa (2010, p. 110) acrescenta que

Outra característica deste início dos anos 1930, é o começo de uma produção nacional de livros que introduzem a classe trabalhadora na literatura a partir de uma perspectiva de esquerda. Essa nova tradição, intimamente vinculada às transformações econômicas e sociais que se processavam, é representativa também de uma maior evidência, sobretudo nos centros urbanos, da imposição, por meio de greves e outras manifestações, das demandas dos trabalhadores. Exemplos dessa nova forma de fazer literatura podem ser encontrados, por exemplo, os livros *Poemas proletários*, de Paulo Torres, *O Gororoba*, de Lauro Palhano, *Bruhaha*, de Pedro Mota Lima, *Os Corumbas*, de Amando Fontes, *Parque industrial*, de Patrícia Galvão, e o *Rei da Vela*, de Oswald de Andrade.

Os romances que surgiram com essa geração refletiram as tensões e acomodações em torno dos debates sobre temas relacionados à realidade brasileira, próprios daquele ambiente tumultuado pela experimentação dos efeitos desencadeados após a chegada de Vargas à presidência da República, através da Revolução de 1930. Esse processo de ascensão removera setores tradicionais de seus postos privilegiados no comando da nação, e levou o governo a encarar sucessivas instabilidades e crises de legitimidade. As insatisfações geradas favoreceram o crescimento de organizações políticas de vários matizes ideológicos, dispostas à ocupação, contestação ou tomada do Estado renascente. A crescente polarização dos posicionamentos ideológicos ganhou forma organizacional com o surgimento da Ação Integralista Brasileira (AIB) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), respectivamente em 1932 e 1935. Os integralistas incorporavam o nazifascismo de Hitler e Mussolini, enquanto os aliancistas aglutinavam diversos grupos de esquerda, com a hegemonia do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em oposição ao avanço do integralismo, ao autoritarismo adotado pelo

governo Vargas, ao imperialismo e ao latifúndio. Contando com adesões importantes de vários ex-militares, a Aliança elegeu Luiz Carlos Prestes como seu presidente de honra:

O herói (sic) da Coluna ingressara no PCB por imposição de Moscou, depois de ter sua filiação vetada pelo Comitê Central, dominado por tendências ultraesquerdistas e obreiristas. Embalada por comícios e atos públicos que reuniam milhares de pessoas, a ANL não demorou a radicalizar suas posições, não só em confrontos de rua com os integralistas, mas no famoso manifesto à nação de Prestes, em 5 de julho de 1935. O “governo podre de Vargas” era definido como principal adversário dos aliancistas, que deveriam se preparar para o “assalto ao poder, que amadurece na consciência das grandes massas” (MORAES, op. cit., p. 105).

Uma semana após a publicação do manifesto referido na citação acima, Vargas decretou o fechamento da ANL, com base na nova Lei de Segurança Nacional. O assunto tomou conta do Bar Central, na capital alagoana, um dos pontos de encontro da *roda de Maceió*:

O grupo de literatos era praticamente todo antifascista e antigetulista. Apenas três pessoas tinham vínculos com o comunismo: Alberto Passos Guimarães, secretário regional do PCB; Rachel de Queiroz havia rompido com o partido e se aproximado dos trotskistas, juntamente com seu marido, José Auto. Os demais, segundo Rachel, “eram quase todos cor-de-rosa, isto é, esquerdizantes que não chegavam a ser vermelhos”. Mas nem Alberto apoiava a luta armada contra Vargas, embora tivesse de acatar a linha oficial (Ibid., loc. cit.).

O excerto acima é revelador de um traço distintivo entre as biografias de alguns autores da Geração de 1930 e a de Graciliano. Eles já eram *militantes* do comunismo, enquanto o Velho Graça poderia ser chamado apenas de *simpatizante*. É certo que a Revolução de 1917 animou em Graciliano o interesse pelo marxismo desde sua juventude, pois se situam no período posterior a esse acontecimento na Rússia o seu aprofundamento nas leituras de Marx, Engels e Lenin em francês e italiano, e sua adesão “à utopia libertária ocupada pela vaga bolchevique” (Ibid., p. 106). Na Palmeira dos Índios do final da década de 1920, não eram esconsas as suas inclinações pelo socialismo, como recordou seu conterrâneo Brena Wanderley:

Certa vez, confessou-me sua admiração pelo povo russo e pelo socialismo. Recomendou-me a leitura de Marx e depois Dostoiévski, que lia em francês. Muitas vezes criticava fortemente o governo. Era um revoltado com as injustiças que cometiam em nosso país. Sofria com o drama dos nordestinos. Talvez fosse comunista no termo lato, mas antes de tudo amava o Brasil como bom patriota (WANDERLEY *apud* MORAES, loc. cit.).

Não obstante esta inclinação para o marxismo, difundido na América Latina pela corrente comunista que se dispunha a lançar as bases para uma orientação política revolucionária, Graciliano não tinha ainda uma ligação direta com o PCB, no sentido de compor seus quadros e/ou militar em suas fileiras. Quanto ao seu posicionamento político-ideológico, Rachel de Queiroz testemunhou que o colega de letras se tratava de

um homem com tendência igual à que se chama hoje de social-democrata. Colocava-se, como nós, contra os poderosos, contra o governo, contra a opressão. Talvez fosse até mais anarquista do que qualquer outra coisa (QUEIROZ *apud* MORAES, op. cit., p. 107).

Ratificando o posicionamento de Graciliano diante da polarização político-ideológica da década de 1930, Alberto Passos Guimarães asseverou:

As posições dele eram de um liberal progressista. Não admitia um passo além disso. Suas ideias, em certos pontos, coincidiam com as nossas, mas ele não era comunista. Tinha opiniões próprias, independentes e bem elaboradas, mas não radicais ou revolucionárias. Não era homem de conversa fiada (A. P. GUIMARÃES *apud* MORAES, loc. cit.).

Acontece que, nesse tempo, Graciliano ocupava a direção da Instrução Pública do Estado de Alagoas, equivalente ao atual cargo de secretário estadual da Educação, durante a administração – tachada de “semi-integralista e reacionária” pelos comunistas (MORAES, loc. cit.) – do interventor federal Osman Loureiro, e isso representava um obstáculo à sua possível cooptação pela seção alagoana do PCB, que reproduzia o sectarismo partidário de âmbito nacional, por sua vez orientado pela visão do grupo ligado a Stalin, que saiu vitoriosa dos embates no interior do Partido Comunista Russo, ao fim do IV Congresso Mundial da Internacional Comunista. “De acordo com esta posição, o papel da URSS deveria ser o de guiar o proletariado mundial em um momento de iminência de uma nova ‘crise revolucionária’, o que significava a necessidade de ruptura com a social-democracia” (BARBOSA, op. cit., p. 119).

Instalado na estrutura do Estado, compondo o primeiro escalão do governo, Graciliano dedicava-se paralelamente à escrita, regada a aguardente (G. RAMOS, 2011, p. 187), do seu terceiro romance, *Angústia*, considerado pela maioria dos críticos e leitores a obra-prima graciliânica (cf. CANDIDO, op. cit., p. 29). Seu envolvimento com essas tarefas – a função pública e a atividade literária – o manteve distante das palpitações do movimento, inclusive do episódio crucial conhecido como *Intentona Comunista* – frustrada tentativa de golpe através da tática da luta armada, que contrariava a linha de frente popular, mas contava com o

endosso da Internacional Comunista. Prestes enfatizaria que “a responsabilidade pela rebelião desencadeada em 23 de novembro de 1935 fora da própria direção do PCB, iludida por avaliações voluntaristas e dissociadas da realidade concreta” (MORAES, op. cit., p. 108). O levante, irrompido em Natal, limitou-se, em Alagoas, a alguns muros pichados por militantes comunistas na capital, não dando trabalho ao governo, embora este tenha deixado a polícia de prontidão.

No início de 1936, telefonemas e telegramas anônimos começaram a perturbar o diretor da Instrução Pública, que, apesar de tudo, não dava bola para as ameaças. Seu prestígio político e intelectual o mantivera por um triênio à frente de um cargo pelo qual já haviam passado oito pessoas em dois anos. A situação nova impunha sua saída, não só por suposto envolvimento com os aliancistas ou pelo conteúdo “subversivo” de seus romances, mas também pelo seu *habitus* de administrador, conhecido e reconhecido pela austeridade e por não se vergar às pressões do campo de poder. Osman Loureiro precisava demiti-lo, mas queria que Graciliano lhe pedisse a demissão voluntariamente, já que o governador não encontrava motivos objetivos para fazer isso. Mas Graciliano não lhe pediu a demissão. Deixou que o governador o fizesse. Finalmente, em 3 de março, no dia em que o escritor entregou os originais de *Angústia* para a datilógrafa D. Jeni (G. RAMOS, 2008, p. 23), ficou também sabendo que seria detido a qualquer momento, no “cerco aos ‘comunistas’ nas capitais do Nordeste” (MORAES, op. cit., p. 113) ordenado pelo general Newton de Andrade Cavalcanti, comandante da 7.^a Região Militar. Apesar dos alertas de Luccarini – arquiteto italiano que projetou o Teatro Deodoro e que foi seu funcionário na Instrução Pública – e Alberto Passos Guimarães, e dos pedidos de sua mulher Heloísa e de seu filho Júnio – que, com o irmão Márcio, militava na União da Juventude Comunista –, Graciliano renegou as propostas de fuga e aguardou em casa, de terno e gravata e de valise arrumada, o oficial do exército que o levaria preso – curiosamente o mesmo tenente que um mês antes havia procurado a Instrução Pública para lhe solicitar, por intermédio do apadrinhamento político, nova banca para a sua sobrinha que havia sido reprovada num exame de admissão para o curso normal, pedido ao qual Graciliano obviamente não atendeu (cf. G. RAMOS, op. cit., p. 27-28). Pelos dez meses que passaria detido, transferido apulso para o Recife, depois, para o Rio de Janeiro, e apesar daqueles que o adjetivavam de “comunista” com o propósito de xingá-lo²⁴, não houve nenhuma acusação formal contra Graciliano, nenhum interrogatório,

²⁴ Foi o caso do deputado José da Rocha, ao reconhecer Graciliano numa das estações do trajeto para Recife, para onde o escritor estava sendo levado preso: “Espanto, imenso desprezo, a convicção de achar-se na presença de um traidor. Absurdo: eu não podia considerar-me comunista, pois não pertencia ao Partido; nem era razoável

nenhum processo, nenhuma prova que o envolvesse diretamente à Intentona ou às organizações políticas perseguidas pelo governo Vargas. O que teria justificado, então, a sua detenção, assim como a de outros intelectuais nas mesmas condições, como Hermes Lima, Castro Rebelo, Leônidas Rezende e Luís Carpenter? Segundo Alzira Vargas do Amaral (*apud* MORAES, op. cit., 131), filha e auxiliar direta de Getúlio Vargas, o pai lhe teria dito que

Foi uma exigência dos militares. Consideraram uma injustiça serem punidos os oficiais presos de armas na mão, enquanto os instigadores de tudo, os intelectuais que pregavam ideias subversivas, continuavam em liberdade.

Ou seja, é evidente que Graciliano não foi preso por ser um militante comunista, mas por ser um intelectual perturbador do *status quo*. Nelson Werneck Sodré, historiador e general da reserva que à época era um jovem oficial, tornou-se amigo de Graciliano em 1937. Para ele, a prisão do literato foi motivada por “pura perseguição política”:

Não foram os problemas locais que determinaram a prisão de Graciliano; foram as questões de ordem ideológica. Na Instrução Pública, ele seguia à risca os seus princípios, era igual para todos, premiava os que mereciam, defendia os professores – era um homem de primeira ordem. Havia desgostosos, pessoas que foram feridas em seus interesses. A tarefa de prendê-lo, o oficial a executou a mando do general Newton Cavalcanti, cujo nome eu evito declinar para que não sobreviva ao esquecimento. Mesmo quando escrevi o prefácio de *Memórias do cárcere*, não mencionei o nome dele; não quero salvá-lo da merecida obscuridade em que deve fazer. Foi um dos homens mais facinorosos e imbecis que esta terra já produziu, uma mancha no Exército brasileiro. Como comandante da 7.^a Região Militar, e já adepto do integralismo, tratou de fazer uma limpeza de todos aqueles que suspeitava serem simpatizantes do comunismo. Nessa leva foi apanhado o Graciliano (SODRÉ *apud* MORAES, op. cit., p. 115).

A repressão posterior à rebelião de 1935 provocou o aumento da população carcerária da Colônia Correccional Dois Rios, em Ilha Grande, no litoral sul fluminense, em mais de 465% no ano seguinte (Ibid., p. 134). Durante o período ali passado, Graciliano conviveu com intelectuais e próceres comunistas, interagindo e compartilhando com eles conhecimentos variados, além da precariedade da vida na prisão. Para visualizarmos como Graciliano fez de alguns deles memória, construímos a Tabela 4, baseada nas informações recolhidas por

agregar-me à classe em que o bacharel José da Rocha, usineiro, prosperava. Habitara-me cedo a odiar essa classe, e não escondia o ódio. Embora isto não lhe causasse nenhum prejuízo, era natural que, em hora de paixões acirradas, ela quisesse eliminar-me. O assombro do usineiro me pasmava – e éramos duas surpresas. Nascido na propriedade e agüentando-se (sic) lá, sempre a serrar de cima, conquistando posições, bacharel, deputado, etc., não havia razão para descontentamentos. Com um sobressalto doloroso notava que eles existiam. Então os cérebros alheios funcionavam, e funcionavam contra os seus interesses, as moendas, os vácuos, os dínamos e os canaviais. Uma palavra apenas, e nela indignação, asco, uma raiva fria e manifesta em rugas ligeiras. – Comunista!” (G. RAMOS, op. cit., p. 37)

Moraes (op. cit., p. 122-123) nas *Memórias do cárcere*, que sintetizou a vida na cadeia da seguinte maneira:

O pavilhão, em forma de U, era uma construção ampla, de dois andares, com cinquenta cubículos, onde se comprimiam cerca de duzentos presos envolvidos na insurreição, a maioria jovens militares. Dividiam os xadrezes com professores, médicos, jornalistas, advogados, sindicalistas, operários e funcionários públicos. Em uma cela dupla no pavimento superior, encontravam-se dez mulheres, entre elas Olga Benario, Beatriz Bandeira, Maria Werneck de Castro, Nise da Silveira, Eneida de Moraes, Elisa Ewert (com traumas mentais pelas torturas sofridas na Polícia Especial), Eugênia Álvaro Moreyra e Carmen Ghioldi.

(...)

Apesar da precariedade das condições carcerárias – comida intragável, celas apertadas, higiene sofrível –, os presos haviam conquistado franquias. Podiam circular, até sete horas da noite, pelo pátio central, batizado de Praça Vermelha. O Coletivo, eleito democraticamente, não só os representava junto à direção do presídio, como organizava protestos e greves de fome. Cabia a ele fazer a ponte com o mundo exterior, através das famílias, e distribuir doces, frutas, bolos e biscoitos que as visitas traziam. Promovia também cursos de matemática, filosofia, marxismo, línguas, história e alfabetização, ministrados por prisioneiros ilustres como Rodolfo Ghioldi, Agildo Barata, os professores Leônidas de Rezende, Hermes Lima, Castro Rebelo e Luís Carpenter Ferreira, este com oitenta anos, e o médico Valério Konder. “Era necessário que tivéssemos todas as horas ocupadas”, relembra Eneida (MORAES, op. cit., p. 122-123).

Tabela 4 - Caracterização de alguns companheiros de Graciliano Ramos na cadeia

Pessoas retratadas	Ligações com o PCB	Características (segundo Graciliano)
Rodolfo Ghioldi	Foi um dos fundadores do Partido Comunista, originalmente chamado de Partido Socialista Internacional, um dos primeiros que foram organizados em após a Revolução de 1917; foi dirigente do Partido Comunista da Argentina e representante do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista.	Era Rodolfo que nos amparava no desânimo. [...] Enquanto ele discorria, eu lhe examinava as gengivas, banguelas, os dentes escassos. E zangava-me. Estupidez invalidar uma criatura assim, mata uma inteligência. Fraco e doente, Rodolfo nos animava.
Agildo Barata	Militar militante do PCB.	Esquisita pessoa, Agildo. Minguado, mirrado. A voz fraca e a escassez de músculos tornavam-no impróprio ao comando. A sua força era interior. Dizia a palavra necessária, fazia o gesto preciso, na hora exata.
Antônio Maciel Bonfim, o Miranda	Ex-secretário geral do PCB, acusado de delatar camaradas.	Sabia dizer tolices com terrível exuberância. Se lhe faltava a expressão, afirmava a torto e a direito, desprezando o contexto, vago e empavonado: “Isto é muito importante”. Isso me incomodava e aborrecia. Pois aquele animal do interior sertanejo baiano, estava assim vazio, não tinha nada para comunicar-nos além da importância cretina?

Aparício Torelly	Escritor, dirigente do <i>Jornal do Povo</i> , que foi empastelado pela polícia, pioneiro do humorismo brasileiro.	Tencionava compor a biografia do Barão de Itararé. [...] Correram semanas. Não se resolvia, porém, a iniciar a obra, coordenar as ironias abundantes que lhe fervilhavam no interior. Absorvia-se na improvisação, exibia fragmentos já lançados no hebdomadário. Impossível dedicar-se a tarefa longa, julguei.
Castro Rebelo	Professor militante do PCB.	Meia idade, nariz semítico, falava martelando o pormenor e detestava conclusões apressadas. A erudição acompanhava-o nos casos mais simples.
Leônidas de Rezende	Embora não fosse militante político, foi autor do que seria denominado de versão positivista do marxismo.	Vivia retraído, murcho, deitado, a engordar, logros e desânimos ocultos debaixo da coberta; distinguiam-se apenas um olhar cansado e um sorriso fraco.
Eneida de Moraes	Escritora e militante do PCB.	Quem seria aquela mulher de fala dura e enérgica? [...] Quem seria a criatura feminina de pulmões tão rijos e garganta macha?
Militares que participaram do levante no Rio		Tinham sido eliminados do Exército, mas ainda vestiam farda, guardavam hábitos da caserna; eram assíduos na ginástica, não se tinham eximido à hierarquia e à disciplina; deram-me a impressão de olhar para os paisanos com desdém, julgá-los fracos e imóveis; o espírito de casta ainda permanecia.
Luiz Carlos Prestes	Prócer comunista, presidente de honra da ANL.	Eu não tinha opinião formada a respeito desse homem. Acompanhava-o de longe em 1924, informara-me da viagem romântica pelo interior, daquele grande sonho, aparentemente frustrado. Um sonho, decerto: nenhum excesso de otimismo nos faria ver na marcha heroica finalidade imediata. Era como se percebêssemos na sombra um deslizar de fantasma ou sonâmbulo. Mas essa estranha figura de apóstolo disponível tinha os olhos muito abertos, examinava cuidadosamente a vida miserável de nossas populações rurais, ignorada pelos estadistas capengas que nos dominavam. Defendia-se com vigor, atacava de rijo; um magote de vagabundos em farrapos alvoroçava o exército, obrigado a recorrer aos batalhões patrióticos de Floro Bartolomeu, ao civismo de Lampião. Que significava aquilo? Um protesto, nada mais. Se por milagre a Coluna alcançasse a vitória, seria um desastre, pois nem ela própria sabia o que desejava. Sabia é que estava tudo errado e era indispensável

fazer qualquer coisa. [...] Depois de marchas e contramarchas fatigantes, o exílio, anos de trabalho áspero. E, quando, num golpe feliz, vários antigos companheiros assaltaram o poder [Revolução de 1930] e quiseram subordiná-lo, o estranho homem recusava o poleiro, declarara-se abertamente pela revolução.

Fonte: MORAES, op. cit., p. 125-127.

O silêncio dos intelectuais acerca de Graciliano foi quebrado com a publicação de dois mil exemplares de *Angústia*, em novembro de 1936, editado pela Livraria José Olympio – “sonho de todo escritor. Romancistas de vanguarda e acadêmicos, críticos e autores de sucesso comercial, historiadores e políticos” (SORÁ, op. cit., p. 11). O evento foi noticiado na *Revista Acadêmica* – fundada em 1933 e dirigida por Murilo Miranda e Moacir Werneck de Castro – com uma foto do romancista ilustrando o alto da página. A mesma revista conferiu à obra o Prêmio Lima Barreto de Literatura. Conforme Moraes (op. cit., p. 141-142), *Angústia* repercutiu otimamente (ver Tabela 5), e valeu a Graciliano um respiro naquele momento de aperto financeiro: um conto e quatrocentos réis (cf. MORAES, op. cit., p. 141). Graças a uma articulação entre Heloísa Ramos (que havia partido para o Rio para lutar pela libertação do marido), Nise da Silveira e Eneida de Moraes, o lançamento do terceiro romance de Graciliano foi celebrado na prisão – não obstante a ranzinze do homenageado – dando contornos humanos que contrastavam com aquele ambiente desumanizante:

No maior segredo, Heloísa, Nise e Eneida organizaram uma festa para comemorar a publicação do romance. Com a anuência do major Nunes, alagoano e admirador do romancista, ajeitaram um almoço caprichado, juntando as mesas do salão e decorando a enfermaria com vasos de flores. Ao voltar do terraço, onde fora apanhar sol, Graciliano se espantou com os preparativos:
– Que presepada é esta? (Ibid.)

Tabela 5 - Amostras de comentários críticos acerca de *Angústia*, à época de sua publicação

Crítico	Comentário
Mário de Andrade	<i>Angústia</i> como que revaloriza o pensamento com os botões, pondo afinal numa prática tangível à noção dos seres iguais.
José Geraldo Vieira	São semiloucos os homens desse livro? Não, evidentemente não. São criaturas normais, estão bem situadas no tempo e no espaço, e o romancista, para nos dar essa angústia e essa amargura, não precisou utilizar os figurinos de Dostoiévski: os seus heróis (sic) não falam por exclamações e por gestos.
Dias da Costa	Graciliano, sem enfeites, sem fantasias, criou dois mundos maravilhosos: um, esse mundo objeto onde se movem Luís da Silva, Marina, Vitória, seu Ramalho, Moisés, Julião Tavares; outro, esse mundo exclusivo de Luís da Silva, onde ele se perde de vez em quando, vacilando

angustiosamente entre a razão e a loucura.

Fonte: MORAES, op. cit., p. 141-142.

A intelectualidade brasileira, com raras exceções, esteve engajada na luta pela libertação das centenas de pessoas que permaneciam presas sem culpa formada. Vários jornais intercediam pela revisão desses casos. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) chegou a solicitar ao temido Filinto Müller, chefe da polícia política da ditadura de Vargas, a soltura dos jornalistas que não foram denunciados pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Um dos efeitos dessa pressão foi a aprovação, na Câmara dos Deputados, da moção de Octavio Mangabeira solicitando ao presidente Vargas essas libertações. A moção recebeu 149 votos a favor – incluindo o voto do deputado Pedro Aleixo, líder do governo – e apenas 4 contra (cf. *Ibid.*, p. 145).

Augusto Frederico Schmidt, intelectual que gozava do respeito do regime, foi um dos que se manifestaram publicamente pela soltura de Graciliano. Em texto publicado em 22 de dezembro de 1936 com forte repercussão, o editor exaltou as qualidades literárias e pessoais do amigo da seguinte maneira:

O sr. Graciliano Ramos é um dos nomes mais significativos das letras novas do Brasil. Romancista de altos méritos, não transformou absolutamente a sua arte em instrumento de ação política, conservando-a, pelo contrário, num plano livre e puro. [...] Se foi preso, por engano de pessoa, estou certo de que as nossas dignas autoridades não insistirão em apartá-lo da sociedade que ele tanto dignifica (SCHMIDT *apud* MORAES, loc. cit.)

José Lins do Rego e o editor José Olympio também apelaram por Graciliano junto aos seus contatos no Palácio do Catete. De acordo com Moraes (op. cit. p. 146), José Lins chegou a deixar um recado a Vargas através do escritor Herman Lima, auxiliar do gabinete da presidência da República, nestes termos: “– Você diga ao presidente que ele precisa mandar soltar o Graciliano Ramos. Graciliano está preso há um ano, tem sofrido os maiores horrores de prisão em prisão. Esse martírio não pode continuar”. Getúlio respondeu, no dia seguinte, com outro recado através de Herman Lima:

– Você diga ao Zé Lins que nesse caso do comunismo eu não mandei prender ninguém, mas também não mando soltar ninguém. Isso é lá com a polícia. Mas autorizo-o falar com o general Pinto, dizendo-lhe de minha parte que indague a Filinto Müller se há alguma coisa apurada contra o Graciliano, e, do contrário, naturalmente que soltem o homem.

Figura 4 - Foto tirada durante a prisão de Graciliano, encontrada nos arquivos do DOPS. Rio de Janeiro, 1936.



Fonte: Acervo da família do escritor.

Após dez meses e dez dias encarcerado, Graciliano foi posto em liberdade no dia 12 de janeiro de 1937, ano em que as tensões políticas se agravariam com o um novo golpe de Estado comandado por Getulio Vargas em 10 de novembro, respaldado pelos chefes militares, diante de uma suposta conspiração comunista forjada pelo Plano Cohen. A nova Constituição, por conter dispositivos autoritários baseados na Carta da Polônia, ficou conhecida como “Polaca”. Conforme se dispunha na “Polaca”, “Vargas governaria por decretos-leis, o Congresso ficaria entregue às traças, a imprensa censurada e os direitos e garantias individuais suspensos” (MORAES, op. cit., p. 163). Pessoas próximas a Graciliano, associadas como uma ameaça ao novo regime ditatorial de Vargas, sofreram também perseguições políticas, e isso mantinha no escritor o temor de retornar à prisão:

Graciliano preocupava-se com a possibilidade de voltar a ser preso – e mais de uma vez constatou estar sendo seguido na rua. Jorge Amado foi detido no Amazonas, quando voltava de uma longa viagem pela América Latina e pelos Estados Unidos. Rachel de Queiroz teve um cárcere *sui generis*: três meses na sala de cinema do quartel do Corpo de Bombeiros de Fortaleza. E, em pleno carnaval de 1938, ano de *Touradas em Madri*, *Camisa listrada* e *Periquitinho verde*, Tomás Santa Rosa foi levado pela polícia ao sair da José Olympio. Ficou pouco tempo atrás das grades, porque J.O. interveio em seu favor. Mas o episódio deixou evidente que ninguém

estava seguro no Estado Novo, a não ser os que apoiavam incondicionalmente o regime (SOARES, op. cit., p. 67).

A repressão do Estado Novo atingiria principalmente as obras de Jorge Amado, vítima do episódio simbólico que chamamos aqui de “*Bücherverbrennung*²⁵ tupiniquim”, como ilustram a Tabela 6 e o Gráfico 1, baseados nos dados apresentados por Soares (op. cit., p. 66).

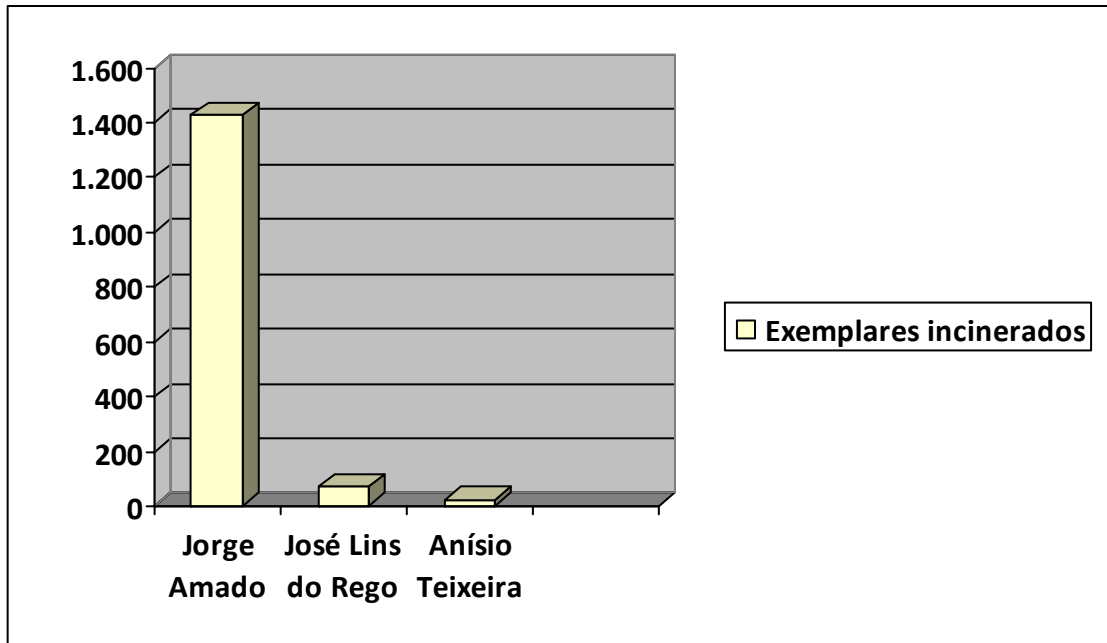
Tabela 6 – Obras incineradas publicamente em Salvador durante a repressão do Estado Novo

Título da obra	Autor	Quantidade de exemplares incinerados
<i>Banguê</i>	José Lins do Rego	13
<i>Cacau</i>	Jorge Amado	89
<i>Capitães da Areia</i>	Jorge Amado	808
<i>Doidinho</i>	José Lins do Rego	15
<i>Educação para a democracia</i>	Anísio Teixeira	23
<i>Mar morto</i>	Jorge Amado	223
<i>Menino de engenho</i>	José Lins do Rego	14
<i>O moleque Ricardo</i>	José Lins do Rego	4
<i>O país do carnaval</i>	Jorge Amado	214
<i>Pureza</i>	José Lins do Rego	26
<i>Suor</i>	Jorge Amado	93

Fonte: Elaboração do autor.

²⁵ Em alemão, *Bücherverbrennung* significa literalmente “queima de livros”. O termo costuma ser associado à ação organizada entre 10 de maio e 21 de junho de 1933 pelos nazistas após a ascensão de Hitler ao poder, quando foram feitas, em várias cidades alemãs, queimas de centenas de milhares de livros considerados críticos ou desviados dos padrões impostos pelo regime.

Gráfico 1. Autores que tiveram suas obras incineradas publicamente pela repressão do Estado Novo



Fonte: Elaboração do autor.

Como inferiu Ridenti (op. cit., p. 161), “Nem todo intelectual de esquerda era militante em partidos, mas muitos deles eram seus companheiros de viagem na luta pela revolução”. Os dados trazidos nesta seção nos convencem de que Graciliano não militou no PCB durante o *apogeu do romance social brasileiro*, embora mantivesse afinidade ideológica com outros integrantes da *roda de Maceió* que eram militantes do partido e, sobretudo, com aqueles que com ele conviveram durante sua estada de quase um ano na cadeia, após a brusca mudança para o Rio de Janeiro. Quando ele veio filiar-se ao PCB – momento em que ele passa a assumir-se comunista e se torna um dos mais assíduos militantes do partido –, já havia encerrado sua obra romanesca, não tendo enveredando, como romancista, pelo mesmo rumo tomado, por exemplo, por Jorge Amado, em sua primeira fase de engajamento e de produção, inteiramente compreendida – afora *O país do carnaval*, seu livro-*début* – no conturbado contexto da década de 1930²⁶. O autor baiano, depois de filiado ao PCB, tentou resolver os encargos ideológicos de sua arte desenvolvendo uma literatura que encontrou forte inspiração

²⁶ Martins (1978, p. 512) afirma que a recepção do primeiro romance de Jorge Amado, assim como a do primeiro romance de Plínio Salgado (ambos de 1931) é um indicador da “confusão ideológica” do começo daquela década. A crítica recebeu *O país do carnaval* como um *romance católico*, enquanto *O esperado* foi classificado como *romance socialista*. Camargo (1997, p. 19) considera mais justo, nesse caso, utilizar o termo “indefinição”, ao invés de “confusão”, “Afim de contas, Plínio Salgado ainda não havia se convertido ao integralismomem Jorge Amado havia se aproximado da esquerda”. A aproximação deste último se deu no contato com a *roda de Maceió*, especialmente através de Rachel de Queiroz. De acordo com Tati (1961, p. 40), “1932 seria para Jorge Amado data decisiva. Conheceu, por essa época, alguns dos escritores do chamado ‘movimento de 30’: José Américo de Almeida, Amando Fontes, Gilberto Freyre e Rachel de Queiroz, e por influência desta última chegaria à militância política, unido por fortes laços de compreensão e simpatia à corrente de esquerda”.

no *Realismo Socialista* – estilo artístico oficial da União Soviética entre as décadas de 1930 e 1960 –, autoproclamada como *romance proletário*. Segundo o próprio Jorge Amado:

A literatura proletária é uma literatura de luta e de revolta. E de movimento de massa. Sem herói nem heróis de primeiro plano. Sem enredo e sem senso de imoralidade. Fixando vidas miseráveis sem piedade mas com revolta (AMADO, 1933, p. 292).

Do ponto de vista do inflamado estilo narrativo, o romance proletário era próximo do modelo dos manifestos e panfletos políticos, como podemos apreender neste trecho de *Suor*:

— Camaradas! É preciso acabar com as explorações. Nós somos muitos, pobres, sujos, sem comida, sem casa, morando nesses quartos miseráveis. Explorados pelos ricos, que são poucos... É preciso que todos nós nos unamos, para nos defender... Para a revolução dos operários. É preciso que os operários se juntem em torno do seu partido, para acabar com as explorações... (AMADO, 1980, p. 75).

Tanto Jorge Amado e outros companheiros de geração quanto Graciliano escolheram dar representatividade literária às camadas populares que não são produtoras de literatura, como os retirantes de *Vidas Secas* e os moradores do Pelourinho de *Suor*. Mas o caminho seguido por Jorge Amado e outros não alcançou, em termos de representação da realidade brasileira, o mesmo rendimento que teve a experimentação de Graciliano: quatro romances diferentes entre si (*Caetés*, *São Bernardo*, *Angústia* e *Vidas secas*), publicados num curto intervalo de tempo (respectivamente 1933, 1934, 1936 e 1938), sendo que cada um deles representa um experimento estético próprio, uma busca sobre como materializar esteticamente as tensões da sociedade brasileira. É isso que coloca, a nosso ver, Graciliano na posição de “mestre” entre a sua geração, conforme apreendemos na leitura psicanalítica que Elias faz do processo-Mozart ao explorar detalhadamente a capacidade peculiar do músico que temos em mente quando o chamamos de “gênio”:

A criação de uma obra de arte, a manipulação do material, é um processo aberto; o artista avança por um caminho pelo qual nunca ninguém passou antes, e, no caso do grande mestre, pelo qual nunca ninguém passou. *Os criadores de arte fazem experiências. Testam suas fantasias no material, no material de sua fantasia que está sempre assumindo novas formas.* A qualquer momento podem ir por aqui ou por ali. Podem sair dos trilhos, e depois dizer a si mesmos quando dão um passo atrás: “Isso não funciona, não soa bem, não está bom. É fácil, trivial, se desmorona, não se une numa estrutura firme e integrada.” Portanto, não é apenas a dinâmica interna do fluxo-fantasia, nem apenas a corrente de conhecimentos que estão envolvidas na produção de uma obra de arte, mas também um elemento controlador da personalidade, a consciência artística do produtor, uma voz que diz: “Agora sim, está como deve ser; deste jeito soa bem, parece bom, sente-se bem, e não daquela outra maneira.” Se a produção se move ao longo de trilhas conhecidas, esta consciência individual fala com a voz dos padrões sociais de arte. Mas, se os artistas

ampliam este padrão conhecido, como aconteceu com Mozart em seus últimos anos, têm de contar com a sua própria consciência artística. Quando imergem em seu material, têm de se decidir rapidamente se a direção em que sua fantasia espontânea os está conduzindo enquanto trabalham combina, ou não, com sua dinâmica imanente (ELIAS, 1995, p. 62, grifo nosso).

Após *Vidas secas*, ele não investiria mais no gênero romance, como se a publicação desse híbrido de romance e livro de contos (cf. CANDIDO, 1969, p. 39) tivesse coroado sua busca pela forma do romance moderno. Comparativamente, é possível observar – especialmente no “primeiro Jorge Amado”, isto é, na primeira fase romanesca desse autor, entre 1933 e 1954, integralmente engajada numa prática literária visceralmente ajustada aos dilemas associados à sua militância no PCB – uma procura por uma maior densidade de elaboração estética. É o caso de *Mar morto* (1936) e *Terras do Sem Fim* (1943), por exemplo. Mas, em se tratando de Graciliano, os quatro romances representam essa procura. Jorge Amado, ao contrário, acabou por enveredar num só sentido, desembocando numa espécie de “receita” sobre o fazer literário.

Graciliano assumiu publicamente sua opção pelo comunismo quando se filiou ao PCB em 18 de agosto de 1945. Sua filiação foi endossada por Luís Carlos Prestes e bastante celebrada junto com a de outros intelectuais importantes (ver Tabela 7). Para o PCB, ter Graciliano entre seus militantes era um imenso ganho, pois “tratava-se de um escritor consagrado que reforçaria o prestígio do partido no meio intelectual” (MORAES, op. cit., p. 207). Através da *Tribuna Popular*, seu órgão de imprensa, o Partido saudou a adesão de Graciliano referindo-se a ele como “o maior romancista brasileiro, um dos maiores escritores contemporâneos”, fazendo questão de destacar o significado da presença de um intelectual como ele entre seus quadros:

É mais uma prova concreta de que não há nenhuma divergência entre o conceito individual de liberdade e de trabalho de um romancista com os princípios do Partido Comunista. Ao contrário, tal fato demonstra que os escritores se encontram à vontade dentro do partido, desenvolvem mais profundamente sua capacidade de raciocínio com a ajuda do marxismo e criam condições para uma rica maturidade intelectual (TRIBUNA POPULAR *apud* MORAES, op. cit., p. 205).

Tabela 7 - Intelectuais que receberam suas credenciais no PCB em 1945

Intelectual	Profissão
Abguar Bastos	Escritor
Álvaro Moreyra	Escritor
Aparício Torelly	Jornalista

Astrojildo Pereira	Escritor
Aydano do Couto Ferraz	Jornalista
Caio Prado Júnior	Escritor
Candido Portinari	Pintor
Carlos Scliar	Pintor
Dalcídio Jurandir	Escritor
Di Cavalcanti	Pintor
Dyonélio Machado	Escritor
Francisco Mignone	Maestro
Graciliano Ramos	Escritor
Joracy Camargo	Dramaturgo
Jorge Amado	Escritor
José Pancetti	Pintor
Octavio Brandão	Escritor
Mario Schenberg	Físico
Monteiro Lobato	Escritor
Oduvaldo Vianna	Dramaturgo
Oscar Niemeyer	Arquiteto
Paulo Mota Lima	Jornalista
Pedro Mota Lima	Jornalista
Quirino Campofiorito	Pintor
Vilanova Artigas	Arquiteto

Fonte: MORAES, op. cit., p. 125-127.

Pela forma como foi recebido e celebrado, depreende-se a importância que o PCB, através de seus críticos e legitimadores, teve na consagração de Graciliano como um “grande”. A *Tribuna Popular* e a revista *Vamos Ler*, por exemplo, prestaram-se a esse serviço. A primeira, na ocasião em que lhe dedicou uma página inteira com o título: “Graciliano Ramos, escritor do povo e militante do Partido Comunista”, com reportagem na qual Ruy Facó e Ruy Santos traçaram um perfil grandiloquente de Graciliano nestes termos:

[Graciliano] abriu caminho para muitos outros intelectuais honestos, mesmo para aqueles que só têm vivido em torres de marfim, mas que, finalmente, serão chamados pelos próprios acontecimentos a ligar-se à corrente política que representa o proletariado e o povo: o Partido Comunista do Brasil (FACÓ e SANTOS *apud* MORAES, op. cit., p. 207).

A segunda o elevou ao panteão nos seguintes dizeres:

Não há entre o escritor e o homem, Graciliano Ramos, nenhum contraste, e isto resulta de sua consciência política, da coerência dos seus pontos de vista pessoais com o tema revolucionário de sua admirável obra. [...] Eis Graciliano, o maior (VAMOS LER *apud* MORAES, loc. cit.).

Ricardo Ramos foi testemunha de que o pai nunca discrepou da linha oficial do partido, conforme ele declararia:

Até nos casos mais agudos, como a decisão de apoiar Getúlio, que para ele era o símbolo de tudo que não prestava. Um dia, provoquei: “Escuta, esse negócio de apoiar o Getúlio é duro”. E ele respondeu: “Mas apoiar quem? Se são todos instrumentos de tudo o que a gente sabe. Não vejo quem seria menos ruim” (R. RAMOS *apud* MORAES, op. cit., p. 206).

Curiosamente, quem nos fornece o currículo resumido de Graciliano Ramos como militante do PCB é o relatório elaborado por Cecil Borer, chefe do Setor Trabalhista do Serviço de Investigações da famigerada Divisão de Polícia Política e Social (DPPS), vinculada ao Departamento Federal de Segurança Pública. O conteúdo do documento foi reproduzido por Moraes (op. cit., p. 241-242), desta forma:

Em cumprimento ao despacho supra, do sr. chefe do Serviço de Investigações, este Setor informa o seguinte:

Graciliano Ramos, brasileiro, filho de Sebastião e Maria Amélia Ramos, nascido a 27. 10.1892, escritor, foi preso em Alagoas e aqui apresentado a 14.3.1936, sob acusação de participação no movimento comunista de novembro de 1935, sendo posto em liberdade a 13.1.1937. Em 1945, filiou-se ao P.C.B., tendo figurado estruturado nas células “Abelardo Nogueira”, “Raimundo Rodrigues” e “Teodoro Dreiser”. Foi candidato a deputado do P.C.B. pelo Estado de Alagoas. Ex-diretor da Instrução Pública do Estado de Alagoas, tendo sido demitido do referido cargo em vista de suas atividades subversivas. Declarou-se fervorosamente adepto do P.C.B., quando entrevistado em 27.8.1945 pelo órgão vermelho “Tribuna Popular”. Fez parte do “Comitê Pró-Candidatura de Astrogildo Pereira”. Foi um dos promotores da Exposição da Imprensa Clandestina Portuguesa, patrocinada pela “S.B.A.D.P.”. Autor de vários telegramas de protestos às autoridades constituídas, em defesa do P.C.B. Membro de diversas comissões do P.C.B. Orador de comícios do P.C.B. Contribuinte permanente do P.C.B. Foi distinguido com um “carnet” (espécie de condecoração) pelos seus serviços à causa comunista. Colaborador do órgão de propaganda do P.C.B. é finalmente um dos signatários do Manifesto da “O.B.D.P.C”, da qual faz parte como membro do seu Conselho Consultivo.

No entanto, vale dizer que, mesmo ao ajustar as suas disposições às demandas políticas e simbólicas do PCB, Graciliano jamais se dobrou ao modelo do realismo socialista, cujos padrões eram impostos por Zdanov e pela direção nacional do partido. Se, por um lado, seu ingresso na militância comunista lhe custou divergências públicas com seu grande amigo José Lins do Rego (cf. MORAES, op. cit., p. 211-212), por outro lhe custou conviver com pressões que abalariam a sua relação com o partido, especialmente a partir da segunda metade de 1949. “Segundo os críticos, Graciliano teria estagnado no realismo e não evoluído para o realismo socialista. Apontavam excessos de subjetivismo em seus romances, em detrimento da análise social objetiva e participante” (MORAES *apud* BARBOSA, op. cit., p. 308).

É certo que Graciliano pode não ser tomado como exemplo de submissão à estética socialista, mas, de acordo com Barbosa (op. cit., p. 393), devem ser reconhecidas “as suas contribuições ao reforço de imagens pretendidas pelo partido como propaganda”. A autora cita três dessas contribuições, que assim enumeramos: 1) a campanha pela paz; 2) a galvanização da figura de Luís Carlos Prestes como herói nacional; e 3) a atuação de Graciliano à frente da Associação Brasileira de Escritores (ABDE). É esse terceiro aspecto que procuraremos objetivar na próxima seção.

2.3 Cultura, política e representação: a atuação junto à Associação Brasileira de Escritores (ABDE)

Em meio à complexa configuração política da década de 1940, um grupo de intelectuais posicionados contra a falta de liberdade de expressão imposta pelo Estado Novo organizou-se no Rio de Janeiro na forma da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), “com o intuito formal de empenhar-se pelos direitos autorais, mas na verdade voltada à organização de uma frente única de intelectuais” (MORAES, op. cit., p. 203). O germe dessa entidade foi a Sociedade dos Escritores Brasileiros, primeira de caráter profissional no Brasil, criada em 14 de março de 1942. O nome foi depois modificado para Associação Brasileira de Escritores e, graças à articulação com os escritores da Capital Federal, sua sede passou a ser o Rio de Janeiro e sua abrangência, nacional. Curiosamente, as articulações para a criação da associação se dariam nos escritórios do jornal *A manhã*, propriedade e órgão oficial do Estado, dirigido por Cassiano Ricardo, um dos porta-vozes do Estado Novo e co-fundador da entidade (JOHNSON, 1995). Entre os outros fundadores, estavam alguns dos nomes consagrados do momento, como Graciliano Ramos, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado

Júnior, Astrojildo Pereira, Sérgio Milliet, Antonio Candido, José Lins do Rego, Mario de Andrade, Raquel de Queirós, Aníbal Machado e Monteiro Lobato.

Melo (2011) nos chama a atenção para a necessidade de se considerar algumas clivagens importantes ao se pensar a conjuntura política daquela década, especialmente a partir de 1942, ano em que o Brasil entrou na II Guerra Mundial:

Se por um lado há uma mudança da política externa brasileira abandonando a posição de neutralidade, com apoio efetivo aos Aliados, por outro, crescia as manifestações e resistências contra o Estado Novo. A participação do Brasil na guerra significava adesão pública do governo aos princípios democráticos, assinalando, portanto, uma contradição com a política interna autoritária. A nova postura do governo permitiu a elaboração de um discurso de união nacional, ao qual diversos setores aderiram, incluso o PCB, dirimindo algumas arestas oposicionistas. Porém, as demandas internas pela ampliação da democracia não arrefecem. A dinâmica desse processo torna-se visível com o surgimento de inúmeras organizações e manifestos, reclamando maior liberdade política (MELO, op. cit., p. 714).

O posicionamento político-ideológico da entidade em favor desse interesse foi definido no I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado quase três anos depois pela ABDE. A ideia de criar esse evento foi incentivada, entre outros, por Jorge Amado, Oswald de Andrade e Aníbal Machado. A reunião dos nomes mais expressivos da *intelligentsia* brasileira e convidados estrangeiros aconteceu entre 22 e 27 de janeiro de 1945, no Teatro Municipal de São Paulo, com forte cobertura da imprensa. As palavras de Aníbal Machado, presidentedo congresso, em seu discurso de boas-vindas, nos informam sobre a tônica do evento naquele contexto político:

Ninguém pode fugir à sombra que o mundo lhe projeta. Nesse chão sem firmeza e por essa cena mal iluminada atravessa o fantasma do intelectual vagamente hamletizado. – Que vens fazer aqui? Perguntará o público-multidão. Resolver os teus problemas ou os nossos? Exibir o teu desespero, agravar as tuas dúvida (sic)? Ou ajudar-nos a encontrar o que nos falta, exprimir o que sofremos, formular o que queremos? É para nos libertar ou para nos explorar que escreves? (MACHADO *apud* MELO, op. cit., p. 712)

Graciliano tornou-se um dos melhores exemplos da incorporação dessas disposições ético-estético-políticas que se afirmaram a partir daquele momento no campo intelectual literário brasileiro. O intelectual, segundo o Mestre Graça, não deveria estar desvinculado das questões de seu tempo, como já havia declarado o pensador à revista *Renovação*, um ano antes: “Não há arte fora da vida, não acredito em romance estratosférico. O escritor está dentro de tudo que se passa, e se ele está assim, como poderia esquivar-se de influências?” (RAMOS, 1944 *apud* MORAES, 2003, p. 30). Assumindo em sua escrita o ponto de vista dos

oprimidos, influenciado pelas leituras de Gramsci a respeito do engajamento intelectual, Graciliano Ramos confessou corajosamente ao pintor Cândido Portinari, amigo e camarada de partido, autor da tela *Criança Morta* (figura 4), de 1944, em carta de 15 de fevereiro de 1946:

A sua carta chegou muito atrasada, e receio que esta resposta já não o ache fixando na tela a nossa pobre gente da roça. Não há trabalho mais digno, penso eu. Dizem que somos pessimistas e exibimos deformações; contudo as deformações e a miséria existem fora da arte e são cultivadas pelos que nos censuram. O que às vezes pergunto a mim mesmo, com angústia, Portinari, é isto: se elas desaparecessem, poderíamos continuar a trabalhar? Desejaremos realmente que elas desapareçam, ou seremos também uns exploradores, tão perversos como os outros, quando expomos desgraças? Dos quadros que você me mostrou quando almocei em Cosme Velho pela última vez, o que mais me comoveu foi aquela mãe a segurar a criança morta. Saí de sua casa com um pensamento horrível: numa sociedade sem classes e sem miséria, seria possível fazer-se aquilo? Numa vida tranqüila (sic) e feliz, que espécie de arte surgiria? Chego a pensar que fariamos cromas, anjinhos cor-de-rosa, e isto me horroriza. Felizmente a dor existirá sempre, a nossa velha amiga, nada suprimirá. E seríamos ingratos se desejássemos a supressão dela, não lhe parece? (G. RAMOS, 1944 *apud* MORAES, 2012, p. 221).

Figura 5 – Criança Morta, 1944. Óleo sobre tela, 176 x 190 cm.



Fonte: Col. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.

A convergência pacífica no ambiente intelectual foi seriamente abalada em 1949, por ocasião da eleição da diretoria da ABDE. Os comunistas, na ilegalidade desde que o registro do PCB foi cassado, em 1947, rejeitaram as propostas de consenso, uma vez que não queriam ocupar cargos secundários na entidade. Daí lançarem uma chapa “puro sangue” encabeçada pelo jurista Homero Pires. A chapa adversária, que reunia “direitistas empedernidos e

intelectuais progressistas” (MORAES, op. cit., p. 245), obedecia à seguinte composição: Afonso Arinos de Mello Franco (presidente), José Barreto Filho (vice-presidente), Carlos Drummond de Andrade (primeiro-secretário), Otto Maria Carpeaux (segundo-secretário), Jaime Adour da Câmara (tesoureiro). No conselho fiscal, constavam os nomes de Hermes Lima, Alceu Amoroso de Lima, Manuel Bandeira, Otávio Tarquínio de Sousa e Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Para Graciliano, também comunista, era uma tolice o PCB pretender controlar a ABDE, conforme Paulo Mercadante registrou 45 dias antes do pleito:

Graça explicou-nos que não há propriamente escritores reacionários, sendo, portanto, aconselhável manter a unidade de todos. Afinal, não se sabe o que virá acontecer. Porém deliberação é deliberação, concluímos. [...] O Partido está mesmo tomado pelo furor do radicalismo. Homero está acima de qualquer suspeita e é preciosa uma personalidade a fim de esconder o sectarismo e o esquerdismo. [...] Graça não dá ao problema da ABDE uma importância extraordinária. Apenas acha uma tolice a mais e já são tantas que não faz diferença. “Que valem os escritores, afinal, neste país?”, perguntava-nos (MERCADANTE *apud* MORAES, op. cit., p. 244-245).

A eleição ocorreu em março, e foi bastante tumultuada. José Lins do Rego, por exemplo, aliado de Arinos, vencedor do pleito, berrava acariciando uma peixeira que trazia na cintura (cf. MORAES, op. cit., p. 246). Intelectuais consagrados envolveram-se em agressões verbais e físicas, observados por um Graciliano silencioso, que só quebrou a tensão para dizer ao filho Ricardo: “Quanta bobagem!” (G. RAMOS *apud* MORAES, op. cit., p. 246).

O episódio mais constrangedor envolvendo a ABDE aconteceu durante a posse da nova diretoria, conforme descreve Soares (op. cit., p. 149):

Um grupo de militantes foi escalado pelo PCB para empastelar a cerimônia de posse da diretoria eleita. Dela faziam parte Dalcídio Jurandir, Astrojildo Pereira, Alina Paim, Milton Pedrosa, Lia Correia Dutra, Victor Konder, Maurício Vinhas de Queiroz e Graciliano Ramos, muito a contragosto. Avisado por Octavio Tarquinio, Afonso Arinos decidiu sair armado de casa. O ato de transmissão do cargo teve cenas de pastelão, com respeitáveis intelectuais subindo em mesas para trocar golpes de guarda-chuva e xingamentos. Houve até tentativa de roubo de ata, num episódio que provocou enfrentamento físico entre Dalcídio Jurandir e Carlos Drummond de Andrade – uma disputa que parecia destinada a verificar qual dos dois era menos talhado para o papel. Na última e desesperada tentativa de pôr fim à insensatez, Graciliano Ramos subiu numa cadeira e gritou:

– Vão todos à puta que os pariu!!!

No dia seguinte, a diretoria eleita renunciou coletivamente. O episódio deixou marcas profundas, desfez amizades e, fundamentalmente, demonstrou que novos tempos haviam chegado.

O escândalo promovido pelo PCB afastou da ABDE centenas de associados, que depois fundariam a União Brasileira de Escritores (UBE), tendo ainda como consequência a fobia antimarxista no meio intelectual, “para delírio da ditadura maquiada do general Dutra” (MORAES, op. cit., p. 247). Em 1951, o partido indicou o nome de Graciliano para presidir a ABDE, como resultado do esforço de Álvaro Moreyra para restabelecer o diálogo entre os intelectuais, esforço também assumido pelo autor de *Vidas secas* em seus dois mandatos à frente da instituição (em 1952 ele foi reeleito), embora os ressentimentos fossem nutridos.

Ele encabeçou manifestos contra a bomba atômica, contra o uso de armas bacteriológicas na guerra da Coreia e a favor da paz mundial e do monopólio estatal do petróleo. Protestou contra atentados à liberdade de expressão, como o que resultou na apreensão de *O mundo da paz*, de Jorge Amado, e perseguições ideológicas, como a praticada contra Oscar Niemeyer, impedido de assumir uma cátedra na Universidade de São Paulo. Também deu continuidade à eterna batalha pelos direitos autorais (Ibid., p. 267).

Apesar de aventurar-se em campo minado, Graciliano pôde colher dessa experiência certo prestígio e reconhecimento internacional como escritor brasileiro, especialmente quando, por ocasião das celebrações alusivas ao 1.º de Maio de 1952, o Comitê Central do PCB convidou o presidente da ABDE para que integrasse delegação de intelectuais e sindicalistas que visitariam a União Soviética. Convencido pela mulher, pelos filhos e amigos, Graciliano aceitou o convite.

A participação nas delegações internacionais do PCB representava uma distinção no conjunto da militância comunista, bem como um tipo de reconhecimento político que evidenciava suas posições na esfera cultural, dentro e fora do partido. Não deixa de ser eloqüente o fato de que até os que relutavam e resistiam ao zdanovismo, como Graciliano, aceitavam integrar comitivas do partido – seja porque se sentiam prestigiados com a escolha, seja porque consideravam uma oportunidade extraordinária conhecer as experiências socialistas em curso e ampliar contatos no exterior (Ibid., p. 271).

O que se observa no estudo dessas trajetórias é que, entre as décadas de 1930 e 1940 temos um processo lento de autonomização do espaço intelectual, diretamente vinculado a profundas mudanças ocorridas na sociedade, possibilitando alargar a participação e promover mudanças também no campo cultural (CANDIDO, 1984). Nos estertores do Governo Vargas, diversos grupos se mobilizaram em oposição ao Estado Novo, dando origem a formas institucionalizadas de atuação. A criação da ABDE se deu no contexto das manifestações pela redemocratização, expressando também as aspirações de autonomização do campo intelectual. A esses processos, se juntou mais um: o mercado editorial se ampliou, e algumas editoras

passaram a pagar antecipadamente os direitos autorais aos seus autores editados, permitindo-lhes atuar profissionalmente como escritores (MELO, op. cit., p. 717).

3 MERCADO EDITORIAL: CONSUMO, PRESTÍGIO E LEGITIMAÇÃO

Partimos da noção elaborada por Miceli (2001) para pensar Graciliano Ramos como um intelectual “à brasileira”, ou seja, como o exemplar de um intelectual oriundo das elites, que acabou por se deixar cooptar pelo poder do Estado. De acordo com o sociólogo uspiano, esse processo de cooptação é um dado estrutural, portanto central na vida intelectual brasileira, o que faz do estudo dessa trajetória revelar-nos a porosidade das relações entre o campo intelectual literário e o campo de poder no Brasil. O engajamento e consequente prestígio intelectual de Graciliano são, portanto, produtos de sua trajetória e de sua posição no interior da classe dirigente, cuja compreensão reclama uma “ciência dos fatos intelectuais ou artísticos” (BOURDIEU, 2011, p. 191).

Querendo esclarecer como as relações entre o produtor Graciliano Ramos e consumidores de sua obra cultural se desenvolveram no recorte temporal de nossa pesquisa, isto é, entre as décadas de 1930 e 1950, retomamos historicamente as condições sociais que originaram e desenvolveram o campo literário brasileiro – sua gênese e sua estrutura, já que não se pode situar o autor sem relacioná-lo às “condições de suas possibilidades de existência social” (MICELI, 2003, p. 15). Em particular, o objetivo desse exercício é analisar a importância que a Editora José Olympio teve como “fazedora de nomes”, isto é, como um espaço de visibilidade para escritores pouco conhecidos entre as décadas de 1930 e 1950, e seu papel no processo de legitimação de consagração de Graciliano Ramos.

3.1 O mercado editorial brasileiro e o processo de profissionalização da carreira de escritor

De acordo com a teoria bourdieusiana, quando se atribui valor mercantil a um objeto artístico, esse objeto se configura como um *bem simbólico*. Como consequência, a consagração pelas leis do mercado confere à obra de arteo status de mercadoria, para a qual se formam produtores e um público consumidor de bens simbólicos.

O autor explica:

O desenvolvimento do sistema de produção de bens simbólicos (...) é paralelo a um processo de diferenciação cujo princípio reside na diversidade dos públicos aos quais as diferentes categorias de produtores destinam seus produtos, e cujas condições de possibilidade residem na própria natureza dos bens simbólicos. Estes constituem-se realidades com dupla face – mercadorias e significações –, cujo valor propriamente cultural e cujo valor mercantil subsistem relativamente independentes, mesmo nos casos em que a sanção econômica reafirma a consagração cultural.

No momento em que se constitui um mercado da obra de arte, os escritores e artistas têm a possibilidade de afirmar – por via de um paradoxo aparente – ao mesmo tempo, em suas práticas e nas representações que possuem de sua prática, a irredutibilidade da obra de arte ao estatuto de simples mercadoria, e também, a singularidade da condição intelectual e artística (BOURDIEU, 2011, p. 102-103).

Ortiz (2001, p. 113) situa a consolidação de um mercado de bens simbólicos no Brasil entre os anos 1960 e 1970, vinculada às grandes transformações vividas pela sociedade brasileira durante essas décadas, ressaltando que os anos 1940 e 1950 “podem ser considerados como momentos de incipiência de uma sociedade de consumo”. O estudo desse primeiro período é interessante por coincidir com a trajetória de Graciliano Ramos nesse campo. Entendendo que o mercado é também um campo de lutas entre agentes dotados de recursos distintos, nossa visada quer contemplar a gênese e o desenvolvimento do sistema de produção e circulação de bens simbólicos no Brasil, definido também “como o sistema de relações objetivas entre diferentes instâncias definidas pela função que cumprem na divisão do trabalho de produção, de reprodução e de difusão de bens simbólicos” (ORTIZ, op. cit., p. 105). Para tanto, tomamos como referência historiográfica os trabalhos de Hallewell (2005) e Dantas (2009), a partir dos quais apreendemos que não se pode falar em campo e muito menos em mercado literários no Brasil antes do século XIX. Isso porque os primeiros contornos de um espaço de circulação de obras culturais só foram esboçados depois da transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro. Sendo proibida a impressão de livros ou de qualquer outro tipo de documento na Colônia, não foi possível o surgimento de tal campo antes de 1808. Portanto, mesmo que os séculos XVI, XVII e XVIII nos tenham ofertado vários expoentes, canonizados na literatura em língua portuguesa, como Gregório de Matos e Tomás Antônio Gonzaga, os escritores dessas épocas não conseguiram reunir em torno de si um grupo de outros autores que estabelecesse relações entre si e com editores e leitores.

No tempo do Brasil colonial, infenso ao que já estava acontecendo nas Américas inglesa e espanhola, quem quisesse adquirir livros tinha que importá-los da Europa, arcando com todos os custos de transporte, e enfrentando ainda o risco de ter sua compra retida pela Mesa Censória, em Lisboa. Segundo Dantas (op. cit., p. 23), “Isto acontecia porque a coroa portuguesa temia a possível disseminação e propagação de ideias progressistas e revolucionárias contra seu reinado”.

A fundação da Imprensa Régia em 13 de maio de 1808 é o marco inicial do processo de desenvolvimento tecnológico envolvendo diversos profissionais na feitura do livro em solo brasileiro, tornando viáveis novas experimentações estéticas entre os escritores e a divulgação

das obras até elas chegarem ao público leitor. Outro marco importante nesse processo foi a transferência da Real Biblioteca, entre 1810 e 1811, que variou de nomes até 1876, quando transformou-se finalmente na Biblioteca Nacional. Assim, o público intelectual em formação no Brasil pôde contar com um grande acervo de obras raras, mapas e outros documentos disponíveis para consulta.

Após a Independência, em 1822, o ambiente tornou-se favorável à abertura de tipografias no país, principalmente por parte dos estrangeiros. Livreiros de Portugal, da Alemanha e da França enxergaram no país um mercado ávido pelas novidades de origem européia e, motivados por essa oportunidade, para aqui vieram e se estabeleceram. Os primeiros editores brasileiros importantes surgiram na primeira metade do século XIX – Planchet, Laemmert, Paula Brito e os irmãos Garnier – bem enquadrados nos moldes tradicionais da editoria, que consistiam em preparar originais, produzir edições de luxo e intervir no texto, caso julgassem necessário. Foram eles os responsáveis pela publicação de clássicos da literatura ocidental em solo brasileiro, além dos grandes autores da literatura em língua portuguesa. Os irmãos Garnier, por exemplo, foram os editores de José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e Machado de Assis. Ainda assim, conforme nos lembra Alves,

Durante os anos finais do Império, a maioria dos livros lidos no país, inclusive aqueles publicados por autores brasileiros, era impressa na França e em Portugal. As mudanças nos parques gráficos das editoras brasileiras, aliadas à crescente transformação de setores da economia e acompanhadas, por sua vez, de um surto de publicações nos primeiros anos do século passado, propiciaram uma conjuntura muito favorável à substituição da importação no mercado interno editorial (MAIA ALVES, 2011, p. 77).

De 1850, quando de sua fundação, até os anos 1920, a Livraria Garnier sediou, à Rua do Ouvidor, a principal roda literária do Rio de Janeiro (SOARES, 2006, p. 36). O desenvolvimento da produção cultural mobilizava personalidades e intelectuais daquela época, que se reuniam em encontros e debates naquele endereço. Machado de Assis, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Graça Aranha, Sílvio Romero, Rui Barbosa e Aluísio Azevedo eram alguns dos representantes da geração de 1870 que marcavam presença constante por lá.

Como se observa, o desenvolvimento da literatura brasileira esteve mais ligado a fatores desencadeados após a chegada da família real ao Brasil, não se devendo apenas a posicionamentos políticos ou estéticos de seus agentes, mas também e principalmente pelas possibilidades técnicas incorporadas à produção cultural. Foi em meio à efervescência intelectual da segunda metade do século XIX que o campo literário brasileiro teve condições de

se formar, ligando-se à própria formação da literatura – ou sistema literário²⁷ – nacional. Quanto a esse aspecto, Dantas (op. cit., p. 24) confirma:

ligado ao surgimento desse sistema literário brasileiro, há todo um aparato tecnológico, inclusive, que estabelece o campo literário no Brasil com seus agentes todos: de escritores a leitores, de editores e tipógrafos a livreiros. Vão surgindo também novos agentes, os críticos, que proporcionam terreno fértil de debate e troca de ideias entre escritores, contribuindo também para a legitimação e, conseqüente, consagração de alguns nomes do campo literário brasileiro do período.

Com a passagem para a República, o espaço cultural foi se tornando mais complexo, com novas posições para os intelectuais, quase todas essas ocupadas por pessoas oriundas de famílias em declínio, que, mesmo assim, mantinham relações com gente influente da classe dirigente, na tentativa de obter os seus favores. Nesse contexto, os agentes desse espaço, isto é, os escritores, os leitores, os editores, os críticos, entre outros, fizeram surgir e determinaram as dinâmicas envolvidas na ainda escassa produção literária nacional. De acordo com Miceli, a experiência do romantismo e do realismo brasileiro, homóloga à das gerações romântica, modernista e do Centenário argentinas, demonstra que a “atividade literária só pôde germinar ao abrigo das benesses e proteções concedidas pelos grupos detentores do poder econômico e político, acoplada à prestação de serviços burocráticos e simbólicos” (MICELI, 2012, p. 22).

No final do século XIX, especialmente por causa da primeira grande crise econômica na qual o país mergulhou, a produção de livros declinou. Dentre os fatores que determinaram esse declínio, Hallewell (op. cit.) destaca a redução da exportação de produtos brasileiros, como consequência da desaceleração da produção agrícola, gerada pela abolição da escravatura. Acrescente-se a isso o colapso do banco inglês Baring Brothers (concessor de empréstimos aos exportadores brasileiros), a crise cafeeira e a Guerra de Canudos. O conjunto desses fatores contribuiu para aprofundar a crise econômica. Na esfera literária, depois da morte de Baptiste Louis Garnier, em 1893, seu irmão Hippolyte Garnier assumiu os negócios

²⁷ Segundo Candido (1961, p. 25) *sistema literário* é um *sistema de obras ligadas por denominadores comuns*, que nos permite reconhecer a gênese de uma tradição, isto é, do *sentido de uma nação*, e reafirmar o percurso traçado pela obra literária, desde sua criação até chegar ao leitor, percebendo a influência de outros agentes na mediação desse caminho. A preocupação de Candido em propor essa noção se nota na seguinte passagem: “Não convém separar a repercussão da obra de sua feitura, pois, sociologicamente ao menos, ela só está acabada no momento em que repercute e atua, porque, sociologicamente, a arte é um sistema simbólico de comunicação inter-humana, e como tal interessa ao sociólogo (CANDIDO, 1965, p. 20). Distinguindo melhor *sistema* e *campo*, podemos dizer que, enquanto o primeiro fornece elementos que auxiliam a compreensão da existência da continuidade de tais dinâmicas, produzindo, além de um feixe de valores que os agentes compartilham entre si, também a crença de que esses valores se perpetuam e constroem uma identidade nacional, o segundo determina as relações objetivas envolvidas no processo de criação e nos usos sociais dessa mesma criação. Para Candido, um sistema literário cria, como dissemos, uma tradição: os autores que compõem e movimentam esse sistema se reproduzem, se citam, por compactuarem de um mesmo conjunto de valores que “se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico de civilização” (Ibid., p. 23).

da editora na França. Para evitar prejuízos, Hippolyte passou a investir apenas em escritores consagrados. A então principal editora de literaturas nacional e estrangeira no país acabou por diminuir drasticamente a sua participação no fomento à produção literária brasileira.

A resolução tomada pela Garnier em meio à crise econômica foi repetida por outros editores importantes, como os irmãos Laemmert, e isso acabou lançando ao ostracismo editorial autores nacionais que não gozavam de tanto prestígio. Até o fim da crise, a situação havia se tornado tão difícil que Lima Barreto (*apud* HELLEWELL, op. cit., p. 259) chegou a denunciar que o único critério editorial para se publicar um livro naquele período era o “pistolão”, ou seja, ter forte influência no campo de poder.

O arrefecimento editorial do Rio de Janeiro abriu espaço para a modernidade de São Paulo, para onde migrou o centro da produção cultural no início do século XX. O Rio ainda estava ligado aos valores do final do século anterior, enquanto São Paulo já se alinhava ao ideário progressista de matrizes inglesa e estadunidense. Aproveitando a estabilidade econômica viabilizada pela cafeicultura, os paulistas investiram fortemente em infraestrutura e na educação básica e superior.

Obviamente, os investimentos não foram suficientes nem, muito menos, bem geridos. Havia apenas uma faculdade no estado, a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, hoje ligada à Universidade de São Paulo. Esta foi de grande importância para o desenvolvimento de uma classe pensante paulistana e consumidora de livros. O investimento na educação básica e secundária também aumentou significativamente o número de leitores (DANTAS, op. cit., p. 27).

Diante dessa demanda, tornou-se viável o estabelecimento do mercado de livros em São Paulo. As editoras cariocas, como a de Paula Brito (ainda no século XIX) e a de Francisco Alves (já no início do século XX) abriram filiais na capital paulista, sendo que a segunda tornou-se mais importante que a sua matriz, no Rio. Francisco Alves tornou-se, naquele período, o principal incentivador da produção literária brasileira. Mas, passado algum tempo, parou de investir em novos autores, também querendo, a exemplo de outros pares seus, evitar assumir maiores riscos financeiros.

No intervalo entre os anos 1920 e 1930, surgiu outro grande investidor de novos talentos literários: Monteiro Lobato. Em 1918, ele comprou a Revista do Brasil, mais tarde transformada em Monteiro Lobato & Cia., consolidando a importância de São Paulo para a produção literária brasileira. Lobato tinha consciência de seu papel no desenvolvimento do campo literário no país, como depôs, certa vez:

Fui um editor revolucionário. Abri as portas aos novos. Era uma grande recomendação da chegada dum escritor totalmente desconhecido – eu lhe examinava a obra com mais interesse. Nosso gosto era lançar nomes novos, exatamente o contrário dos velhos editores que só queriam saber dos “consagrados”. Se algum destes se apresentava era polidamente dispensado: “Você já está graúdo, já tem nome. Arrume-se lá com o Garnier ou o Alves. Nós aqui somos para os que se iniciam” (LOBATO *apud* HELLEWELL, op. cit., 320).

Lobato introduziu no país diversos procedimentos modernos no ramo editorial: implantou novo maquinário, utilizando seu próprio parque gráfico, e inovou na distribuição de seus produtos, incluindo farmácias e quitandas entre os pontos de venda de livros. As inovações lobatianas ajudaram a consolidar São Paulo como novo centro intelectual do Brasil, o que, por conseguinte, resultou no deslocamento de outros centros do campo literário para aquela região. O cenário tornou-se, então, propício ao surgimento, na década de 1920, do movimento modernista brasileiro, que encontraria justamente em Monteiro Lobato o seu principal opositor.

O movimento modernista, que teve como marco inicial a realização da Semana de Arte Moderna de 1922, foi um pequeno movimento de elevada importância histórica, mas de pouca repercussão no Brasil em seu momento. A famosa rixa de Lobato com os modernistas já havia se manifestado anos antes, por ocasião da exposição dos quadros da pintora Anita Malfatti, cujas inovações encontravam inspiração em modelos europeus. Ferrenho defensor da independência do Brasil com relação a tais modelos, Lobato considerava que os modernistas eram apenas uma cópia dos mesmos. O modernismo reverberaria nas décadas posteriores à do seu surgimento, como explica Candido:

Nele, e sobretudo na culminância em que todos os seus frutos amadureceram (1930-40), fundiram-se a libertação do academismo, dos recalques históricos, do oficialismo literário; as tendências de educação política e reforma social; o ardor de conhecer o país. A sua expansão coincidiu com a radicalização posterior à crise de 1929, que marcou em todo o mundo civilizado uma fase nova de inquietação social e ideológica. Em consequência (sic), manifestou-se uma “ida ao povo”, um V Narod, por toda parte e também aqui, onde foi o coroamento natural da pesquisa localista, da redefinição cultural desencadeada em 1922. A alegria turbulenta e iconoclasta dos modernistas preparou, no Brasil, os caminhos para a arte interessada e a investigação histórico-sociológica do decênio de 30 (CANDIDO, 2000a, p. 124-125).

Miceli atribui a arrancada criativa da primeira geração do modernismo brasileiro, correspondente à essa fase “heroica”, exatamente às disputas entre as forças políticas que representavam as elites regionais. De acordo com ele, nenhuma “artimanha estetizante” pode despistar a gênese das carreiras dos escritores dessa geração: quadros dos partidos republicanos estaduais e dos seus órgãos de imprensa.

Em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, a crise aguda do poder oligárquico, na década de 1920, a braços com facções dissidentes, com rebeliões de oficiais militares descontentes, alterou de modo drástico as modalidades de colaboração da nova geração de intelectuais com os detentores do poder político. Nesses estados, a história social dos jovens letrados se explica por inteiro pela inserção na divisão regional do trabalho (MICELI, 2012, p. 27).

Esses intelectuais se fizeram servis à doutrina em que foram socializados, estando bem atentos “às oscilações de prestígio de mentores que pudessem afetar seu destino temporal” (Ibid.). Tomando o esboço de Karl Manheim a respeito da teoria sociológica da *Intelligentsia*, podemos dizer que esses intelectuais se submeteram a tal condição por sentirem-se impotentes diante de um determinado desafio: “o servilismo de alguns intelectuais independentes decorre de uma sensação de impotência que os invade quando eles – feiticeiros de conceitos e reis do domínio das idéias (sic) – são desafiados a estabelecer uma identidade social” (MANHEIM, 2008, p. 79). Com efeito, sobretudo através da arte pictórica, os modernistas procuraram construir novas formas de sociabilidade, novos espaços de circulação das obras culturais em torno de uma clientela emergente formada por imigrantes bem sucedidos. Não à toa, Lasar Segall e Anita Malfatti, por exemplo, recuperaram em suas telas as imagens de desterrados, tendo um bom acolhimento por parte dessa clientela, que

Reconheceu de pronto nessas obras uma imagem tocante de suas próprias experiências de vida, passando a enxergar tais artistas como seus porta-vozes em matéria de identidade social, repique étnico, calibre afetivo, orientação política e inclinação estética (MICELI, 2003, p. 93).

Decerto, as escolhas desses artistas pelos temas retratados em suas pinturas estavam em consonância tanto com os anseios modernistas quanto pelo gosto (*habitus*) dos consumidores com elas identificados, no caso, a elite constituída por imigrantes abastados. É também certo que, no tocante aos paradigmas estéticos, a vanguarda modernista foi depois reconhecida como a representante de uma verdadeira renovação. Mas, socialmente, o movimento tinha um viés conservador, independentemente das inclinações políticas dos agentes para a esquerda ou para a direita, e suas carreiras só podem ser compreendidas se levadas em conta as suas ligações com os partidos oligárquicos.

O itinerário intelectual e profissional dos jovens modernistas brasileiros, inclusive dos mais aquinhoados como Oswald de Andrade, foi sendo moldado em meio a essas cadeias regionais de circunstâncias político-institucionais, em resposta ao grau variável de diversificação e respiro no interior do comando das forças oligárquicas. Tais mediações locais permitem aquilatar esses viveiros complexos de experiências

por que passaram os modernistas brasileiros, em trânsito da província para a capital do país, na qual consolidariam, a um só tempo, a posição funcional e o reconhecimento literário, na órbita dos círculos e anéis burocráticos sob controle de seus protetores políticos (MICELI, 2012, p. 29).

Os modernistas compreendiam uma elite intelectual inclinada à poesia, sendo que as obras literárias desses autores não eram muito conhecidas fora daquele seleto círculo que compunha a juventude *avant-garde* nas principais cidades brasileiras. Poucas editoras correram o risco de publicá-los, e suas edições geralmente não ultrapassavam meio milheiro de exemplares, sendo totalmente custeadas pelos próprios autores. Será apenas a partir da geração de 1930, aí incluído Graciliano Ramos, que a literatura modernista vai ganhar espaço nas editoras. Conforme Miceli,

O surto editorial da década de 1930 é marcado pelo estabelecimento de inúmeras editoras, por fusões e outros processos de incorporação que ocorrem no mercado editorial e, ainda, por um conjunto significativo de transformações que acabaram afetando a própria definição do trabalho intelectual: aquisição de rotativas para impressão, diversificação dos investimentos e programas editoriais, recrutamento de especialistas para os diferentes encargos de produção e acabamento, inovações mercadológicas nas estratégias de venda (...), mudanças na função gráfica dos livros, com o intuito de ajustar o acabamento das edições às diferentes camadas do público, e, sobretudo, empenho das principais editoras em verticalizar o processo produtivo e diversificar suas atividades a cargo das diversas seções de que se compõe o departamento editorial (MICELI, op. cit., p. 148-149).

A recepção dos neomodernistas por parte do grande público teve também como condição favorável a procura pelo autor nacional, incentivada diante da dificuldade da entrada de livros estrangeiros, por causa do colapso no câmbio dos mil-réis, por sua vez provocado pela crise econômica global de 1929 (SOARES, op. cit., p. 13). Esse “regionalismo” dos principais autores da geração de 1930 se explica pelo fato do interesse por seus romances advir de sua posição periférica, isto é, fora do eixo Rio – São Paulo. Isso também é percebido por Miceli, quando descreve o contexto que produziu Graciliano Ramos:

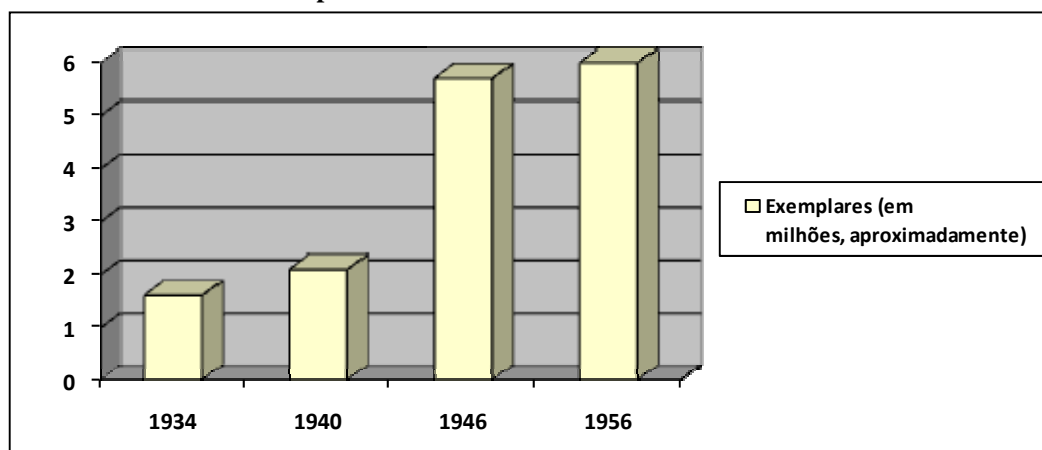
Não é de se estranhar, portanto, que a “carreira” de romancista tenha se configurado em sua plenitude apenas na década de 1930, num momento em que o desenvolvimento do mercado do livro se alicerçava na literatura de ficção, então o gênero de maior aceitação e de comercialização mais segura. Os escritores que então investiram nesse gênero desde o começo de suas carreiras eram, em sua maioria, letrados da província que estavam afastados dos centros da vida intelectual e literária, autodidatas impregnados pelas novas formas narrativas e em voga no mercado internacional e que não dispunham dos recursos e meios técnicos a essa altura necessários aos que tivessem pretensões de sobressair na prática dos gêneros de maior prestígio da época (poesia e crítica literária). (MICELI, 2001, p.159).

Usando uma expressão de Candido (2003), Alves nos lembra que esse *aluvião sertanejo* ocorreu durante a expansão do público leitor no país, o que, de acordo com Elias, reforça a função do livro como instrumento de civilização:

O aumento da demanda de livros numa sociedade constitui bom sinal de um avanço pronunciado no processo civilizador, porque sempre são consideráveis a transformação e a regulação de paixões necessária tanto para escrevê-los quanto para lê-los (ELIAS, 1993, p. 229).

Em São Paulo, por exemplo, entre 1934 e 1956, o número de exemplares de livros vendidos subiu de 1,6 milhão para 6 milhões – um aumento de 375% em pouco mais de vinte anos, conforme ilustrado no gráfico 2.

Gráfico 2. Expansão do mercado do livro na cidade de São Paulo



Fonte: ORTIZ *apud* ALVES, 2012, p. 78

Alves (op. cit., p. 78-79) chama a atenção para um detalhe curioso nesse processo, que envolve o título pelo qual Graciliano é mais reverenciado:

O fato de *Vidas Secas* haver passado a ser exigido como obra obrigatória nos exames de admissão das escolas secundárias do Rio de Janeiro e São Paulo durante os anos cinquenta, contribuiu bastante para a expansão verificada acima, assim como consolidou a profissão de escritor na estrutura de profissões do mercado editorial e na esfera cultural.

Um marco da expansão do mercado editorial é o ano de 1936, quando a produção de livros cresceu 40%. Tendo sido depois criados os ministérios nacionais e a legislação sobre os princípios gerais de regulação da vida social, o Estado Novo regulamentaria o espaço econômico promovendo a criação de Institutos. Em 1937, como efeito do *boom* editorial do ano anterior, o governo estendeu sua atenção a outros terrenos, mormente o ideológico-

cultural. Os ofícios em torno do livro foram então institucionalizados com a criação e o lançamento, respectivamente, do Instituto Nacional do Livro (INL), do Anuário Brasileiro de Literatura (ABL) e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Quanto a este derradeiro, Moraes (op. cit., p. 180) explica que

o DIP instituiu uma espécie de mercado de trabalho paralelo para jornalistas e intelectuais, visto que os cofres públicos tinham condições de remunerar bem aqueles que atuassem nas publicações oficiais, enquanto a maioria das empresas jornalísticas vivia com problemas de caixa, agravados por um mercado consumidor acanhado e um volume de publicidade comercial relativamente baixo. As publicações do DIP pagavam por cinco laudas 100 mil réis, enquanto nos principais jornais o salário mensal de um bom redator não ultrapassava 800 mil-réis. Diante de tal quadro, não é difícil entender por que Graciliano, José Lins do Rego, Vinicius de Moraes, Erico Veríssimo, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freyre, Murilo Mendes, Tristão de Athayde, Cecília Meireles, Adalgisa Nery e tantos outros escreviam para publicações governamentais.

Na esteira do processo de profissionalização da carreira de escritor e crescimento do mercado editorial brasileiro, as editoras se fortaleceram e trouxeram para junto delas escritores que as consagraram e que também foram por elas consagrados. Assim, de modo recíproco, as editoras e os escritores aumentavam o seu capital simbólico, mantendo-se abertos ao surgimento de novos autores, que continuariam sendo publicados se gerassem lucro e prestígio. Caso ocorresse o contrário, o ostracismo editorial seria o destino certo para esses escritores.

O estudo sociológico da trajetória do editor mais importante surgido no período, José Olympio, nos permite enxergar no papel do editor a área de intersecção entre os campos literário e econômico. Assim sendo, pode-se hipotetizar que a editoria estava, naquele momento, sujeita às regras de cada campo citado e, a depender dos interesses em jogo, prevaleciam a obediência às regras de um ou outro. Mas a complexa discussão sobre se o mercado editorial se origina em um desses campos escapa de nossos objetivos neste trabalho. O que supomos é que, uma vez que a necessidade de entesouramento simbólico interesse mais que o ganho material, a editoria tem relação profunda com o campo literário, o que implica reconhecimento do editor, por seu ajustamento às normatizações desse campo, na função de agente cultural e não apenas na função de empresário, mesmo permanecendo sob a influência do campo econômico, o que lhe garante a legitimidade de seu papel social. A estreita dependência do editor com esse campo específico é demonstrada num artigo de Heloísa Pontes (1989), que diz:

No mundo editorial, o prestígio assim como o lucro – indício seguro da editora bem sucedida – são os mais cobiçados predicados. É por meio do prestígio que os editores se diferenciam do simples comerciante e do empresário. E mais: é através dele que os negócios editoriais parecem perder a sua dimensão ‘profana’, ganhando uma espécie de ‘aura’, que os demais empreendimentos empresariais dificilmente chegam a possuir um dia (a não ser em contextos sociais e políticos muito particulares). (PONTES, 1989: 379).

3.2 O centro gravitacional: a Livraria José Olympio

Apesar de a maioria dos regionalistas ter estreado através de pequenas editoras cariocas, como a Schmidt e a Ariel, a disseminação da nova literatura em escala nacional, vinda de fora do eixo Rio–São Paulo, foi encampada pelo editor José Olympio Pereira Filho (1902-1990), paulista que se instalou na então capital federal em 1934. J.O. (Jotaó), como foi apelidado por Gilberto Freyre (SOARES, op. cit., p. 27), investia no romance, justamente, como vimos, o gênero literário mais rentável naquele momento. Dois anos depois, ele já era conhecido como o maior editor nacional brasileiro. Segundo Hallewell (1985, p. 357): “de fato, ele publicou todos os escritores importantes de seu tempo, exceto o gaúcho Erico Verissimo, que era, como sabemos, diretor de uma empresa concorrente”.

Muito bem relacionado, J.O. se mantinha próximo às instituições detentoras do poder intelectual, como a Academia Brasileira de Letras, e do poder político, já que muitos intelectuais que frequentavam a “Casa” – como era chamada a Livraria José Olympio, à rua do Ouvidor 110 – eram pessoas que ocupavam posições de importância na estrutura do governo, como Rodrigo Melo Franco de Andrade (diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Augusto Meyer (diretor do INL, onde também trabalhavam Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda), Rodolfo Garcia (diretor da Biblioteca Nacional), e o mineiro Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do influente ministro da Educação Gustavo Capanema, que por sua vez teve um papel fundamental como agregador da *intelligentsia* brasileira em torno das sinecuras oferecidas pelo ministério. Foi através de Drummond que Graciliano conseguiu, em agosto de 1939, a nomeação como inspetor federal de ensino, emprego com o qual pôde complementar o sustento da família, não sem apertos financeiros.

A postura política apartidária de J.O. lhe facilitou reunir intelectuais e artistas de vários matizes ideológicos, tanto da direita quanto da esquerda. Ele transitava com desenvoltura entre as esferas intelectual, política e empresarial, sempre privilegiando os laços de amizade. Citando Soares:

J.O. fez uso de seu trânsito no poder em prol da editora, negociando empréstimos bancários, cotas de papel. Agiu para incluir seus autores nas listas de publicação recomendadas pelo Ministério da Educação e na seleção das obras a serem publicadas ou distribuídas com apoio do temido Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Na livraria, quase todos entendiam os motivos que o levavam a editar Getúlio Vargas e os integralistas. Sabiam que o editor tinha em seu catálogo autores de todas as posições políticas e que, sempre que esteve a seu alcance, moveu céus e terras para tirar gente da prisão. A maioria entendia, também, que essa atitude contribuía para que seus próprios livros continuassem a ser editados. E deixava de lado as diferenças ideológicas.

Para José Olympio, a ideologia importava realmente pouco. O que valia era a amizade. Esta sempre foi a lógica que norteou suas relações – mesmo as movidas inicialmente por algum interesse (SOARES, op. cit., p. 60).

A Casa contou até com um grupo feminino de intelectuais, composto por Lúcia Miguel Pereira, Dinah Silveira de Queiroz, Rachel de Queiroz e Adalgisa Nery.

Numa época em que o máximo da ousadia editorial era a produção de dois mil exemplares, J.O. apostou em tiragens até dez vezes maiores que isso – o que era uma atitude de risco, num país com quarenta milhões de habitantes e mais da metade deles composta de analfabetos. Nos anos 1940, eles representavam 55% da população.

Essa limitação, por outro lado, demonstra a força dos filtros de consagração e canonização engendrados pelos nichos intelectual-artísticos ao longo dos anos trinta e quarenta, período do apogeu da literatura regionalista de matriz sertaneja. Importa perceber que a consagração estabelecida antes impactou nas escolhas estéticas da geração de cineastas dos anos sessenta, década em que grande parte dos romances regionalistas foi adaptada para a linguagem cinematográfica, recrudescendo assim a relação de intertextualidade entre fotografia, literatura e cinema (ALVES, op. cit., p. 79).

Não obstante o cenário adverso, as apostas de J.O. deram certo. Ao longo de quatro décadas, a Casa se manteve como um espaço fundamental para o fomento do capital social em jogo no campo intelectual. Mais que um espaço de mediação entre autor/obra e público, ela era um espaço de articulação entre o campo político e o campo literário, visando as trocas neles operadas. A Tabela 8 nos permite visualizar que, entre os anos de 1934 e 1947, a Casa foi o centro gravitacional do processo de chamado por Sorá (op. cit., p. 441-443) de “unificação de uma literatura genuinamente brasileira”.

Tabela 8 - Formação de um Grupo Literário e Unificação Editorial da Literatura Genuinamente Brasileira

<i>Ano</i>	<i>Autor</i>	<i>Título</i>	<i>Editora</i>	<i>Observações</i>
1928	Almeida	<i>A Bagaceira</i>	Imprensa Oficial (PB)	Junto a Schmidt e Lima, José Américo de Almeida é recebido como revelação de

				uma nova fase modernista.
1930	Queirós	<i>O Quinze</i>	Gráfica Urânia (CE)	Revolução armada da Aliança Liberal.
1932	Rego	<i>Menino de Engenho</i>	Adersen	Contrarrevolução constitucionalista das elites de São Paulo.
	Queirós	<i>João Miguel</i>	Schmidt	
	Amado	<i>País do Carnaval</i>	Schmidt	
1933	Rego	<i>Doidinho</i>	Ariel	José Olympio se apropria da edição da obra de Humberto de Campos.
	Ramos	<i>Caetés</i>	Schmidt	
	Amado	<i>Cacau</i>	Ariel	
1934	Rego	<i>Banguê</i>	José Olympio	Abertura da livraria no Rio de Janeiro. Amando Fontes como <i>broker</i> entre editora e intelectuais. Criação da coleção Problemas Políticos Contemporâneos, com obras de autores integralistas. Jorge Amado trabalha no setor de publicidade.
	Ramos	<i>S. Bernardo</i>	Ariel	
	Amado	<i>Suor</i>	Ariel	
1935	Rego	<i>Moleque Ricardo</i>	JO	Criação da coleção Ciclo da Cana-de-açúcar para unificar a obra de José Lins do Rego, e Os Romances da Bahia, para Jorge Amado. As obras completas de Humberto de Campos asseguram a subsistência material da empresa. José Lins do Rego afiança sua relação com o editor e cumpre uma função de <i>brokerage</i> entre ele e seus amigos escritores.
	Amado	<i>Jubiabá</i>	JO	
	Almeida	<i>O Boqueirão</i>	JO	
		<i>Coiteiros</i>	JO	
1936	Rego	<i>Usina</i>	JO	Início da coleção Documentos Brasileiros: inversão nos ensaios de interpretação do Brasil. Padronização estilística com capas e desenhos de Santa Rosa.
	Ramos	<i>Angústia</i>	JO	
	Amado	<i>Mar Morto</i>	JO	

1937	Rego	<i>Pureza</i>	JO	Estado Novo, DIP, INL: crescimento da intervenção do Estado sobre a produção e circulação de livros. José Olympio acentua laços com o poder central e intervém em favor da circulação de seus autores considerados “de esquerda”.
	Queirós	<i>Caminho de Pedras</i>	JO	
	Amado	<i>Capitães de Areia</i>	JO	
1938	Rego	<i>Pedra Bonita</i>	JO	Auge da livraria como ponto de reunião de intelectuais. <i>ABL</i> : primeiro instrumento de comunicação entre editores.
	Ramos	<i>Vidas Secas</i>	JO	
1939	Queirós	<i>As Três Marias</i>	JO	Radicação de Raquel de Queirós no Rio de Janeiro.
1941	Rego	<i>Água Mãe</i>	JO	Divórcio de José Olympio. Transferência de “energias” para consolidar a editora como uma Casa.
1942	Amado	<i>Terras do sem Fim</i>	Martins	A partir desse título, Jorge Amado assina contrato de exclusividade com a Livraria Martins de São Paulo, avaliada como “a esquerda” da José Olympio.
1943	Rego	<i>Fogo Morto</i>	Martins	A partir de São Paulo, Martins entra em concorrência pela edição de <i>Obras Completas</i> de autores contemporâneos.
	Amado	<i>Obras</i>	JO	
1945	Ramos	<i>Infância</i>	JO	Mercado institucionalizado com as fundações do SNEL e da Câmara Brasileira do Livro, em 1946.

1947	Rego	<i>Eurídice</i>	JO	Inicia-se a edição das obras completas dos autores pretendentes à glória literária. Este limiar marca uma mudança estrutural no funcionamento da editora e da edição em geral no marco de um mercado de alcance nacional.
		<i>Obras</i>	JO	
	Ramos	<i>Insônia</i>	JO	
		<i>Obras</i>	JO	

Fonte: SORÁ, 2010.

O quadro nos lembra que as relações editoriais de Graciliano com a “Casa” e, conseqüentemente, com o dono dela, espírito da mesma, começou com a publicação de *Angústia*, quando o escritor ainda vivia em Maceió. Entretanto, Graciliano entrou pela primeira vez na Livraria José Olympio em janeiro de 1937, na companhia de José Lins do Rego. Depois do cárcere, ele conhecia finalmente um dos pólos de mobilização intelectual por sua soltura e no qual comporia um *dream team* intelectual brasileiro que batia o ponto todas as tardes por lá, em convivências que nem sempre eram amistosas. Como registra Soares (op. cit., p. 72), “em várias ocasiões, houve gente disposta a arregaçar mangas por motivos que iam de política a futebol, de mulheres a literatura”.

Figura 6 - Graciliano na Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1947.



Fonte: Acervo da família do escritor.

De qualquer modo, até que a doença que o levou à morte o impossibilitasse de frequentar a roda intelectual do Ouvidor, a Casa foi a “segunda casa” de Graciliano. Foi sentado num banco no fundo da Livraria, com muita gente ao redor o chateando, que Graciliano escreveu à sua irmã Marili, então aprendiz de ficcionista, uma carta datada de 23 de novembro de 1949, na qual nos é exposta a sua concepção estética:

Só conseguimos deitar no papel os nossos sentimentos, a nossa vida. Arte é sangue, é carne. Além disso não há nada. As nossa personagens são pedaços de nós mesmos, só podemos expor o que somos. (...) Arte é isso. A técnica é necessária, é claro. Mas se lhe faltar técnica, seja ao menos sincera. Diga o que é, mostre o que é. Você tem experiência e está na idade de começar. A literatura é uma horrível profissão, em que só podemos principiar tarde; indispensável muita observação. Precocidade em literatura é impossível: isto não é música, não temos gênios de dez anos (G. RAMOS, 2011, p. 293-294).

O fato de Graciliano pertencer à roda do Ouvidor não o restringiu a publicar seus livros somente pela Casa. Ao contrário: a publicação das obras graciliânicas por outras editoras foi potencializada a partir disso. Por exemplo: a primeira incursão literária de Graciliano pós-cárcere foi a produção do conto *A Terra dos Meninos Pelados*, que, em abril daquele ano, foi premiado em terceiro lugar no concurso de literatura infantil promovido pelo Ministério da Educação, e publicado dois anos depois em Porto Alegre, pela Livraria do Globo. Em 1940, a serviço da Editora Nacional, de São Paulo, Graciliano traduziu o livro

Memórias de um negro, do estadunidense Booker T. Washington, e, em 1942, participou da obra coletiva *Brandão entre o mar e amor* – romance escrito em parceria com Jorge Amado, José Lins do Rego, Aníbal Machado e Rachel de Queiroz – pela Livraria Martins, outra editora paulista. Nesse intervalo, em 1941, diversas crônicas de sua autoria seriam publicadas na revista carioca *Cultura Política*, precisamente numa série intitulada *Quadros e costumes do nordeste*, mais tarde reunidas em uma coletânea, sob a denominação de *Viventes das Alagoas* (1962). As *Histórias de Alexandre* – compêndio de narrativas coletadas do folclore alagoano – surgiram três anos depois disso, publicadas pela também carioca Editora Leitura, sendo republicadas junto com o conto *Terra dos meninos pelados* e a *Pequena História da República*, sob o título *Alexandre e outros heróis* no mesmo ano de lançamento de *Viventes das Alagoas e Linhas tortas*.

Como mais uma demonstração de que, relacionando as noções *habitus* e campo para pensar a trajetória de um escritor no mercado editorial, “as aspirações subjetivas tendem a ajustar-se às oportunidades objetivas” (BOURDIEU, op. cit., p. 60), em 1938, Graciliano não lançou *O mundo coberto de penas*. Por interferência de Daniel Olympio, irmão e braço-direito de J.O., a obra ganhou o nome de *Vidas secas*, que receberia, quase um quarto de século depois, um prêmio da Fundação William Faulkner, dos Estados Unidos, láurea que consagrou a obra como livro representativo da Literatura Brasileira Contemporânea. À época da publicação, apenas uma pessoa escreveu sobre a obra em Alagoas: um menino de catorze anos chamado Ledo Ivo, que desembarcou no Rio em 1943 para tentar cursar a faculdade de Direito e se lançar como escritor (SOARES, op. cit., p. 78-80). Assim como aconteceu com Ledo Ivo, a Casa era aberta a novatos: “Aos editados da casa, juntaram-se os que desejavam sê-lo, jovens e não tão jovens recém-chegados ao Rio de Janeiro, fãs e amigos dos escritores que se reuniam na livraria” (Ibid., p. 75).

J.O. foi um dos líderes do chamado “complô da reparação” de Graciliano. Junto a Schmidt, José Lins do Rego, Francisco de Assis Barbosa e Otávio Tarquínio de Sousa, ele integrou a comissão organizadora de uma festa de aniversário que teve a forma de deliberado ato de desagravo pelas humilhações sofridas pelo escritor na cadeia. Para presidir a solenidade, a comissão convidou o ministro Capanema, realçando o caráter político do ato. Conforme testemunhou Francisco de Assis Barbosa:

Sendo um homem do Estado Novo, sua presença daria ao evento o sentido de reparação pelo que o regime havia feito contra esse grande escritor. Graciliano colaborava na revista *Cultura Política*, mas jamais abdicara de suas ideias. A rigor, ele não serviu ao Estado Novo, pois se manteve firme e coerente com tudo o que pensava (BARBOSA *apud* MORAES, op. cit., p. 189).

Na ocasião Graciliano recebeu o prêmio de cinco mil cruzeiros pelo conjunto da obra, concedido pela Sociedade Felipe de Oliveira. A cerimônia foi realizada no dia 27 de outubro de 1942 no restaurante Lido, em Copacabana, estando presentes, entre outros, os seguintes intelectuais: Álvaro Lins, Amando Fontes, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Cândido Portinari, Carlos Drummond de Andrade, Genolino Amado, Hermes Lima, João Condé, Joel Silveira, Jorge Amado, José Lins do Rego, José Maria Belo, Lúcia Miguel Pereira, Manuel Bandeira, Marques Rebelo, Matilde Garcia Rosa, Moacyr Werneck de Castro, Murilo Miranda, Otto Maria Carpeaux, Paulo Medeyros, Paulo Ronai, Peregrino Júnior, Raul Lima, Rodrigo Otávio Filho e Valdemar Cavalcanti.

Figura 7 - Intelectuais presentes ao jantar comemorativo do 50.º aniversário de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1942.



Fonte: Acervo da família do escritor.

No ano da filiação de Graciliano no PCB, José Olympio publicou *Infância* e a *Revista Acadêmica* publicou *Dois dedos* – texto que seria reunido no ano seguinte ao conto *Luciana*, mais três capítulos de *Vidas secas* e quatro capítulos de *Infância*, dando origem ao título *Histórias incompletas*. *Insônia*, composto de treze contos, veio a lume pela Casa dois anos depois. Mesmo representando uma pequena parcela do projeto editorial da Casa, J.O. investiu na tradução e publicação de obras estrangeiras, fatia do mercado editorial dominada pela

Globo, contratando escritores profissionais como estratégia para garantir a qualidade dos trabalhos. Dessa forma, Graciliano traduziu para a Casa *A peste*, do filósofo argelino Albert Camus, em 1950.

A trajetória de Graciliano no mercado editorial confirma que prestígio no campo intelectual não implica necessariamente ganhos no campo econômico. A consagração e o reconhecimento obtidos em vida (com a ressalva de que ele ainda não era lido por um público mais amplo), não garantiram a Graciliano retorno financeiro que o enriquecesse. Bastante debilitado pelo câncer de pulmão que o afligira até a morte, Graciliano nem pôde comparecer à cerimônia realizada em sua homenagem, em sessão presidida por Peregrino Júnior, membro da Academia Brasileira de Letras, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por ocasião do seu sexagésimo aniversário natalício.

Desde o diagnóstico da doença, seu apartamento se tornou uma espécie de sucursal da livraria. Aos amigos e companheiros da roda da José Olympio juntavam-se os do PCB e também os dos filhos Ricardo, Luiza e Clara, num entra-e-sai que durava todo o dia e parte da noite (...).

Na livraria, as tardes não tinham mais a mesma graça, ainda que sobrassem assuntos palpitantes, como o sucesso da campanha do Petróleo é Nosso, os artigos virulentos de Carlos Lacerda contra Getúlio na Tribuna da Imprensa ou, no temário das amenidades, a vitória do cinema brasileiro em Cannes, com *O cangaceiro*. Para José Olympio, arrasado com a doença do amigo, havia ainda uma preocupação de ordem prática. Queria lançar *Memórias do cárcere* com Graciliano vivo, mas percebia que essa possibilidade ia se tornando cada vez mais remota. Por motivos alheios à vontade da editora, entre os quais a escassez de papel no mercado, o livro atrasara e a doença do autor avançava em ritmo avassalador (SOARES, op. cit., p. 162).

Graciliano foi incentivado a escrever suas *Memórias do cárcere* pelo próprio amigo José Olympio, que, mediante a entrega de trechos dos originais, pagava antecipadamente pelos direitos autorais. Ridenti, para quem esse testamento literário é simultaneamente uma denúncia do cárcere e defesa da dignidade humana e algo que deu ao escritor a consagração pública plena, lista pelo menos seis fatores que se combinaram para potencializar esse sucesso editorial mediado, entre outros agentes, pela figura central de José Olympio:

As lembranças das masmorras do primeiro governo Vargas, então em seu segundo governo e sofrendo forte oposição, a receptividade de setores antivarguistas da intelectualidade e também daqueles predispostos a exorcizar os fantasmas de colaboração com o Estado Novo, a perseguição a um artista célebre e injustiçado, o fato de ser um livro póstumo, os rumores em torno das críticas à obra no interior do Partido Comunista, além da notória qualidade literária do texto, foram fatores que ajudaram o editor a trabalhar o produto para obter sucesso no mercado, que serviu também para estimular as vendas de novas edições dos livros anteriores do autor (RIDENTI, 2013, p. 3).

Tendo Graciliano morrido em 20 de março de 1953 – mês em que foi imortalizado em versos por Vinicius de Moraes (2005, p. 154) –, sua viúva, Heloísa, cuidaria em publicar, em quatro volumes, ainda no ano do passamento do marido, o livro inconcluso. As dez mil cópias daquela edição esgotaram-se em quarenta e cinco dias, sendo esse o seu maior sucesso de público (SOARES, *op. cit.*, p. 162).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da trajetória biobibliográfica de Graciliano Ramos nos faz ver que o itinerário entre a feitura de um livro e a sua publicação é repleto de adversidades, e se sustenta mais nas relações estabelecidas no espaço social de produção e consumo do que necessariamente na criação literária, na obra em si. Tarefa mais árdua para o escritor é percorrer o caminho entre o total desconhecimento e a consagração, percurso que acontece num campo de forças onde são estabelecidas as relações de poder que definem as posições em seu interior.

Ao longo de nosso trabalho, retomamos algumas características da atividade literária de Graciliano Ramos, tentando entender os distintos elementos sociais que influenciaram a sua criação, assim como no julgamento do valor de sua obra. Para tanto, o enfoque escolhido para a pesquisa inspirou-se nos vieses sociológicos de Pierre Bourdieu e Norbert Elias, que nos forneceram os instrumentos conceituais e metodológicos para que o *corpus* de nossa pesquisa levasse em conta os distintos elementos que influenciaram a trajetória graciliânica no campo literário.

A análise da configuração do campo literário brasileiro nos mostrou que seu processo de autonomização baseou nas inovações tecnológicas que envolviam a produção cultural e no surgimento e desenvolvimento da formação intelectual brasileira. Também foram determinantes nessa configuração aspectos políticos, como a chegada da família real portuguesa, e aspectos econômicos, como os desencadeados pela imigração européia, que trouxe ao Brasil comerciantes que fomentaram a existência de um mercado livreiro no país. Em conjunto, esses fatos permitiram o desenvolvimento de um mercado de bens de consumo específicos no país, crucial para que se formasse um campo autônomo onde os agentes pudessem definir o cânone de entrada e manutenção dentro dele. Esse mercado se expandiu notadamente entre as décadas de 1930 e 1950, momento em que se consolida, em meio às lutas do campo literário, a profissão de escritor.

Na esfera pessoal, questões relacionadas à origem e às experiências vividas pelo escritor foram determinantes para a sua carreira literária, motivada por razões de ordem material, simbólica e, sobretudo, existencial. Os dados analisados ao longo dos três capítulos nos autorizam confirmar a hipótese de que a legitimação e a consagração de um escritor não se atrelam ao fato de o mesmo ser um gênio, e sim por ele ter se originado em um espaço privilegiado de entesouramento cultural que lhe permitiu conhecer as regras vigentes no

campo e manter-se em contato com agentes legitimadores e consagradores. Os processos de legitimação se inserem numa dinâmica mais ampla: a construção da tradição literária. Uma vez consagrado, a trajetória do escritor se encaminha para a inserção no rol da tradição, isto é, o momento em que o autor é instituído como um exemplo a ser seguido por quem aspire à carreira literária e sua obra se torna objeto de estudos escolares e acadêmicos.

O prestígio da obra de Graciliano Ramos – crescente na longa duração sócio-histórica, como nos dão a conhecer as diversas homenagens que se espalham até hoje por todo o Brasil – é escorado no papel que o autor desempenhou como militante do Partido Comunista Brasileiro, fomentando uma estrutura de sentimento que Ridenti (2010) chamou de *brasilidade revolucionária*; em seu encaixe institucional, através de cargos públicos ocupados tanto durante a República Oligárquica quanto no Estado Novo; e, finalmente, na escolha do repertório de sua obra, marcada pelo realismo crítico, requisito determinante para a sua entrada e permanência no campo literário, validador, naquele momento, dos temas abordados na literatura graciliânica. Resta claro que essa tomada de posição estética de Graciliano refletiu sua aproximação com outros artistas, como os da Geração de Trinta, da qual ele é considerado o maior representante.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Elder P. Maia. **A Economia Simbólica da Cultura Popular Sertanejo-Nordestina**. Maceió: EDUFAL, 2011.

_____. **A Sociologia de um Gênero: o baião**. Maceió: EDUFAL, 2012.

AMADO, Jorge. **Suor**. 33.ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

BARBOSA, Júlia Monnerat. **Militância política e produção literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): as trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2010.

BARROS, Ivan. Graciliano Ramos como prefeito não se corrompeu. **Tribuna do Sertão**, Palmeira dos Índios, p. 3, 21 maio 2001.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. Os súditos de Momo na República branca: cronistas e carnaval na imprensa carioca. **História, ciências, saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000300023&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 fev. 2010.

BOSI, Alfredo; FACIOLI, Valentim; GARBUGLIO, José Carlos. **Graciliano Ramos**. São Paulo: Ática, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Trad.: Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

_____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **A Distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo – Porto Alegre: EDUSP – Zouk, 2008.

_____. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **As regras da arte:** gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BUENO, Luis. Uma grande estréia. In: RAMOS, Graciliano. **Caetés.** 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CAMARGO, Luís Gonçalves Bueno de. Romance proletário em Rachel de Queiroz ou vendo o lado de fora pelo lado de dentro. **Letras,** Curitiba, n. 47, p. 19-38. 1997. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/viewFile/19026/12331>>. Acesso em: 21 mar. 2014.

CANDIDO, Antonio. Ficção e confissão. In: RAMOS, Graciliano. **Caetés.** 6. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1961. p. 9-62.

_____. A revolução de 1930 e a cultura. **Novos Estudos,** São Paulo, n.4, p.27-36, abril, 1984.

_____. **Graciliano Ramos.** Rio de Janeiro: Agir, 1996.

_____. **Literatura e sociedade:** estudos de teoria e história literária. 8. ed. São Paulo: Queros Editor, 2000.

_____. **Literatura e sociedade.** São Paulo: Folha, 2000.

_____. **História e literatura.** São Paulo: IMESP, 2003.

CAVALCANTI, Valdemar. Cartão de visita. **Novidade,** n.1, p.1, 11 abr. 1931.

DANTAS, Larissa de Araújo. **Espaços de visibilidade:** trajetórias possíveis no campo literário brasileiro. 2009. 111f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

DUBOIS, J. **Les romanciers du réel**: de Balzac à Simenon. Paris: Seuil, 2000.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ELIAS, Norbert. **Mozart**: a sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

FREYRE, Gilberto. Sociologia e literatura. **Lanterna Verde**, Rio de Janeiro, n. 4, nov. 1936.

GALINA, Carolina Beal. O diálogo entre ficção e realidade em Linhas Tortas, de Graciliano Ramos. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

GINZBURG, Jaime. Graciliano Ramos: Infância e violência. **Expressão – Revista do Centro de Artes e Letras Santa Maria**, UFSM, n. 1, p. 129-132, v. 1, jan/jun. 2000.

GOLDMANN, Lucien. **Sociologia do romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GONÇALVES, Adeldo. Futebol e Política. **Metacrítica**, ano 3, n. 6, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2005, p. 2. Disponível em: <<http://metacritica.ulusofona.pt/Futebol%20e%20politica.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2010.

GUIMARÃES, J. Ubireval Alencar. **Graciliano Ramos e a fala das memórias**. Maceió: EDICULTE/SECULTE, 1987.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil (sua história)**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

HEINICH, Nathalie. **A Sociologia de Norbert Elias**. Trad.: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOHNSON, Randal. A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945). **Revista da USP**, São Paulo, junho/agosto, p.165-181, 1995.

LEBENSZTAYN, Ieda. Graciliano Ramos e a revista Novidade: contra o lugar-comum. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 67, 2009. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000300029&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 mar. 2014.

_____. **Graciliano Ramos e a Novidade:** o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis. 2009. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, Recife, 2009.

LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da província:** um estudo da cultura alagoana. Maceió: EDUFAL, 2005.

LINS, Vera; OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica Pimenta. **O Moderno em revistas:** representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LOVISOLO, Hugo Rodolfo; SOARES, Antônio Jorge G. O futebol é fogo de palha: a profecia de Graciliano Ramos. **Lecturas: Educación Física y Deportes.** Ano 3, n. 10, Buenos Aires: Maio 1998. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd10/palha.htm>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2010.

MANHEIM, Karl. **Sociologia da Cultura.** São Paulo: Perspectiva, 2008.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira, v. 5.** São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.

MEDEIROS, Ailton. **É isso ou não.** Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qDroETJNImkJ:www.ailtonmedeiros.com.br/e-isso-ou-nao/2008/10/29/+Lavre+a+multa.+Prefeito+nao+tem+pai&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em 31 out. 2008.

MELO, Ana Amélia de Moura Cavalcante de. Associação Brasileira de Escritores: dinâmica de uma disputa. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, Dec. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752011000200016&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Sept. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752011000200016>.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras: 2001.

_____. **Nacional estrangeiro:** história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Vanguardas em retrocesso: ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MIRANDA, Nilson. **Comenda Graciliano Ramos: Ode ao Velho Graça.** Maceió: Edições Catavento, 2000.

MONTEIRO, Diana. Jornal “O Semeador” comemora centenário. **UFAL**. 25 mar. 2013. Disponível em: < <http://www.ufal.edu.br/noticias/2013/02/ufal-participa-das-comemoracoes-do-centenario-do-jornal-201co-semeador201d>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

MONTENEGRO, Eduardo et al. Lazer e Esportes em Palmeira dos Índios. In: DACOSTA, Lamartine Pereira (org.). **Atlas do Esporte no Brasil.** Rio de Janeiro: [s.n.], 2006. Disponível em: <www.atlasesportebrasil.org.br/textos/270.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2010.

MORAES, Vinicius de. Máscara Mortuária de Graciliano Ramos. In: **Nova antologia poética.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

PANOFSKI, Erwin. **Arquitetura Gótica e Escolástica.** Trad.: Wolf Hörnke. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: Editores, Editoras e “Coleção Brasileira” nas Décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil – Volume 1.** São Paulo: Vértice/Idesp, 1989.

RAFAEL, Ulisses Neves. A Era dos Maltas em Alagoas. In: **Xangô Rezado Baixo: Um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912.** 2004. 274f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. p. 69-149.

RAMOS, Clara. **Mestre Graciliano: confirmação humana de uma obra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RAMOS, Graciliano. **(Obra completa, v. 1) Infância.** Rio de Janeiro: Record, 1992.

_____. **(Obra completa, v. 1) Linhas Tortas.** Rio de Janeiro: Record, 1992.

_____. **(Obra completa, v. 1) Viventes das Alagoas.** Rio de Janeiro: Record, 1992.

_____. **Cartas.** 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. **Memórias do cárcere.** 44. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

RAMOS, Ricardo. **Graciliano Ramos:** retrato fragmentado. São Paulo: Siciliano, 1992.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária:** um século de cultura e política. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. Graciliano Ramos e suas *Memórias do Cárcere*, 60 anos depois. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16., 2013, Salvador. **Anais...** Salvador, BA: s.n., 2013.

SALLA, Thiago Mio. **O fio da navalha:** Graciliano Ramos e a revista *Cultura Política*. 2010. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade de São Paulo, 2010.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **História do romance *Caetés*.** Maceió: Arquivo Público de Alagoas; SEC, 1983.

_____. **Graciliano Ramos:** vida e obra. Maceió: Secretaria de Comunicação Social, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOARES, Lucila. **Rua do Ouvidor 110:** uma história da Livraria José Olympio. Rio de Janeiro: José Olympio / FBN, 2006.

SILVA FILHO, João Paulo Lima e. **Graciliano Ramos:** implicações de uma sociologia implícita ao romance social. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33, 2009, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 2009. Disponível em:

<http://www.anpocs.org.br/portal/component/option,com_docman/task,doc_download/gid,404/>. Acesso em: 6 jan. 2010.

_____. **Graciliano Ramos:** estudos de sociologias implícitas (1925-1953). 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SORÁ, Gustavo. **Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro**. São Paulo: Editora da USP / Com-Arte, 2010.

SOUSA FILHO, Arnaldo Cordeiro; MACHADO JÚNIOR, José da Silva. Dirceu Lindoso e as reflexões em torno da escrita da cultura alagoana. **Cabanos**, Maceió, v. 1, n. 2, p. 107-119, jul./dez. 2006.

TATI, Miécio. **Jorge Amado: vida e obra**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

TORRES, Luiz Byron Passos. História do legislativo palmeirense no século XX. Mandato de 1913 a 1915. **Folha de Alagoas**, Palmeira dos Índios, p. 7, 18 mar. 2001.

_____. História do legislativo palmeirense no século XX. Mandato de 1915 a 1917. **Folha de Alagoas**, Palmeira dos Índios, p. 7, 25 mar. 2001.

_____. História do legislativo palmeirense no século XX. Mandato de 1919 a 1921. **Folha de Alagoas**, Palmeira dos Índios, p. 7, 8 abr. 2001.

_____. História do legislativo palmeirense no século XX. Mandato de 1925 a 1928. **Folha de Alagoas**, Palmeira dos Índios, p. 7, 19 abr. 2001.